

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CCTS – CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO  
AMBIENTAL

CAMILA LOPES SEIXAS

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO RESPONSÁVEL DAS PRAIAS PEREQUÊ E  
CASTELHANOS (ILHABELA-SP)**

Sorocaba  
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CCTS – CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO  
AMBIENTAL

CAMILA LOPES SEIXAS

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO RESPONSÁVEL DAS PRAIAS PEREQUÊ E  
CASTELHANOS (ILHABELA-SP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental, para a obtenção do título de Mestre em Gestão Ambiental.

Orientação: Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo.

Sorocaba  
2020

Seixas, Camila Lopes

Planejamento turístico responsável das praias Perequê e Castelhanos (Ilhabela-SP) / Camila Lopes Seixas -- 2020. 121f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Heros Augusto Lobo

Banca Examinadora: Sidnei Raimundo, André Cordeiro Alves dos Santos

Bibliografia

1. Gestão de praias. 2. Turismo responsável. 3. Turismo de sol e praia. I. Seixas, Camila Lopes. II. Título.

Fichacatalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano - CRB/8 6979

CAMILA LOPES SEIXAS

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO RESPONSÁVEL DAS PRAIAS PEREQUÊ E  
CASTELHANOS (ILHABELA-SP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental, para a obtenção do título de Mestre em Gestão Ambiental.

Orientação: Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo.

Orientador

---

Dr. Heros Augusto Santos Lobo  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - *Campus Sorocaba*

---

Examinador  
Dr. André Cordeiro dos Santos  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - *Campus Sorocaba*

---

Examinador(a)  
Dr. Sidnei Raimundo  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – *Campus USP Leste*

Sorocaba  
2020

### **DEDICATÓRIA**

À minha mãe Sônia, às minhas avós, Alfonsina (em memória) e Lázara, que tanto me influenciaram e a quem tanto admiro por todas as suas lutas, conquistas e enfrentamentos. À minha irmã, Pâmela, a quem sempre me inspirou e me ensinou que estudar com determinação e foco é o melhor caminho. A elas que me deram a liberdade, incentivos e tantos ensinamentos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Heros, por toda paciência, disponibilidade e pronto a solucionar e a clarear os pensamentos. A quem me inspirou a empreender, buscar experiências, a trabalhar com disciplina, organização e a pesquisar.

Aos amigos da minha turma do mestrado, que me apoiaram, ajudaram, participaram e contribuíram com as discussões, Ana, Pedro, e ao querido amigo Bruno, que me ajudou com os mapas desta pesquisa e por ter liberado tantos ouvidos, assim como o Luciano, sempre disponível e pronto para grandes ajudas.

À Katuscha por todo o apoio em um longo processo de estudos, leituras, que me cedeu parte de sua casa, me ouviu por tantas vezes, me apoiou, me fortalecendo, e a quem tanto contribuiu com esse processo, meus eternos agradecimentos.

Ao meu amigo tão querido, desde 2012 lá na graduação, Caíque Cale, por todas as ajudas com o inglês, e também a Sara, por me hospedarem todas as vezes que precisei em Sorocaba, com comida boa, cama limpinha e muita risada e diversão, meus eternos agradecimentos.

Agradeço a Fernanda Hummel, a quem tanto admiro, me inspiro, que acreditou em mim, me deu chances, oportunidades, confiança e torceu pela minha entrada no mestrado como se me conhecesse há décadas, sempre serei grata a tudo o que aprendi e aprendo com ela.

Agradeço à minha torcida organizada, Dani Marcondes, Camila Barreto (companheira de mergulho), Isa Werneck, Jana, Paulinha, Celina, Cadu (pelo apoio em equipamentos de fotografia e mergulho), Amanda Rix, Gabi Rix, papai Valter e Cristalzinha (que se comportou nas aulas), por tantos apoios e mãos estendidas e por compreenderem tantos “nãos” que dei a vocês com a velha história, que se encerra aqui neste ciclo.

E, obviamente, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a chegada da UFSCar em Sorocaba, e a tantas outras Universidades públicas pelo país, a todos que sabem e lutam por esse enorme e tão importante instrumento de transformação e desenvolvimento territorial. E a todos os professores e técnicos que contribuíram com a construção, planos e projetos que permeiam até hoje movimentando as estruturas da região, do município e de tantos jovens e famílias que puderam se beneficiar dessa riqueza, que é o conhecimento. Que a cada vez mais se amplie e que nasçam muito mais Universidades Públicas, gratuitas e de qualidade.

## RESUMO

SEIXAS, Camila Lopes Seixas. **Planejamento Turístico Responsável das Praias Perequê e Castelhanos (Ilhabela-SP)**, 2020. 121f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) – Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, Sorocaba, 2020.

Esta pesquisa trata sobre a temática de planejamento turístico responsável das praias de Ilhabela e, em se tratando de um ambiente insular, há peculiaridades e cuidados específicos que devem ser considerados. As discussões tangem questões de tempo, trabalho, tempo-livre, perfis de turista e segmentação turística, abordando conceitos do turismo de massa, responsável, sustentável, de experiências e brando. Conceituaram-se as relações sistêmicas do turismo local e dos turistas, com o objetivo de apresentar diretrizes e panoramas ao planejamento responsável das praias de Ilhabela, tendo como objetos de estudo as praias Perequê e Castelhanos, considerando: as posições geográficas de cada uma, que se divergem pela zona de proteção intitulada através do Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela; e as influências culturais, ambientais, sociais e econômicas que cada uma delas detém. Apresenta-se nos resultados as diretrizes para o planejamento responsável das praias, tanto para empreendimentos, quanto para turistas e poder público, envolvendo ações de gestão colaborativa, políticas públicas e promocional, considerando os fatores limitantes, reais e os impactos do uso público. Também foram apresentados estudos e análises da praia do Perequê e do Turismo em Ilhabela, em relação ao selo de Turismo Responsável adotado pelo Ministério do Turismo e também em função da Pandemia.

Palavras-chave: Gestão de Praias; Turismo Responsável; Turismo de sol e praia; Turismo de massa; Turismo de natureza

### **ABSTRACT**

*This research approaches responsible tourism planning on the beaches of Ilhabela (São Paulo, Brazil), which requires specific carefulness due to being an island. The discussion embraces issues related to time, work, spare-time, tourist profile and tourism segments and goes through different concepts from mass and mild tourism, responsible tourism, sustainable tourism, and tourism of experience. The systemic relations of local tourism and tourists are investigated aiming to introduce guidelines and an overview towards the responsible planning of the beaches of Ilhabela. This work takes the beaches Perequê and Castelhanos as study subjects, considering their opposed location that diverge because of the protection area declared by the “Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela” (Handling Plan for the State Park of Ilhabela) and the cultural, environmental, social and economic influences on each of them. Guidelines for a responsible planning of the beaches are presented as a result, both for entrepreneurships and tourists and the public power as well, involving management and promotion actions and public politics; all of it while taking into consideration the narrowing factors and the impact of public usage. It also features studies and analysis of the Perequê beach and Ilhabela’s tourism concerning the Pandemic and the Responsible Tourism seal adopted by the Tourism Ministry (Ministério do Turismo).*

*Keywords: Beach Management; Responsible Planning; Sun and beach Tourism; Mass Tourism; Nature Tourism*



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem do arquipélago de Ilhabela.....	42
Figura 2: Mapa de percentual de coleta de esgoto no Litoral Paulista – 2017.....	44
Figura 3: Praia de Castelhanos.....	54
Figura 4: Local mais visitado pelo turista.....	55
Figura 5: Áreas e porcentagens de cada setor da Zona de Amortecimento em Castelhanos.....	55
Figura 6-Áreas e porcentagens de cada setor da Zona de Amortecimento em Castelhanos.....	57
Figura 7:Restinga, praia de Castelhanos, lado direito – 2 de novembro, 2019.....	57
Figura 8: Restinga, praia de Castelhanos, lado direito – 2 de novembro, 2019.....	58
Figura 9: Manguezal, praia de Castelhanos, 2 de novembro, 2019.....	58
Figura 10: Manguezal, Restinga, encontro água doce com o mar, praia de Castelhanos, 2 de novembro, 2019.....	59
Figura 11: Manguezal, praia de Castelhanos, 2 de novembro, 2019.....	59
Figura 12:Praia de Castelhanos.....	60
Figura 13: Evolução da Qualificação Anual da Praia do Perequê de 2008 a 2017.....	63
Figura 14: Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê 3.....	64
Figura 15: Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê 3.....	64
Figura 16: Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê 3.....	65
Figura 17:Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê 3.....	65
Figura 18: Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê.....	66
Figura 19:Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê 3 3.....	66
Figura 20:Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê 3.....	67
Figura 21:Manguezal - em cima da ponte lado direito à praia – 13 de novembro, 2019.....	69
Figura 22:Manguezal - visto de cima – 13 de novembro, 2019.....	70
Figura 23:Manguezal - em cima da ponte – ao lado do campo de Bocha – 13 de novembro, 2019.....	70
Figura 24:Manguezal - visto de frente ao mar, ao lado do campo de bocha – 13 de novembro, 2019.....	71
Figura 25:Manguezal - visto de frente ao mar, ao lado do campo de bocha – 13 de novembro, 2019.....	71

Figura 26: Suítes Canto do Gato .....	77
Figura 27: Bares da praia de Castelhanos após saída dos jipes (16h-17h) – novembro, 2019.....	77
Figura 28: Bares da praia de Castelhanos entre 15h-16h, novembro, 2019.....	78
Figura 29:Manguezal – a direita estrutura geralmente quando se monta para eventos – 13 de novembro, 2019.....	79
Figura 30: Estrutura para a festa de Réveillon, manguezal, praia do Perequê, 1 de janeiro de 2019....	80
Figura 31: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h30-7h.....	81
Figura 32: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h.....	82
Figura 33: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h.....	82
Figura 34: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h.....	83
Figura 35: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h.....	84
Figura 36: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h.....	85
Figura 37: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h.....	85
Figura 38: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h.....	86
Figura 39: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h.....	86
Figura 40: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h.....	87
Figura 41: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h.....	87
Figura 42: Avenida Princesa Isabel, Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h .....	88
Figura 43: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h.....	88
Figura 44: Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h.....	89
Figura 45: Ambiente Marinho, Praia Grande-Ilhabela, 1 de janeiro, 2019 - 8h-9h .....	90
Figura 46: Ambiente Marinho, Praia Grande-Ilhabela, 1 de janeiro, 2019 - 8h-9h .....	90
Figura 47:Ambiente Marinho, Praia Grande-Ilhabela, 1 de janeiro, 2019 - 8h-9h .....	91
Figura 48: Ambiente Marinho, Praia Grande-Ilhabela, 1 de janeiro, 2019 - 8h-9h .....	92
Figura 49: Ambiente Marinho, Praia Grande-Ilhabela, 1 de janeiro, 2019 - 8h-9h .....	92
Figura 50: Ambiente Marinho, Praia Portinho-Ilhabela, 2 de janeiro, 2019 - 9h-11h .....	93

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Turismo alternativo: segmentos que se assemelham.....	332
Quadro 2: Documentos analisados .....	37
Quadro 3: Categorias e ocupação das praias.....	43
Quadro 4: Mapeamento de diretrizes para a Gestão Responsável da Praia do Perequê.....	95
Quadro 5: Mapeamento de diretrizes para a Gestão Responsável da Praia do Perequê e Castelhanos – Público de usuários (turistas e moradores).....	97
Quadro 6: Mapeamento de diretrizes para a Gestão Responsável da Praia de Castelhanos .....	98

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Categorias profissionais dos lideranças entrevistadas.....	37
Tabela 2: Capacidade de carga das praias de Ilhabela .....	39
Tabela 3: Evolução da Qualificação Anual das Praias nos Últimos 10 Anos (2009-2018).....	46
Tabela 4 - Rastros digitais – turistas que passaram por Ilhabela, 2017.....	47
Tabela 5: As cinco principais respostas dos pontos positivos.....	48
Tabela 6: Respostas relacionadas com o ambiente natural .....	48
Tabela 7: As cinco principais respostas dos pontos negativos .....	49
Tabela 8: Ranking das palavras que representam Ilhabela como destino turístico .....	49
Tabela 9: Ranking dos diferenciais de Ilhabela em relação a outros destinos litorâneos.....	49
Tabela 10: Descrição das áreas que compõe a ZP do PEIb.....	54
Tabela 11: Descrição das áreas que compõe a ZUI do PEIb, com foco em Castelhanos.....	55
Tabela 12: Áreas e porcentagens de cada setor da Zona de Amortecimento em Castelhanos.....	58
Tabela 13: Evolução da Qualificação Anual da Praia do Perequê de 2008 a 2017.....	66
Tabela 14: Relação dos corpos de água afluentes à praia do Perequê, município de Ilhabela.....	68
Tabela 15: Porcentagem de ocorrência em cada categoria e qualificação anual.....	68
Tabela 16: Classificação semanal – Praia Perequê - 2017   Própria    Imprópria.....	68
Tabela 17: Meios de hospedagens praia de Castelhana .....	76
Tabela 18: Serviços e Empreendimentos de A&B praia de Castelhanos .....	76

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A&B	ALIMENTOS E BEBIDAS
CCF	CAPACIDADE DE CARGA FÍSICA
CCO	CAPACIDADE DE CARGA OPERACIONAL
CCT	CAPACIDADE DE CARGA TURÍSTICA
CETESB	COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICTEM	ÍNDICE DE COLETA E TRATABILIDADE DE ESGOTOS DA POPULAÇÃO URBANA DE MUNICÍPIOS
FUMGETUR	FUNDO MUNICIPAL GESTOR DE TURISMO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PEIb	PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA
PM-PEIb	PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA
PGT	PLANO GESTOR DE TURISMO
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PMTEIb	PLANO DE MARKETING TURÍSTICO ESTRATÉGICO DE ILHABELA
UC	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
ZA	ZONA DE AMORTECIMENTO
ZP	ZONA PRIMITIVA
ZUI	ZONA URBANA DE USO INTENSIVO
ZU2	ZONA URBANA DE BAIXA RESTRIÇÃO

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	19
<b>1.1 Turismo, Planejamento e Sustentabilidade</b> .....	19
<b>1.2 Turismo em ambientes insulares</b> .....	27
<b>1.3 Segmentação do turismo e suas complexidades: sol e praia e turismo responsável</b> .....	32
<b>CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	35
<b>2.2 Etapas e procedimentos de pesquisa</b> .....	36
<b>CAPÍTULO 3- CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PESQUISA</b> .....	40
<b>3.1. Caracterização geral do município</b> .....	40
<b>3.2 Caracterização Da Praia Dos Castelhanos</b> .....	50
<b>Figura 3: Praia de Castelhanos</b> .....	51
<b>3.3 Caracterização Praia Perequê</b> .....	61
<b>Figura 12: Praia do Perequê</b> .....	62
<b>CAPITULO 4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	73
<b>4.1 Praia de Castelhanos</b> .....	73
<b>CAPITULO 5- DIRETRIZES PARA A GESTÃO RESPONSÁVEL DAS PRAIAS PEREQUÊ E CASTELHANOS</b> .....	94
<b>Quadro 4: Mapeamento de diretrizes para a Gestão Responsável da Praia do Perequê</b> .....	95
<b>Quadro 5: Mapeamento de diretrizes para a Gestão Responsável da Praia do Perequê e Castelhanos – Público de usuários (turistas e moradores)</b> .....	97
<b>Quadro 6: Mapeamento de diretrizes para a Gestão Responsável da Praia de Castelhanos</b> .....	98
<b>CAPITULO 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	99
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	102
<b>APÊNDICE A</b> .....	105
<b>Resumo do Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela, com foco para as diretrizes públicas ao planejamento turístico sustentável</b> .....	105
<b>APÊNDICE B</b> .....	117
<b>Turismo em meio à Covid-19: o pré, o durante e o início da abertura: o turista da pandemia</b> . 117	

## INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido discute o planejamento responsável das praias Perequê e Castelhanos, em Ilhabela-SP, sendo abordadas diferenças e semelhanças das atividades turísticas de ambas as praias que de certo modo, seguem linhas de diferenças de visitação, ocupação, acesso, empreendimentos, tempo de permanência. Porém, seguem entre as mais visitadas do arquipélago (ILHABELA, 2017). Ao final apresenta uma proposta de gestão a partir de diretrizes, que podem ser utilizadas em outras praias, mas seguindo sempre suas características naturais, de preservação, localização, culturais, econômicas, sociais e também de potenciais turísticos que nela se encontram e possam se diferir das demais. As diretrizes possam ser aplicadas de maneira gradativa, para que seus processos de aplicação possa ser executado não apenas com interferências da gestão pública, mas também com lideranças e representações da cadeia do turismo, do trade, da comunidade e possíveis interessados em executar uma atividade turística que seus riscos de ocupação desordenada e seus impactos, possam ser minimizados a partir de um processo colaborativo. E que o modo “responsável” de gerir e usufruir, seja ampliado aos principais usuários antes de atingir aos turistas, havendo um processo de pertencimento e, assim, compreendida da mesma forma aos turistas.

Nos últimos dez anos, Ilhabela teve um aumento populacional de 31%, a maior taxa de crescimento do litoral norte paulista e o segundo município da costa litorânea do estado de São Paulo (CETESB, 2018). No litoral norte de São Paulo, 43% do esgoto é tratado e Ilhabela possui o menor percentual de coleta e tratamento de esgoto primário de todos os municípios do litoral de São Paulo (1,7%), que é o Índice de Coleta e Tratabilidade de Esgotos da População Urbana de Municípios (ICTEM), apenas 4% de esgoto tratado e 35% de coleta de esgoto. No último verão (2018-2019), a maior taxa de praias impróprias do litoral paulista e o maior número de praias impróprias registradas no município (CETESB, 2018).

Por outro lado, Ilhabela possui renda Per Capita de R\$ 91.873,77, classificada na posição 67° de todos os municípios do país, ou seja, uma elevada colocação, em um país com 5.570 municípios; e no estado, na posição 24° de 645 municípios (IBGE-CIDADES, 2018). Também é o maior município-arquipélago marinho brasileiro (ILHABELA, 2017). O arquipélago detém de aproximadamente 84% da Mata Atlântica em área protegida (SÃO PAULO, 2015). Por conta dos aspectos inicialmente descritos, e que destacam Ilhabela seja de maneira positiva ou negativa, é que esta pesquisa buscou discutir os princípios de um planejamento e gestão responsável das praias.

Nesta pesquisa discute-se sobre o planejamento turístico responsável do município de Ilhabela-SP, especificando para as praias do Perequê e Castelhanos, tomando por base a análise dos documentos públicos do município e do Estado e as bibliografias que se enquadram na discussão de planejamento responsável.

Foram encontrados diversos documentos públicos sendo que a maioria deles trata do município de modo conferir um aspecto sustentável à gestão, com enfoque socioambiental, a começar pelo Plano Diretor (2006), o qual é norteador de uma política local voltada às questões favoráveis ao meio ambiente. Além disso, foram analisados estudos já realizados de capacidade de carga turística de trilhas, cachoeiras e praias do município, e o acompanhamento em reuniões do conselho municipal de turismo e o de meio ambiente.

Entende-se que um planejamento turístico responsável é de grande relevância à preservação ambiental, cultural, social e econômica de uma localidade. Obviamente, que uma mudança geral na estrutura, controle de entrada, de empreendimentos, possa ocasionar impactos econômicos negativos, porém sendo bem distribuída, estudada e com envolvimento geral dos atores de atrativos e empreendimentos, possa não haver um impacto negativo, mas sim sendo benéfico à cadeia. Então, é necessário que haja uma gestão elaborada no planejamento responsável do turismo e esteja alinhada ao seu desenvolvimento econômico, não gerando conflitos com as atividades econômicas que ali acontecem.

Pressupõe-se que seja necessário que um planejamento pensado na lógica responsável (de acordo com as bases da sustentabilidade, respeitando os modos de vida tradicionais, culturais), possa garantir um crescimento em consonância a um desenvolvimento local, ou seja, a forma como a atividade turística ocorre em determinado local, precisa ser repensada estrategicamente e alinhada com os atores que atuam no local, ainda que estes precisem alterar sua forma de trabalhar ou até mesmo alterar seu local de exercer determinada atividade. E isto significa um planejamento gradativo e participativo, amenizando impactos, para que siga uma gestão socialmente justa e economicamente sustentável. Pois, ao que afirma Diegues (1999), há uma crescente tendência com ocupações privadas de ilhas para fins de instalações de marinas e hotéis, o que representa perigo aos ambientes insulares, que já são frágeis quando ocorre tais ocupações, quando moradores caiçaras, pescadores e lavradores, acabam por ser expulsos de seus habitats, na maioria das vezes.

Esta afirmação, há mais de 20 anos, ainda é uma realidade, e se houver proposta para a retirada das marinas, haverá um conflito econômico a ser administrado e não é algo simples de ser resolvido, porém é preciso que haja um plano de crescimento e um plano de compensação



ambiental, se os impactos puderem ser quantificados e/ou qualificados, mas as marinas são exemplos de possíveis impactos em ambientes insulares, que ocorre já há muitos anos e, talvez, os impactos possam ser melhor analisados após um tempo de ocorrências.

Sem dúvidas isto é uma realidade para Ilhabela, havendo cerca de 7 marinas, a incluir o Yatch<sup>1</sup> Club de Ilhabela, um dos mais antigos, desde 1956, sendo considerado um dos mais importantes do país, com estrutura para receber embarcações de até 100 pés, em uma marina flutuante. Possui mais duas sub sedes, uma em Ilhabela, no Saco do Sombrio, em meio a Mata Atlântica preservada, e outra em São Sebastião.

Neste contexto, possibilitou-se pensar em realizar um estudo de capacidade de carga turística (CCT) como parte dos resultados das diretrizes ao planejamento responsável das praias de Ilhabela, e até mesmo em desenvolver ou adequar a uma metodologia para entender as dinâmicas sociais, ambientais, econômicas e culturais envolvidas. Para tanto, verificou-se que o estudo realizado de CCT no Plano Gestor de Turismo<sup>2</sup> (ILHABELA, 2005), foi insuficiente, pois não considera os detalhes de uma capacidade de carga operacional (CCO), a qual compreende por exemplo, a quantidade de banheiros que existem nas praias, a quantidade de médicos ou salva-vidas em praias, principalmente isoladas e com restrições de acesso. Além disso, este estudo também não considera o coeficiente rotativo dos turistas que adentram às praias.

Para tanto, desconsiderou-se a possibilidade de adequar este estudo, considerando as realidades de aplicação prática dos resultados, tendo em vista que principalmente a praia do Perequê, localiza-se em área central e de difícil fiscalização, assim como ocorre com as entradas via mar em Castelhanos. Nesse caso, haveria a necessidade de investimentos públicos em fiscalização para o ordenamento de entrada e saída desse público. Por tais motivos, neste momento a CCT não será discutida em termos de determinação numérica e condições. No entanto, esta situação para controle de carga pode ser discutida nas diretrizes de políticas públicas, havendo outras maneiras de controle, sem necessariamente uma forma de fiscalização que envolva recursos financeiros.

Partindo deste contexto e considerando que o arquipélago é uma área protegida de acordo com as diretrizes do Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela e do Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município, questionou-se: existe um planejamento turístico responsável nas praias de Ilhabela?

---

<sup>1</sup> Informações do site oficial: <https://www.yci.com.br/o-club/apresentacao/>

<sup>2</sup> PGT – Plano Gestor de Turismo

Para esta resposta, partiu-se do pressuposto que através de documentos públicos como plano diretor e plano gestor de turismo, há indícios de um planejamento responsável. No entanto, não há aplicabilidade e tampouco políticas públicas de controles de aberturas de empreendimentos turísticos (quiosques, agências de turismo, meios de hospedagens, bares, restaurantes) que garantam a eficácia da execução dos planos, não havendo um plano de controle do crescimento desses empreendimentos e políticas de compensação ambiental, social, cultural e da economia local dos autóctones.

Para buscar respostas para esta questão, a pesquisa realizada teve como Objetivo Geral:

- Propor diretrizes para o planejamento turístico responsável das praias de Ilhabela.

Tal objetivo considera as problemáticas de um ambiente insular que uma área protegida possa sofrer pelo fluxo e quantidade de pessoas vinculados à conscientização, educação ambiental e planejamento de gestão. Para conferir detalhamento ao estudo, os objetivos específicos da pesquisa foram:

- Analisar o uso atual das praias para estabelecer quais são os fatores de risco;
- Estabelecer diretrizes comportamentais aos frequentadores das praias;
- Estabelecer diretrizes de participação e governança que estejam de acordo com as necessidades dos empreendimentos turísticos e pautadas por uma lógica de planejamento responsável.

O trabalho se divide em 5 capítulos. O primeiro capítulo trata da Fundamentação Teórica, o qual apresenta uma revisão sobre temas como “Turismo, Planejamento e Sustentabilidade”, “Turismo Responsável”, “Turismo em Ambientes Insulares”, “Turismo Alternativo e Turismo de Massa”, “Turismo em meio a Covid-19: o pré, o durante e o início da reabertura e o turista da pandemia”. O segundo capítulo trata da caracterização das áreas estudadas, com dados sobre o município de Ilhabela e, de modo mais específico, das praias de Castelhanos e Perequê. No terceiro capítulo são descritos os procedimentos metodológicos. Em seguida são apresentados os resultados com diretrizes de um planejamento responsável das praias e, por fim, as considerações finais da pesquisa.

## CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 Turismo, Planejamento e Sustentabilidade

Antes de qualquer planejamento turístico e de qualquer aplicação à sustentabilidade, cultura e educação estão antecedendo às realidades das aplicações dos conceitos. Para isso,

em quase todas as destinações turísticas tem-se constatado a falta de “cultura turística” das pessoas que viajam, o que faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – acreditando não terem nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é “sagrado”, que têm direito ao uso daquilo pelo que pagaram e, permanecendo pouco tempo (individualmente), julgam-no insuficiente para serem responsabilizados pelas agressões ao meio ambiente.

Em virtude desse e de outros fatores, outras formas de turismo estão sendo propostas nos países desenvolvidos, além do turismo “brando”, e recebem as denominações de “alternativo”, “responsável”, “ecológico” etc (RUSCHMANN, p. 10-11, 1997).

Ou seja, cada destino detém seu público segmentado por um ou mais perfis que o próprio destino fez-se atrair, em cima de um planejamento ou pela falta dele; no sentido de que o perfil de maior fluxo irá determinar o comportamento dos turistas que tal destinação recebe de acordo com a cultura turística desse público. É sabido que o “turismo em massa é aquele cujo fluxo ultrapassa os limites da capacidade de recepção de um local em determinado tempo”. (PELLEGRINI FILHO, 1997, pp. 12). Entende-se que o destino também influencia sua demanda e vice-versa, porém em uma alta temporada, em um destino de sol e praia no estado de São Paulo, é algo bastante complexo para se planejar nos moldes da sustentabilidade.

Ruschmann (1997), descreveu sobre isso no final dos anos 1990, ou seja, há mais de 20 anos que as propostas de turismo “brando”, como alternativo, responsável e ecológico, os países desenvolvidos (da época), vêm adotando. E fala-se “complexo” para se planejar nas bases da sustentabilidade (sociedade, cultura, meio ambiente e economia), entendendo que o estado de São Paulo é o mais rico do país e o litoral norte segue as proximidades de um público de poder aquisitivo mais elevado, em comparação com os demais lugares do país. Isso significa que devido à esta posição geográfica, ocasiona a ter um público de maior fluxo aos finais de semana, com tempo de permanência menor e veranistas. Isto mostra uma pesquisa do PMTEIb (2017), que de fato, o maior público de Ilhabela na baixa e na alta temporada é o paulistano, em primeiro lugar, e depois municípios metrópoles do interior do estado de São Paulo.

Sobre isto, Lobo (2012) explica que há uma relação do perfil do ecoturista, que em alguns momentos irá buscar um meio de hospedagem com um conforto que foge às regras de um turista que vai a busca apenas de um modo de vida natural, e que também em um dado momento irá precisar trabalhar em seu *notebook* e até mesmo uma refeição de alta gastronomia.

No entanto, a motivação da escolha do destino foi o que ele o representa enquanto paisagem e elementos naturais que o atraíram.

Ou seja, um turista, ainda que este seja parte da cultura de viagem, não está “limpo” da sua própria cultura quando adentra a um novo lugar, ele segue sua cultura e, ainda assim, busca o seu motivo de viagem, seja este, de natureza, sol e praia, histórico-cultural etc.

Neste caso, encontra-se uma primeira diferenciação entre a maioria dos sistemas naturais e os sistemas socioambientais, como o turismo. No caso do turismo, dificilmente as necessidades dos elementos do sistema serão convergentes, de modo que seu comportamento pode até ser direcionado para que sejam atendidas as expectativas de apenas um elemento ou de um grupo articulado destes (LOBO, p. 100, 2012).

Por isto, é reconhecida a complexidade do turismo e suas relações que interdependem de fatores culturais, geográficos, econômicos, naturais, políticos e sociais, formando a dinâmica do cotidiano turístico do local, a maneira que os atores tratam o turista e a maneira que o turista trata não apenas os atores diretos, mas o indiretos e local como um todo.

Neste sentido, ainda mais destinos próximos de grandes cidades, capitais e regiões mais desenvolvidas economicamente, onde o poder aquisitivo dos lugares emissores de turistas seja mais elevado fazendo com que haja uma cultura do consumismo e *status* social mais evidenciada chegando um público de turistas que se comportam de maneira individualizada. Há um fetiche do fenômeno do turismo que é o de sair da aglomeração das grandes cidades e buscar um encontro com a natureza, de modo a mercantilizá-la, como explica Valença (2015), que também o turismo pode se apresentar de maneira dicotômica, provocando relações dialéticas, que por um lado demonstra um grande potencial de desenvolvimento e por outro, um grande potencial de degradação. Pois, o turista que se entende como ser passageiro, não acredita que sua interferência de poucos dias, possa causar impacto negativo ao meio ambiente (RUSCHMANN, 1997). A mercantilização da natureza explicada por Valença (2015), dialoga com a mercantilização da cultura abordada por Costa (2010), quando explica que há um grande incentivo do poder midiático em fortalecer essa mercantilização, fazendo dessas que tais “tentativas de acumulação constroem e absorvem dialeticamente, os desenvolvimentos e as tradições culturais locais”.

Isto demonstra que o público não detém dos conhecimentos e experiências de conhecer outros lugares e se comportar em ambientes diferentes do seu cotidiano, não demonstrando empatia, respeito e consciência por um espaço de ambiente insular, espécies raras, ambiente natural e mais fragilizado. Com isso, os destinos mais próximos de grandes centros, capitais e

metrópoles, acabam a se tornar atrativos principais de fetichização da indústria do consumo do *status* social, atraídos por imagens, paisagens paradisíacas, cenários de desejo.

Obviamente que não existe um único olhar do turista, isto segue variações de acordo com a sociedade, período histórico, grupos sociais, relações econômicas, e os olharem se constroem na medida que tais diferenças são encontradas nos indivíduos, como dito por Urry (2001). E este perfil de turista, de fato, não absorve as complexidades dos lugares e cada vez mais a dinâmica e o tempo da viagem tem sido mais agressivas nesse sentido, pois pouco se observa das realidades dos lugares, devido ao tempo que se gasta em redes sociais e se auto fotografando para alimentar a indústria do consumo do *status* social, e destinos paradisíacos. Claramente, este turista não tem a “consciência social e formas não-turísticas de experiências”, como retratadas por Urry (2001), que é o que determina tais práticas turísticas.

Junto a isso, “a incessante busca do lucro e da renda impõe a procura ou estabelecimento de critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade nos lugares” (COSTA, 2010, p. 98). Portanto, constata-se algo muito significativo ao que atrai os turistas ao olhar e ao usufruir seu pouco tempo livre e seus poucos recursos financeiros em consumir sua beleza, natureza e um diferencial, uma ilha. E sobre esse tempo livre,

nos países desenvolvidos, as viagens turísticas já consolidaram seu valor socioeconômico, que, com o passar dos anos, já se caracteriza como um “direito ao lazer”. Entretanto, esse direito passa a ser questionado diante dos efeitos negativos ao meio ambiente, provocados pelo afluxo massivo de turistas nas localidades receptoras (RUSCHMANN, p. 16, 1997).

O direito ao lazer, jamais pode ser colocado contra qualquer tipo de depredação, seja esta emocional, psicológica, seja no meio físico e ambiental. Portanto, é importante conhecer realidades consolidadas e já estudadas, exatamente para que não se cometa os mesmos erros de gestão. O marketing deve ser correspondido com a realidade do local, então se o destino se coloca como de beleza natural, paradisíaca, belas praias, ou seja, os turistas compram a sua viagem a este destino, então, de alguma forma isto lhe foi transmitido. No entanto, o enfoque deve ser a preservação de modo geral, porém com o objetivo de diminuir as desigualdades, isto através de empoderar comunidades e atores que compõem a cena da atividade turística, ainda que o poder público e empreendimentos privados entendam que isto não gere lucro. Isto, no sentido de que deve haver investimentos para um enfoque em preservação, como saneamento, políticas de educação ambiental e patrimonial à população autóctone, por exemplo, e é entendido que tanto educação quanto saneamento, não geram lucro. E realmente podem não gerar lucro a curto e médio prazo, porém é o que certamente, manterá o futuro de um destino que deseja se posicionar enquanto “turismo de natureza”. Também a relação do morador com

o trabalho e tempo livre e a relação do turista com o lazer e o tempo livre se colocam diretamente um dos agentes responsáveis por tamanho desequilíbrio, a priori, social. Explica-se que,

A análise da equação trabalho/saúde/tempo livre nos dias atuais passa, pois, pela compreensão da lógica que rege a intensificação do trabalho na sociedade capitalista contemporânea. Lógica esta que desemprega, extingue empregos formais e cria toda sorte de trabalhos precários; lógica que produz tecnologias altamente sofisticadas que permitem aumento nos ganhos de produtividade, diminuição do tempo necessário para a produção e, ao mesmo tempo, amplia a jornada de trabalho e intensifica a utilização de horas extras em prejuízo da saúde e do tempo livre das pessoas (PADILHA, (Org.) *apud* NAVARRO, p. 56, 2006).

Em resumo, Navarro (2006) explica que a precarização do sistema trabalhista e os modos atuais de trabalho, implicam diretamente na qualidade de vida da população, de modo a reduzir o seu tempo livre e danificar a sua saúde. Contudo, esta análise pode comparar-se à atividade turística em determinados locais, onde se consome o local por um dos motivos sendo sua paisagem, como Ilhabela, de beleza natural. No entanto, o que ocorre dos dois lados, tanto do morador/trabalhador, quanto do turista, é que do lado do morador há um aumento de sua produtividade, diminuição do tempo livre e lazer, isto ocorre tanto em alta temporada, em massa, com as excessivas horas extras, quanto em baixa temporada, se aumentando a busca por atividades de trabalho diários, sem contrato, vendas de mercadorias e etc.

Há uma relação de classe envolvida na história do Turismo, que segundo Gabrielli (2017), é parte do processo de desenvolvimento do turismo, que veio junto à revolução industrial, que partiu ao desenvolvimento dos transportes, êxodo rural, e então o surgimento de classe social (burguesa e proletariado). A viagem era algo destinada, fora do contexto de trabalho/negócios, a um lazer vinculado ao conhecimento e informação, que ficou conhecida como *Grand Tour*, praticado por aristocratas europeus. Então, a popularização dessa atividade, de maneira não planejada, irresponsável diante ao meio ambiente, às culturas locais, à sociedade e a própria economia local, que não é nada sustentável/equilibradamente, deu-se o “turismo de massa”, que não há um controle, um ordenamento, estratégia e um plano a ser seguido.

Também com o surgimento do proletariado, o tempo livre passou a fazer parte de sua vida devido aos direitos trabalhistas conquistados (folga, férias), fazendo então com que essa classe tivesse o interesse por viagens e lazer, e parte da sociedade de consumo. Com isso, alvo de estratégias de mercado, que fizeram com que o turismo se popularizasse. E é de suma importância que o turismo seja popularizado e que mais pessoas possam ter acesso e direito ao lazer e à viagem, mas desde que haja um plano responsável para que o destino que irá receber o público não seja insustentável, ou seja, não seja afetado em suas bases (sociedade, cultura, economia e meio ambiente).

Contudo, o tempo livre na pós-modernidade, se resume ao recurso essencial como parte do consumismo exacerbado, que é o lazer. Sendo este lazer, configurado em turismo na identidade do que é pós-moderno/contemporâneo, em torno do consumo, lazer e imagem. Que, através da tecnologia, hoje se tem espaços de debates, democratização do acesso ao conhecimento e informação, por outro lado, informações dispersas e ampliação dos espaços de debate (GABRIELLI, 2017). Assim,

Se, na sociedade industrial, a massificação e a homogeneização foram o fio condutor da produção, agora, na pós-modernidade, após reconhecer a diversidade das opções possíveis, as pessoas buscam, cada vez mais, as diferenças, seus próprios arranjos, promovendo-se a si mesmas como únicas, não aceitando estar apenas imersas numa massa homogênea. Dessa nova necessidade de distinção, quando as pessoas, mesmo dentro de grupos afins, precisam ser percebidas diferentes, individualmente, e se encontram frente a uma infinidade de opções de escolhas, emana a subjetivação atual. Assim, a valorização da imagem presente na sociedade contemporânea através dos meios de comunicação, um dos principais motivos vigentes, atingiu escalas jamais verificadas em outros estágios da civilização humana (GABRIELLI, p. 87, 2017).

Entende-se então, que o perfil do turista da pós-modernidade vem se configurando a um padrão de demonstração do seu “eu” de modo a diferenciar-se do restante do padrão da sua classe, mostrando seus dias diferentes, imagens bonitas, hábitos de vida, lugares, amigos, alimentos, entre outros elementos de *status* que possam atrair olhares que seu ambiente cultural valoriza.

Pois bem, a fuga dos grandes centros aos locais de presença da natureza é bastante evidente na alta temporada,

A deterioração dos ambientes urbanos pela poluição sonora, visual, atmosférica, a violência, os congestionamentos e as doenças provocadas pelo desgaste psicofísico das pessoas são as principais causas da “fuga das cidades” e da “busca do verde” nas viagens e férias e de fim de semana. Nessas ocasiões, o homem urbano, agredido em seu próprio meio, passa a agredir ambientes alheios. Trata-se de um círculo vicioso que é preciso romper por meio de planejamento dos centros urbanos e de medidas enérgicas que visem a conscientização para a preservação dos meios naturais, promovendo a sua conservação e perenização (RUSCHMANN, p. 19, 1997).

Na baixa temporada essa fuga também ocorre, mas em menor escala, pois é um perfil que tem férias e disponibilidade fora da alta temporada e um perfil que busca períodos mais amenos para desfrutar com maior qualidade dos ambientes naturais, é o que se chama de “turista de qualidade” (ILHABELA, 2017).

Quando se diz em Planejamento de uma localidade, e esta como sendo através da atividade turística e de base sustentável, é quase um termo redundante, pois para o turismo funcionar de forma positiva, ele deve ser sustentável, e ambos os termos compreendem as mesmas bases (cultural, sociedade, economia e meio ambiente) na sua estrutura de entendimento e de gestão. Assim, “o planejamento harmônico do desenvolvimento turístico

com práticas econômicas, culturais, sociais, entre outras, é a base fundamental para a sustentabilidade da atividade e da localidade como um todo” (GABRIELLI, 2017, p. 92).

Dessa forma, o Planejamento turístico sendo de base sustentável, além de embasar nos quatro pilares citados por Gabrielli (2017), como bases, para que ocorra, é necessário que haja envolvimento e participação social dos empreendedores, moradores (principalmente os diretamente envolvidos nas áreas compreendidas).

Tanto o Turismo, quanto a Sustentabilidade, trabalham a interdisciplinaridade do que envolve: economia, sociedade, cultura e ecologia/meio ambiente. Com isso, é preciso que cada uma dessas áreas saiba dos passos das outras e trabalhem juntas, pois uma dessas bases debilitada, com fraquezas, estando em risco e abandonadas, facilmente o sistema de gestão não será eficaz, tampouco responsável. Para que haja esse envolvimento, é preciso que estejam alinhados entre os atores/*trade* turístico, junto à governança (poder público-secretarias e entidades/associações/ONGs), e com a participação e pertencimento das áreas planejadas.

Sobre isto, Lobo (2012), conceitua uma série de fatores influenciadores no planejamento do turismo, que na falta dele, há desgastes nas relações entre destino, turista e todo o sistema turístico envolvido. Um desses conceitos é a entropia, ou seja, é um produto eminente de baixo grau de controle, que pode gerar prejuízos irreparáveis ao sistema. O que se opõe a entropia, é a homeostase, que é o princípio da conservação da energia para a manutenção do sistema em períodos maiores.

O interessante dessa análise é que, no caso da utilização destes conceitos que se encaixam perfeitamente como parte de uma metodologia de planejamento turístico responsável em ambientes naturais, é que tanto uma quanto a outra são avaliadas conjuntamente, através de um *feedback*, como posiciona

Na teoria, os sistemas abertos em condições naturais de auto regulação buscam diminuir a entropia e ampliar seus processos homeostáticos, por meio do *feedback* – negativo ou positivo. O *feedback* negativo ocorre quando o sistema busca anular as variações ocorridas em sua matriz, recusando entradas que ponham em risco sua sobrevivência. Por outro lado, o *feedback* positivo é o processo de ampliação das oportunidades de adaptação às alterações do meio, caracterizando sua capacidade de mudança e reorganização (LOBO, p. 101, 2012).

Contudo, a gestão desse processo é de observação e análise contínua. Ainda que haja alterações, a homeostase depende de uma consciência, trabalho mútuo e de manutenção sempre que percebido, mesmo que haja alteração elas irão se adaptar, assim como os organismos se adaptam ao meio (LOBO, 2012). Para isso, o entendimento do processo do sistema do turismo em consonância ao meio entrópico e homeostático, se entende que



[...] o conhecimento do princípio de auto regulação do sistema turístico visando sua manutenção depende essencialmente da atuação humana. Com isso, torna-se mais relevante a necessidade de identificação dos limites de suporte do ambiente, seja ele natural, urbano ou rural. Estes limites, na concepção da teoria geral dos sistemas, correspondem à capacidade máxima de processamento dos inputs realizados, de forma que seus produtos possam ser absorvidos dentro do processo de homeostase, diminuindo a sua entropia e mantendo o estado de estacionariedade do sistema (LOBO, p. 102, 2012).

Pode-se dizer que há uma análise constante a se fazer em todos os destinos, independentemente de quais forem seus potenciais turísticos em uso, e todo lugar há seu limite de suporte. O que ocorre é que “o sistema turístico é dotado de uma dinâmica de interações condicionada: a uma evolução temporal; a uma dinâmica de alteração espacial; a um conjunto de intenções; e a outro conjunto, de regras, diretrizes e limites de uso, que buscam resguardar a sua manutenção” (LOBO, p. 107, 2012). Esta compreensão é necessária que se chegue em todas as camadas dos atores do turismo, para que assim, a gestão desses limites seja compreendida aos moldes do conhecimento, prevenindo problemas irreversíveis.

Ilhabela detém de uma riqueza natural, devido a sua quantidade de recursos naturais, agrupadas aos conceitos de posição geográfica, dessa forma apresenta qualidades econômicas pelos bens que abriga. No geral, as cidades litorâneas detêm de “vantagens locacionais”, em comparação com os demais municípios brasileiros, por apresentar um espaço finito e um conjunto de funções especializadas e até mesmo exclusivas (AQUINO, 2011).

A valorização de um determinado espaço é atribuída de acordo uma série de fatores, para isto define-se como

A valoração do espaço é um ato de atribuição de valor, isto é, de mensuração qualitativa ou quantitativa de um bem ou de um conjunto de bens. Seu resultado é uma representação fundamentada em padrões de equivalências gerados por uma apropriação intelectual (imaterial) da realidade.

Valorizar, por outro lado, significa a realização do valor, sua apropriação material. É o ato de transformar materiais da natureza em valores de uso, dando-lhes uma utilidade para vida humana. A valorização é, portanto, um resultado do trabalho, ao transformar recursos naturais em produtos e ao materializar-se em objetos criados. O processo de valorização implica no estabelecimento de fins e na avaliação de alternativas e meios, logo tem a valoração como um de seus momentos constitutivos (AQUINO, 2011, p. 28).

Então, quando há um espaço onde o processo de valorização é exacerbado devido ao apelo ambiental, paisagístico, paradisíaco, as especulações imobiliárias e apropriação do espaço, tendem a aumentar e óbvio, selecionar o público de determinada área, seja em moradias, seja em estabelecimentos comerciais, hotelaria, serviços, bares e restaurantes. No entanto, o Estado é o maior agente impactante na zona costeira, com a capacidade de reverter tendências de ocupação e gerar novas perspectivas de uso, ou seja, pode imobilizar áreas, através de

tombamento ou pela instalação de equipamentos ou se responsabilizar pelo acesso e sua infraestrutura (AQUINO, 2011). Toda a costa litorânea brasileira quando iniciou o processo de ocupação turística, se deu pela ocupação de turistas de veraneio, havendo a expressiva urbanização, mesmo em períodos de crise econômica no setor de construção civil. A atividade turística de veraneio impacta nos termos ambientais referentes ao ordenamento do uso do solo e é de responsabilidade dos poderes públicos. Gera também conflitos fundiários (AQUINO, 2011).

Atualmente o processo de urbanização litorânea, não apenas na região costeira e através de segundas residências (veranistas), mas sim a um movimento migratório à costa, tem havido um contingente populacional que não é uma demanda de mão de obra industrial, nem mesmo por serviços institucionais, mas sim, através do mercado informal (AQUINO, 2011). Tal fenômeno de migração de grandes metrópoles para a região costeira ou do interior às metrópoles e capitais tem ocorrido desde a década de 1950 (AQUINO, 2011), no entanto o trabalho informal que segue à costa se relaciona diretamente à atividade turística e, muitas vezes esta migração pode ser temporária, mas também definitiva, pois são localidades que de certa forma proporcionam qualidade de vida aos munícipes diferenciadas, transporte público urbano bem estruturado, pois precisa atender a demanda de turistas, e também ocasiona rendas maiores em determinados períodos do ano, com isso, trabalhadores informais conseguem levar suas famílias. Estes são um dos fatores do aumento populacional desordenado nas regiões costeiras.

No entanto, tais ocupações ocasionam impactos de saneamento básico em um baixo desempenho do país e,

tais níveis são atingidos exatamente no cruzamento de uma herança colonial-escravista de grande dívida social, com a forma socialmente perversa da modernização operada no pós-guerra, marcada pela seletividade e exclusão social. Essas populações excluídas vão se alojar no espaço urbano litorâneo exatamente nas áreas deixadas sem uso pelas outras atividades, geralmente áreas de grande vulnerabilidade e/ou de proteção ambiental. No primeiro caso, pode-se lembrar as encostas íngremes e as zonas sujeitas a inundações; no segundo, as áreas de defesa de mananciais ou manguezais. A forma espontânea e precária de assentamento dessas populações vai resultar em efeitos impactantes significativos no que tange à contaminação do meio ambiente, o que redundará em alta insalubridade no que toca a qualidade de vida local (AQUINO, 2001, p. 37).

Ou seja, quando se fala em responsabilidades dos órgãos públicos locais por controle de ordenamento territorial tem a ver com esses resultados que iniciaram nas ocupações das costas por veranistas, e hoje se tem a atividade turística com uma das mais importantes atividades econômicas do país e para destinos litorâneos.

Então, sobre planejamento turístico responsável é preciso ter em mente, que há etapas nesse processo que precisam ser estabelecidas de modo que possibilite levantar dados sobre a potencialidade das áreas em foco, e então diagnosticar a situação atual, seguindo de um prognóstico, ou seja, a situação futura do local, para que dessa forma, sejam propostas as ações e diretrizes auxiliando nas orientações das atividades turísticas, que seja considerada a sustentabilidade dos recursos ambientais (FERNANDES, 2005). Assim, para um planejamento turístico eficaz, deve-se controlar a oferta de trabalho com um sistema que proteja as necessidades básicas da sociedade, tendo na alta e na baixa temporada os mínimos direitos trabalhistas e que não haja um desgaste físico e psicológico nas épocas de maior fluxo e de menor fluxo. Dessa forma, atingir-se-á um equilíbrio entre as bases da sustentabilidade, ou seja,

a medida que os processos fundamentais de produção e reprodução ecológica, social, econômica e cultural funcionam, pode-se afirmar que são sociedades sustentáveis. Essa sustentabilidade, no entanto, está associada a baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, a respeito pela conservação dos recursos naturais (DIEGUES, 2000, p. 91).

Ilhabela tem potencial turístico para haver fluxo constante o ano todo, de modo que as gestões públicas e privadas dos empreendimentos locais, trabalhem em cima do controle do sistema para, assim, executar uma gestão responsável, de modo a atrair o público correspondente a oferta e posicionamento do destino.

## **1.2 Turismo em ambientes insulares**

A atividade turística era realizada no século XX, em diversos lugares, por uma parcela mínima da população, de alto poder aquisitivo, com o objetivo de lazer, ócio e não-trabalho. Porém, apenas no século XXI que a atividade turística e o tempo livre, passou a ser praticada por outras camadas de classes sociais. Quando se inicia esse processo mais popular de descanso através da atividade turística, destinos em ambientes naturais, que trazem sensações de bem-estar recebem turistas de ambientes urbanizados/cidades maiores/capitais/metrópoles. Com isso, estes destinos de características naturais, tornam-se mercadorias e um produto do sistema econômico que faz parte do sistema de trabalho, ou seja, o homem precisa do trabalho e precisa do descanso em um ambiente que o faça gastar para descansar e retornar ao ambiente de trabalho com a sensação de bem-estar adquirido em um ambiente que o proporcione isto (CALVENTE, 1996). Então, a atividade turística, cada vez mais vem se tornando uma importante aliada à economia e parte do sistema trabalhista.

Obviamente que anteriormente, quando o turismo era um produto somente elitizado, também os ambientes naturais eram mercadorias, porém devido ao seu crescimento desordenado e popular, consequências socioambientais e culturais podem ser observadas em destinos de potenciais naturais. Sobre isto, Harvey (2005) explica que há diversas evidências que a importância da urbanização para o processo de desenvolvimento político, cultural e industrial no século XIX, e na expansão das “relações sociais capitalistas aos países menos desenvolvidos (que agora têm as cidades que mais crescem no mundo)” (HARVEY, 2005, p. 166).

Neste aspecto abordado por Harvey (2005), considerando a afirmação anterior, pode-se colocar o turismo como também parte do desenvolvimento industrial, entendendo os conceitos de que turismo é uma indústria sem chaminés, e que no Brasil, nesse período, estava as cidades urbanizadas com o crescimento acentuado. Além de entender que os destinos turísticos, de caráter paradisíaco, os quais, atraem o perfil elitizado, de origem de cidades mais desenvolvidas economicamente, é como se houvesse um processo temporário de crescimento, impactando na capacidade de suporte de pessoas no geral, no município. Independentemente de ser morador ou não, gera um impacto devido ao crescimento desordenado, seja temporariamente ou não.

Certamente a urbanização deveria ser considerada como parte do desenvolvimento social, porém as práticas espaciais da sociedade capitalista adquirem conteúdos burocráticos, de gênero e raciais. Contudo, dentro do capitalismo há as práticas de classes, envolvem a circulação do capital, a bruta reprodução da força de trabalho e das relações de classe, e com isso, a hegemônica que se apresenta a partir da necessidade de controlar a força de trabalho. E então a consciência do morador de tais ambientes urbanos são influenciadas pelas influências das experiências e percepções (HARVEY, 2005), e isto ocorre ciclicamente, repetidamente, viciosamente no sistema capitalista regido por hierarquias sociais, hierarquias de classes sociais.

Em paralelo a isto, Diegues (1999) afirma também que ambientes insulares sugerem espaços seletivos, mercadoria do lazer para os públicos de poder aquisitivos mais elevados, refúgio, encontro com o natural, com o novo, buscas de aventura. Por outro lado, em longos períodos (pré-industriais), o conceito de ilhas era atribuído à lugares de alta periculosidade, pois eram habitadas por presidiários. No entanto, em contraposto a isto, no pós industrial, os ambientes insulares foram considerados paradisíacos e frequentados por classes sociais mais elevadas, e têm sido ocupados por instalações de marinas privadas e hotéis, representando

graves perigos e reforçando a ideia de fragilidade, pois ocorre expulsão dos moradores, pequenos lavradores e pescadores.

Os ambientes insulares são considerados frágeis, além das questões com os moradores relacionados à economia, cultura, território, ecologia e política, existem as questões que envolvem esse ecossistema de recursos limitados. Diegues (1999), exemplifica os casos de ilhas europeias que, no período de sua pesquisa, estava em alta estudos em ambientes insulares, e isto, ocorreu devido às facilidades de acesso a estes lugares, ao reconhecimento e participação da ONU por partes destas ilhas, as quais algumas registradas enquanto nações, por isto da representatividade. Com isso, o autor explica que a atividade turística, enquanto invasora prejudicou as características culturais, alterando as dinâmicas e rotinas dos moradores. Além disso, houve grande perda de território relacionada ao capital imobiliário, os quais iniciaram o processo de especulação imobiliária. O autor ainda aponta a importância dos ambientes insulares no sentido ecossistêmico, por não receber influências externas e ao seu processo evolutivo, ou seja,

As espécies insulares são mais frágeis porque evoluíram em sistema fechado, perdendo sua capacidade de competição. Nas ilhas há, em geral, um endemismo maior que no continente, entendido este como a relação entre o número total dos gêneros, de espécies e subespécies do povoamento insular e o número de espécies nativas.

Quanto mais formas de vida endêmica existem numa ilha, mais desequilíbrios pode causar a ação humana. Quando se estuda a história, percebe-se que ilhas oceânicas foram povoadas bem após os continentes mais próximos. Dada a fragilidade do espaço insular, toda colonização humana pode ter impactos negativos sobre o ecossistema insular bem maior nas ilhas que nos continentes (DIEGUES, p. 6, 1999).

Este é um dos fatores de maior importância encontrados nos ambientes insulares em questões ecológicas e, inclusive culturais. Em paralelo a isso, cabe a discussão de dentro da própria sustentabilidade e natureza em que Ilhabela se posiciona<sup>3</sup>. E a fim de um “intercâmbio ecologicamente desigual”, como colocado por Alier (2017), exemplificando em forma de produtos de origem de determinado local, onde foram exploradas as mãos e os recursos naturais e posteriormente comercializados externamente por valores que não correspondem ao equilíbrio desejado, e ainda que houvessem valores que pagassem os impactos causados à sociedade e meio ambiente local. Explica que, “Em um modelo econômico, quaisquer que sejam suas causas, o resultado será sempre o mesmo. As externalidades, na medida em que são

---

<sup>3</sup> No Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela, o qual cita diversas vezes o termo “sustentabilidade”, e no Plano de Marketing Turístico Estratégico de Ilhabela (2017), o qual se conclui o posicionamento do município, comercialmente, em “turismo de natureza”, como principal potencial turístico do município.

conhecidas, não estão incluídas nos preços (...) é uma decisão imposta por estruturas sociais injustas” (ALIER, 2017, 290).

No exemplo dado pelo autor, ele apresenta casos externos ao Brasil, como África e Peru como explorados e EUA e Europa como exploradores. E obviamente notamos isto na história de Ilhabela, e hoje, no turismo e exploração imobiliária, principalmente da costeira, seja para construções de mansões, seja para construções de meios de hospedagens, e isto em todo o território brasileiro e por capital estrangeiro, e como disse Alier (2017), por valores não correspondidos, externalidades e impactos não inclusos nos preços, havendo tal intercâmbio desigual e já podendo se observar os prejuízos sociais e ecológicos. Tornando-se um arquipélago de contradições em conceitos sustentáveis, de responsabilidade ambiental, do turismo, do meio ambiente, da cultura e da sociedade.

Este foi um processo que vem ocorrendo recentemente, quando o turismo reviveu a uma nova atividade econômica no município, e mais ainda hoje, com a exploração do petróleo, o que ocasionou maiores recursos aos cofres públicos municipais, podendo observar notórias transformações nos espaços, e até mesmo nos perfis de turistas. Alier (2017) pontua que o meio ambiente é a forma de sustento humano, e esse entendimento deveria partir de ações sociais, partindo então do princípio de onde a sustentabilidade desse partir, sendo o meio ambiente estancado como força para o atingimento das demais estruturas de uma sociedade.

Sobre essa mercantilização do espaço, da cultura, do meio ambiente que o turismo apresenta como impacto, era prevista há cerca de 20 anos, no mínimo, quando a atividade ainda não era notória no país como é hoje (até 2019<sup>4</sup>), representando quase 10% do PIB brasileiro (BRASIL, 2019), e em Ilhabela, atividade econômica principal dos municípios. No entanto ao final da década de 1990 pesquisadores do turismo, defendiam que a atividade era uma alternativa econômica viável para muitos países, em especial para os em desenvolvimento, como sugeriu Fonteles (1999), ainda afirmando ser o turismo, projetado como a segunda maior fonte de renda do século XXI. É muito comum, analisar literaturas desse período da construção do pensamento em turismo, afirmações e “previsões” como esta. Os impactos demonstrados e estudados que ocorreria, se não houvesse um planejamento e articulação com o *trade* turístico, e de fato é o que se observa em diversos municípios, porém, a prática para ser aplicada, precisa entrar e, entra em combate com o sistema econômico.

---

<sup>4</sup> Considera-se até 2019, pois a pandemia ocasionada pela COVID 19, em 2020, trouxe dados econômicos únicos e incomparáveis, em quase todo o mundo, falando-se em municípios com dependência econômica da atividade turística.

Hoje, haja visto, que a mercantilização do espaço, da cultura e da natureza são os “novos” recursos adotados pela reinvenção do sistema, e de fato, cientistas pesquisadores iniciantes do turismo, estavam certos que ele seria acrescido, porém as afirmações de que o Turismo era uma alternativa econômica para o desenvolvimento local, precisava ter sido mais realista com as intenções do que o sistema capitalista objetiva, que é o lucro. E com isso, o turismo haja necessário que fosse parte da economia do município, e não a alternativa econômica; para que o equilíbrio e a justiça social, a partir do “ecologismo dos pobres”, como dito por Alier (2017), possa funcionar de maneira mais notória e com a comunidade presente e sendo parte do processo, sentido os impactos da “exportação” dos recursos naturais, culturais e mão de obra social. Sobre isto,

a atividade turística apresentou um grande crescimento em todo o mundo a partir do fim da segunda guerra mundial. Atualmente é apontada como um dos grandes vetores de desenvolvimento social e econômico para os próximos cem anos, tornando-se uma importante ferramenta para uso político do poder público governamental. Essa tendência a maximizar os efeitos do crescimento do turismo em todo o mundo liga-se a discursos políticos, pesquisas científicas e mesmo conjecturas de mercado, que levam em consideração o aprofundamento do processo de globalização econômica nos últimos tempos. Isto se deve ao fato de que a atividade turística, se bem planejada, pensada e instituída, pode oferecer inúmeras possibilidades para a geração de emprego e renda, já que engloba importantes setores, como hotelaria, construção civil, restaurantes, franquias, parques temáticos, parques naturais, poder público, cultura, lazer, consumo, transportes etc (SILVA, 2012, p. 50).

Nesse sentido, em Ilhabela, devido às construções de melhores estradas e popularização dos automóveis, foi atingida pelo turismo de massa na década de 1970, quando já havia sido instalado o *ferry boat* para a travessia de veículos. Com isso, passou a ser frequentada por turistas com maiores poderes aquisitivos que buscavam ambientes de caráter mais privativo, devido ao fato de ser um município insular (CALVENTE, 1996). As atividades econômicas recentes anterior à chegada do turismo, eram de subsistência, pesca e pequenas roças, isto após dois grandes períodos de monocultura, que foram do café e da cana-de-açúcar. Com efeito, as terras valiam muito pouco e rapidamente foram vendidas e a especulação imobiliária iniciou fortemente (CALVENTE, 1996). Com isso, vieram as consequências ambientais, devido ao município não estar preparado para receber a quantidade de veranistas e turistas, no sentido de estrutura e de leis que preservem o ambiente e o crescimento desordenado.

Neste momento, surgiram as organizações sem fins lucrativos e em um momento cujos movimentos ambientalistas estavam em processo de organização no país. Então, os Parques Estaduais estavam em processos de criação, inclusive o Parque Estadual de Ilhabela, o qual surge em um momento de necessidade ambiental, porém iniciam-se os primeiros conflitos

territoriais. Pois, de um lado estavam os caiçaras tradicionais que sobreviviam da pesca artesanal e suas residências de posse, de outro lado havia a especulação imobiliária que comprou e “grilou” as terras na costeira, murando as praias, impossibilitando a entrada para pesca dos caiçaras; e além disso, houve os limites de caça, pesca e roças, impossibilitando e dificultando as atividades de subsistência e culturais da comunidade. Com isso, a pesca deixou de ser atrativa aos jovens, e então, outras atividades de serviços aos turistas foram se desenvolvendo (CALVENTE, 1996).

Com isso, nota-se que o turismo em ambientes insulares se tornou um objeto de luxo e de *status* social, cujo o perfil não está atrelado ao perfil dos segmentos condizentes ao que o destino se potencializa. Os turistas dos segmentos de Ecoturismo, Aventura, Alternativo, Experiências, acabam se minimizando, frente a massa de turistas que chega ao encontro do paraíso como fundo de fotografias para ostentações nas redes sociais.

### **1.3 Segmentação do turismo e suas complexidades: sol e praia e turismo responsável**

O Turismo, por se tratar de um fenômeno, surge de maneira influenciada em diversos setores, sejam eles econômicos, ambientais, midiáticos, modismos etc. Assim, os perfis e sua segmentação estão diretamente atrelados, e também vítimas de um fenômeno, o qual teve seu fator tendencioso, seja ele de massa, seja ele de elite/seletivo.

No entanto, segundo Silva (2013) o crescimento do turismo de massa se iniciou na metade do século XX, diferenciando-se do turismo elitista que se concentrou nos séculos anteriores. Assim sabe que o Turismo de Massa se associa ao turismo de larga escala, replicando ao modelo de produção industrial, com forte concentração geográfica e de capital. O que resultou na expansão da classe média dos países desenvolvidos, que se iniciou a busca em larga escala, por conquistas de novas leis relacionadas aos direitos trabalhistas, incluindo melhores salários e férias.

Também se relaciona com as transformações nos meios de transportes possibilitando as viagens de trem, que separadas por classes também, e mais a frente no século XX, hierarquizando ainda mais com a chegada de veículos e aviões (URRY, 2001). No caso do Brasil, se assemelha a esta teoria, pois em períodos mais à frente, já no século XXI, e em um processo de industrialização mais tardia, que nos países mais desenvolvidos da época.

Dessa forma, os fatores que privilegiam o turismo de massa, foram o desenvolvimento dos transportes ofertando maior acessibilidade aos destinos geograficamente mais favoráveis



(SILVA, 2013). Com efeito, o turismo como explica Silva de acordo com a historiografia da região por ele estudada, ilha dos Açores em Portugal, mas que para este trabalho se vale também, devido à proximidade que Ilhabela se encontra da capital paulista e das principais metrópoles econômicas, onde concentram-se a massa da classe média conceituada. Esta classe média chegou a Ilhabela no início dos anos 1960<sup>5</sup>, iniciando os primeiros passos do turismo por veranistas.

A partir de então, o “turismo alternativo” surge como alternativa ao turismo em larga escala, pelo reforço com a interação sociocultural e ambiental com o destino (SILVA, 2013). No Quadro 1, são apresentados segmentos que se confundem ao turismo alternativo.

**Quadro 1:** Turismo alternativo: segmentos que se assemelham

<b>Turismo alternativo: interpretações que se englobam</b>	
Turismo sustentável <sup>6</sup>	Turismo suave
<i>Slow tourism</i>	Turismo qualitativo
Turismo de nichos	Turismo ecológico
Ecoturismo	Turismo responsável
Turismo verde	Turismo apropriado

Fonte: SILVA, 2013 - adaptado pela autora

Portanto, existem alguns contrapontos aos segmentos de turismo alternativo, como sendo este, o qual sugere, que

O turismo sustentável incrementará os custos de seu desenvolvimento, que se reverterão no aumento do preço das viagens para os turistas. A determinação da capacidade de carga dos espaços turísticos limitará o acesso de pessoas em determinadas áreas, o que gerará uma demanda maior que a oferta que, conseqüentemente, aumentará os preços para os visitantes. Por isso, o turista de massa não terá acesso a esses espaços e o turista de elite voltará a predominar nesse contexto. Assim, a sobrevivência das empresas nesse mercado em transformação e em contínua mudança depende, essencialmente, da capacidade de inovação de cada uma delas – não apenas no setor de marketing ou nos conceitos de viagem, mas também no planejamento, do qual dependem a organização, a elaboração do produto, a criação de “pacotes” e a administração da atividade (RUSCHMANN, p. 17, 1997).

Contudo, há uma complexidade que depende diretamente de políticas públicas que devem ser articuladas entre governanças e lideranças locais, pois estes entendem as dinâmicas

<sup>5</sup> Citado e explicado em “Caracterização do Município” deste trabalho.

<sup>6</sup> A autora dessa pesquisa não considera Turismo Sustentável como um segmento turístico

específicas que envolvem cada problemática do local. Por exemplo, se implantado uma capacidade de carga a cada atrativo ou um plano de controle de crescimento de empreendimentos ou de uso destes, e isto gere uma maior demanda do que oferta, pode ocasionar em um grande conflito, envolvendo turista, operadora, agência de turismo, cia aérea, locadora de veículos, meios de hospedagem e A&B. Isto tudo, está inteiramente relacionado com a evolução da cientifização do Turismo em meio ao desenvolvimento econômico e a dada importância da atividade turística como fonte de renda principal de municípios, estados e população. Contudo, quando dada a importância ao planejamento, a atividade encontra-se em erupção, e então apresenta-se todas as problemáticas para a chamada “capacidade de inovação”, dada por Ruschmann (1997), que cada localidade busca, não desmoranar a economia, paisagem, cultura (principalmente quando esta é um dos atrativos principais), sociedade, política e ecologia. Neste momento, que a força do apelo à sustentabilidade entra, tanto nas discussões e debates entre agentes locais, pesquisadores, como o próprio mercado tenta a se adequar de maneira midiática, como é o caso recente dos canudos de plástico, que foram proibidos<sup>7</sup> apenas nos bares que beiram as praias.

O turismo tem ganhado espaço como ponto de interesse e consumo de conhecimento do ser humano, como objetivo de contribuir com a formação dos indivíduos e dos grupos sociais, promover seu desenvolvimento e proporcionar descanso e diversão, o que faz com que as várias dimensões que o formam como comercialização, transporte, hospedagem, alimentos e bebidas, infraestrutura e serviços formem um sistema onde as variáveis envolvidas interagem entre si, podendo resultar em reflexos positivos e/ou negativos no meio econômico, social e, principalmente, ambiental. Panosso (2010) afirma que a humanidade chegou a um estágio em que a simplicidade lhe interessa mais, no sentido de que o luxo vem perdendo espaço, e vem ganhando o maior encontro com o natural, autêntico. E que a maioria das pessoas buscam pelo diferente por aquilo que lhe marque e fuja de seu cotidiano. Neste contexto, ao mercado turístico, deve ser incorporado o paradigma da sustentabilidade como forma de conduzir seu desenvolvimento para utilizar os recursos naturais, sociais e econômicos disponíveis para prever através de dados e informações, e controlar os impactos resultantes, surgindo assim o conceito de turismo de experiências, que é envolvido no que se entende do turismo sustentável.

Essa tendência da busca pelo autêntico, do alternativo que difere seu cotidiano, as imagens que permeiam seus dias de estresses, trabalhos e rotinas, é evidente os modos que essa tendência vem aumentando, e em um ambiente insular, se torna ainda mais propício quando a

---

<sup>7</sup> Lei Municipal 1316/2018

sociedade pós-moderna, que tende a valorizar criações, e consumir imagens e lazer, assim, também

Esse “novo” modo de ser e estar no mundo, ou na sociedade, se reflete também na prática do turismo. Se até então o turismo tradicional, focado em grandes estruturas voltadas para o atendimento em massa, pautado apenas na distinção de grupos, ou seja, nos lugares que cada grupo frequenta, que tipo de transporte ou alojamento usam, etc, era preponderante, verifica-se um crescimento significativo de interesse por formas alternativas de turismo (GABRIELLI, 2017, p. 87).

Se este artigo tivesse sido escrito no ano de 2020, faria mais sentido com as evidências e realidades massivas, mas demonstra que essas tendências de turismo alternativo, mudanças de comportamentos já vinham sido apontadas. E este processo veio a impulsionar a aceleração e o momento do turismo alternativo aponta para importantes transformações que necessitam de um planejamento acoplados com um turismo responsável que garanta o desenvolvimento sustentável no sentido que equilibre suas bases (economia, sociedade, cultura, meio ambiente). Com isso, o turismo sustentável, é um conceito e uma forma de planejamento e gestão, que há necessidade de ser inserido em todos os segmentos, sendo de sol e praia ou ecoturismo.

## **CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1 Delimitação dos objetos de pesquisa**

Para a escolha dos objetos de pesquisa, entende-se que estes são parte dos atrativos mais visitados em Ilhabela, conforme a última pesquisa realizada pelo Plano de Marketing Turístico Estratégico de Ilhabela (ILHABELA, 2017).

A praia do Perequê, localizada na região central, de núcleo comercial e demográfico, em Zona Urbana de Baixa Restrição (ZU2), por compreender relevos de 0 a 30%, e por estar próxima aos centros comerciais, administrativos e ofertas de serviços, possível implantação de módulos de tamanho mínimo de 450m<sup>2</sup> sem desdobro (ILHABELA, 2015).

É a praia de uso recreativo e esportivo mais utilizada para eventos de pequeno, médio e grande porte, por localizar-se em área plana, e de maior planície e concentração populacional e de infraestrutura do município, junto aos bairros Itaquanduba, e Barra Velha (ILHABELA, 2015), próximos dos serviços de transporte de *ferry boat*, A&B, supermercados, e além disso, outra questão envolvida na escolha desta praia enquanto objeto de estudo, foi a pesquisa de capacidade de carga, realizado no PGT – 2005, o qual utiliza-se uma metodologia de

classificação dos atrativos em categorias (A, B, C e D). Estas categorias foram baseadas nos critérios de nível de densidade, praia urbana ou isolada, acesso e área.

A praia de Castelhanos foi escolhida por compreender um território da zona de amortecimento mais próximo de área protegida com a segunda maior comunidade tradicional caiçara de Ilhabela, e por estar entre as primeiras praias mais visitadas de Ilhabela (SÃO PAULO, 2017). Além disso, é a única praia que possui acesso terrestre em sentido leste da ilha, através da Estrada-Parque (ILHABELA, 2015).

Então, a aplicação de um estudo de planejamento turístico sustentável nestas duas praias, de realidades de perfil turístico e ambiental similares, porém de perfil cultural, econômico e social tão diferentes, pode fazer parte desse processo de planejamento, para que ofereça ao final um prognóstico para auxiliar gestores de todos os âmbitos no município.

## **2.2 Etapas e procedimentos de pesquisa**

Os procedimentos de pesquisa pretenderam demonstrar através de análises de dados documentais, bibliográficos, buscas de resíduos sólidos encontrados nas praias, a necessidade de um planejamento turístico responsável das praias de Ilhabela, que de fato seja compreendido na interdisciplinaridade que compõe uma gestão pública e gestão privada dos empreendimentos turísticos, de acordo com a realidade turística do município, sabendo que esta é a atividade econômica principal dos munícipes.

O primeiro procedimento metodológico desta pesquisa foi análise bibliográfica, considerando autores que tratam dos temas “sustentabilidade”, “turismo sustentável, alternativo, consciente e de massa”, “planejamento sustentável e turístico sustentável”, “turismo em áreas protegidas”, “turismo em ambientes insulares”, “Turismo de Natureza e Ecoturismo”, “Turismo de Experiências”, “Turismo Responsável” (DIEGUES, 2000; GABRIELLI, 2017; LOBO, 2012; RUSCHMANN, 2008; PANOSSO NETTO, 2010; HARVEY, 2005 ; COSTA, 2010). Através desses autores principais, foram construídas as argumentações na fundamentação teórica deste trabalho que está em desenvolvimento.

Junto a isso, visitas técnicas aos locais de pesquisa foram realizadas nos períodos de dezembro de 2018 a novembro de 2019, para acompanhamento do fluxo turístico. Registros fotográficos foram realizados na noite de 31 de janeiro de 2018 para 01 de janeiro de 2019, na festa de Réveillon, com o objetivo de registrar resíduos sólidos no ambiente marinho e nas faixas de areia, na praia do Perequê. E no período do mês de novembro de 2019, o qual antecede a alta temporada e com o objetivo de registrar os objetos de estudo em períodos de menor fluxo e analisar o estado físico e ambiental das praias, em relação aos resíduos sólidos. Esta escolha

pelo Réveillon, foi dada por ser um período extremo de alto fluxo turístico e demonstração da fragilidade do espaço e a administração e uso turístico não responsável da praia.

Na visita à praia de Castelhanos foram realizadas entrevistas com moradores e lideranças, e foram feitas entrevistas de caráter qualitativo e não estruturadas, com o objetivo de entender a lógica cultural e econômica local.

Portanto, as lideranças identificadas são de associações, empresários de comércio de serviços de grande relevância ao local.

As identidades dos entrevistados foram mantidas em sigilo, sendo nomeados por códigos alfabéticos. Sendo o entrevistado A, empreendedor de outra localidade; entrevistado B, jipeiro; entrevistado C, empreendedor local e líder comunitário; e entrevistado D, líder comunitário.

Na tabela 1, encontra-se descrito o detalhamento dos entrevistados.

**Tabela 1:** Categorias profissionais dos entrevistados

<b>Categorias dos entrevistados</b>	<b>Quantidade</b>
<i>Trade</i> turístico de Castelhanos (A)	1
<i>Trade</i> turístico Ilhabela-Castelhanos (B)	1
<i>Trade</i> -Comunidade tradicional (C)	1
Comunidade tradicional (D)	1
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa

Na terceira etapa dos procedimentos metodológicos foi realizado um estudo dos planos produzidos para Ilhabela e alguns dos documentos que se relacionam com o tema (Quadro 2). Do Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental de Ilhabela, fez-se um resumo em foco às questões voltadas ao Turismo, o qual se encontra no Apêndice A.

**Quadro 2:** Documentos analisados

(continua)

<b>Documentos</b>	<b>Referências</b>
Plano de Manejo Parque Estadual de Ilhabela	Governo do Estado de São Paulo. Plano de Manejo Parque Estadual de Ilhabela, 2015;
Relatório da Qualidade das Águas Costeiras no Estado de São Paulo	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório Qualidade das Águas Costeiras no Estado de São Paulo-2017.

	CETESB - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2019.
Plano Gestor de Turismo	Prefeitura Municipal de Ilhabela. Plano Gestor de Turismo, 2005. Ilhabela-SP.;
Plano Gestor de Turismo	Prefeitura Municipal de Ilhabela. Plano Gestor de Turismo, 2015. Ilhabela-SP.;
<b>Documentos</b>	<b>Referências</b>
Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental de Ilhabela	Prefeitura Municipal de Ilhabela. Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental de Ilhabela, 2006;
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Prefeitura Municipal de Ilhabela. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, 2013;
Plano Municipal de e Qualidade das Águas Costeiras no Estado de São Paulo	Prefeitura Municipal de Ilhabela. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Ilhabela, 2015;
Plano de Marketing Turístico de Ilhabela	Prefeitura Municipal de Ilhabela. Plano de Marketing Turístico de Ilhabela, 2017.

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa

A partir disso, construiu-se um resumo<sup>8</sup> do Plano Diretor de Ilhabela, com enfoque ao Planejamento Turístico Responsável das praias estudadas, e uma análise documental ao foco da pesquisa.

Fez-se uma análise de estudos de capacidade de suporte, de acordo com estudos de CCF realizado no PGT-2015, que já apresenta os dados de área das principais praias de Ilhabela, para complementar as discussões de planejamento responsável das praias. Na Tabela 2, apresenta-se os dados da capacidade de suporte das praias analisadas no PGT (2015), através de um cálculo de área e zona de amortecimento de acordo com a cota de cada praia.

---

<sup>8</sup> Em apêndices

**Tabela 2:** Capacidade de carga das praias de Ilhabela

<b>Praia</b>	<b>Comprimento (m)</b>	<b>Largura (m)</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Categoria</b>	<b>Espaço Individual Mínimo (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade (nº de pessoas)</b>
Perequê	1.210	14	16.411	A	7	2.344
Castelhanos	1.700	28	46.750	D	20	2.388
<b>Capacidade total de todas as praias de Ilhabela</b>						20.548

Fonte: PGT-2015 - adaptado pela autora

As categorias foram definidas no PGT-2015, demonstradas a partir do Quadro 3.

**Quadro 3:** Categorias e ocupação das praias

<b>CATEGORIA</b>	<b>Caracterização da área</b>	<b>Área mínima ocupada por usuário (m<sup>2</sup>)</b>
A	Densidade muito elevada, típica de praias urbanas, com grande pressão de utilização	7
B	Densidade elevada, característica próxima a centros urbanos, com fácil acesso	10
C	Densidade moderada, característica de praias a maior distância de centros urbanos, com pouca infraestrutura.	15
D	Densidade reduzida, típica de praias isoladas, com pouca ou nenhuma infraestrutura de visitação.	20

Fonte: PGT-2015 - Adaptado pela autora

Sobre essa técnica demonstra arbitrariedade e não valida as influências sociais, culturais, econômicas e ambientais. Não há uma análise qualitativa e de acordo com a realidade das localidades.

## **CAPÍTULO 3- CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PESQUISA**

### **3.1. Caracterização geral do município**

O município de Ilhabela, declarado pela UNESCO parte da reserva da Biosfera da Mata Atlântica, tombado pelo CONDEPHAAT, possui mais de 300 espécies de aves, reconhecida pela *Birdlife International*, como importante área para conservação de aves, e é o único município-arquipélago marinho brasileiro (ILHABELA, 2017). Caracteriza-se como um arquipélago, composto por quatro ilhas e onze ilhotes, separada do continente pelo canal de São Sebastião, com largura entre a porção continental e a insular que varia entre 2 e 5 km de extensão (PGT, 2015). Além disso, o litoral de Ilhabela (exceto o Canal de São Sebastião), faz parte da APA Marinha do Litoral Norte, setor Maembipe, decreto 53.525/08 (ILHABELA, 2017).

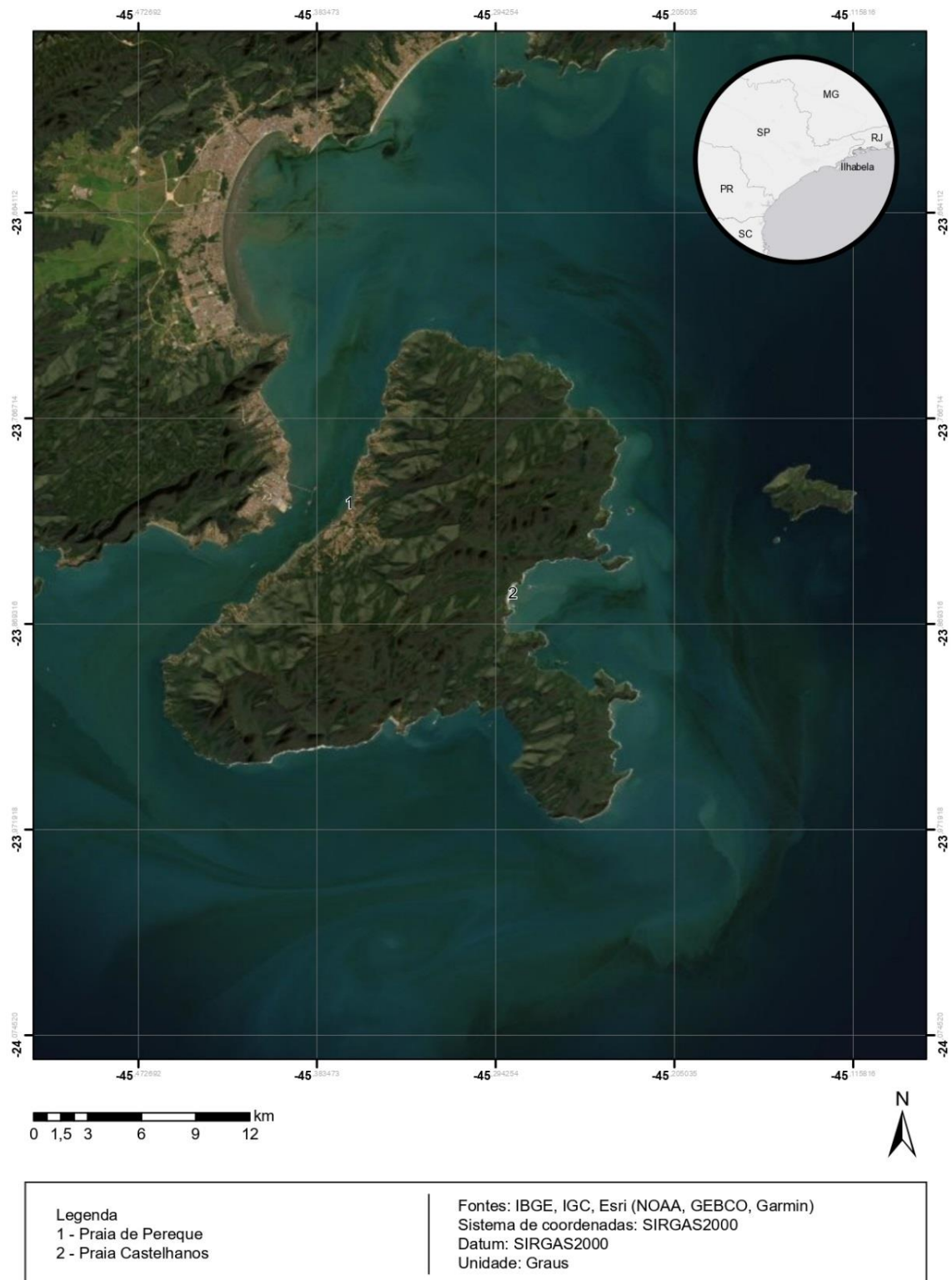
Na vertente oposta da serra, localiza-se a Baía dos Castelhanos e a Enseada das Enchovas, sendo voltado ao mar aberto, e o litoral de face mais recortada. Ao que diferencia Ilhabela dos demais municípios da costa paulista, é que a montanha de Ilhabela tem origem e constituição distinta das outras estruturas que compõem a Serra do Mar. As rochas que lhe sustentam são eruptivas, alcalinas e as granito-gnáissicas, sendo as últimas da era geológica do período mais antigo da história da Terra, o pré-cambriano, constituindo a base da Serra do Mar e do Planalto Atlântico. Já as rochas alcalinas são posteriores e não fazem parte da gênese da Serra do Mar, são associadas às erupções vulcânicas da bacia do Paraná, que ocorreram no final da era mesozoica. Tais erupções atingiram o Litoral Norte, em períodos isolados que ocorreram a penetração de magma alcalino nas estruturas granito-gnáissicas existentes, o que deu origem às ilhas de São Sebastião, Búzios, Vitória e Monte de Trigo (NOFFS, 2007).

Ilhabela é uma Unidade de Conservação (UC), cuja categoria é de proteção integral, sendo permitido o uso indireto dos seus atributos naturais para fins de turismo e recreação, pesquisa científica e educacionais. No parque, foram identificadas mais de 240 espécies de mamíferos, 50 espécies de anfíbios e répteis e boa parte são espécies endêmicas (ILHABELA, 2017).



Na Figura 1, apresenta-se a imagem via satélite do arquipélago de Ihabela. Nota-se que à direita da Ilha, localizam-se as Ilhas de Búzios e da Vitória, respectivamente, compondo o arquipélago.

**Figura 1:** Imagem do arquipélago de Ilhabela



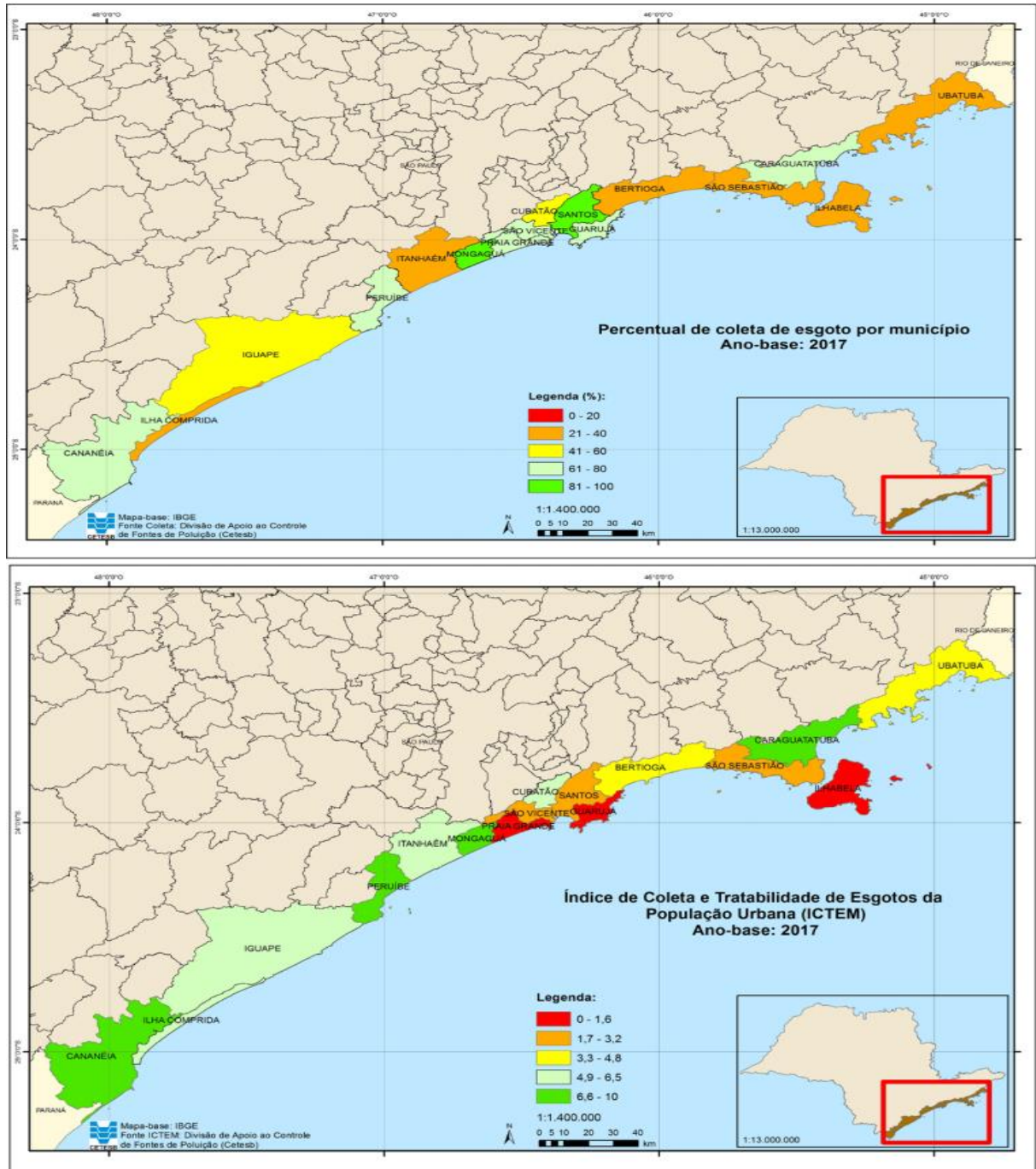
Elaborado por Bruno Versolato (2020) para a pesquisa.

Serão apresentados os dados de acordo com o foco da pesquisa, referentes ao saneamento básico, qualidade das águas, das praias, índices econômicos e populacional, de toda a costa litorânea paulista, e nesta pesquisa apresenta-se de modo a realizar um comparativo de Ilhabela com os demais municípios costeiros, pois a discussão em foco são as praias de Ilhabela. No entanto, entende-se que o ecossistema é único e que os emissários seguem as correntes marítimas e a problemática das praias é geral. Neste sentido, discutiremos a partir dos dados da CETESB e IBGE, informações relacionadas às praias, pois trata-se de um ambiente frágil, insular e protegido.

Ilhabela possui o segundo menor percentual de coleta de esgoto (35%) de toda a costa paulista, o primeiro segue a Bertioga (34%), apenas 1% a menos. E a terceira com menor índice de tratamento de esgoto (4%), na frente apenas de Santos (0%) e Praia Grande (0%). É o município que possui o menor ICTEM do litoral paulista (1,17), resultado do pequeno percentual de coleta de esgotos e do tipo de destinação por meio de emissário submarino sem tratamento primário (CETESB, p. 34, 2018).

Na Figura 2, o mapa percentual de coleta de esgoto no Litoral Paulista, mostra primeiro as coletas de esgoto por município e posteriormente, índices comparativos entre coleta e tratabilidade de esgotos da população urbana, e todo o arquipélago de Ilhabela aparece entre os 3 municípios de menor índices, incluindo as ilhas de Búzios e Vitória, onde residem comunidades tradicionais isoladas.

Figura 2 -Mapa de percentual de coleta de esgoto no Litoral Paulista – 2017



Fonte: CETESB, 2018. QUALIDADE DAS ÁGUAS COSTEIRAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Esses índices demonstram preocupação com a atual situação, por se tratar de um ambiente insular de áreas protegidas, como Ilha de Búzios e Ilha da Vitória, e todo o lado leste da ilha, em regiões de mar aberto, essa situação se relaciona diretamente tanto na saúde pública, quanto na economia, envolvendo a atividade turística. Essa problemática afeta a comunidade marinha e,

O monitoramento da comunidade de microalgas da rede costeira foi iniciado em 2017, em decorrência da intensificação de eventos de florações registrados na região costeira do Estado desde 2014. Em sua maioria, essas florações apresentaram elevadas densidades de organismos não-tóxicos. Em 2014, por exemplo, foi registrada uma extensa mancha avermelhada nas águas de Ilhabela devido à floração do ciliado *Mesodinium rubrum*, e em junho de 2016 foi registrada uma floração do dinoflagelado *Noctiluca* na Baixada Santista. Entretanto, no mesmo mês da ocorrência de floração do *Noctiluca* houve uma floração do dinoflagelado *Dinophysis*, potencialmente produtor de toxinas que causam intoxicação diarreica (Diarrhetic Shellfish Poisoning – DSP), sendo registrada a ocorrência de gastroenterite em pessoas que ingeriram moluscos bivalves provenientes de uma colônia de cultivo em Cocanha – Caraguatatuba. Esses registros são inquietantes do ponto de vista ecológico e com relação à saúde humana devido, principalmente, à ocorrência de florações de organismos potencialmente produtores de toxinas (CETESB, p.75, 2018).

As comunidades tradicionais de Castelhanos (Ponta do Ribeirão e Canto da Lagoa), Praia Vermelha, Ilha dos Búzios, Ilha da Vitória, Figueira, Saco do Sombrio, Fome, Poço, Eustáquio, Bonete, Serraria e Guanxumas que vivem isoladas, atualmente não são abastecidas pelos sistemas de tratamento de água e esgoto da concessionária Sabesp. O que ocorre são captações realizadas pelos próprios moradores, através de “mangueiras” nos córregos próximos às suas moradias, ou seja, sem nenhuma forma de tratamento antes do consumo (ILHABELA, 2015). Visto que a atividade econômica principal das comunidades tradicionais é a pesca (SÃO PAULO, 2015), fator este, que também influencia na economia de subsistência destas comunidades.

Ao que diz respeito ao turismo, constantemente a CETESB faz as marcações das praias próprias e impróprias visivelmente e no último ano, no período da alta temporada entre dezembro a março, quase todas as praias atingiram a bandeira vermelha, por quase todo o período (CETESB, 2018).

Na Tabela 3, consta a evolução da qualidade das praias no período de dez anos (2009-2018), e em nenhum dos anos, as praias mencionadas, que se localizam no lado continental (oeste) da ilha, foram classificadas como ótimas, e poucas vezes como boa. Apenas uma praia no último ano analisado (2018), foi classificada como boa. Essa análise comprova a necessidade evidente em se realizar um trabalho efetivo para a contínua evolução do desenvolvimento turístico, o qual implica diretamente na economia dos municípios e nos termos de qualidade de vida para o lazer e saúde.

**Tabela 3:** Evolução da Qualificação Anual das Praias nos Últimos 10 Anos (2009-2018)

ILHABELA									
Armação									
Pinto									
Sino									
Siriúba									
Viana									
Barreiros Norte									
Barreiros Sul									
Saco da Capela									
Engenho D'água									
Itaquanduba									
Itaguaçu									
Perequê									
Ilha das Cabras									
Portinho									
Feiticeira									
Julião									
Grande									
Curral									
Veloso									

Legenda:

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

FONTE: CETESB: 2018, adaptado pela autora

Nos últimos anos, a gestão pública de Ilhabela tem direcionado o plano de desenvolvimento turístico nas bases da sustentabilidade, com isso, em 2017 o arquipélago foi selecionado pelo *World Wildlife Fund* (WWF – Brasil) para direcionar o COMTUR e a secretaria de Turismo a desenvolver projeto de turismo sustentável (RADAR LITORAL, 2017), junto a isso, também houve a contratação no último ano, 2018, de uma agência de marketing e publicidade que promova o destino ao turismo sustentável.

Este é um fator de grande relevância, pois há andamento e interesses de todos os segmentos da economia, em transformar Ilhabela em um destino sustentável, além de prever no Plano Gestor de Turismo do município que seja realizado no arquipélago, pesquisas de capacidade carga.

Então, enfatiza-se a importância que o arquipélago possui enquanto riqueza da biodiversidade na Mata Atlântica, e que quase ele todo é considerado área protegida do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), pois segundo seu Plano de Manejo (2015), “a vegetação existente na área do Parque abrange aproximadamente 84% do território total do arquipélago”.

Em relação ao perfil dos usuários de Ilhabela, fora realizada uma pesquisa de rastros digitais dos turistas que passaram por Ilhabela no Plano de Marketing Turístico Estratégico em 2017, com o objetivo de analisar a demanda real, compreender o perfil socioeconômico, hábitos

de consumo e as necessidades encontradas por internautas, cujo interesse do destino Ilhabela. Nesta pesquisa, a amostragem total foi de 146.352 usuários analisados, sem numerar os municípios. Na Tabela 4 foram selecionados alguns dados relevantes a esta pesquisa.

**Tabela 4** - Rastros digitais – turistas que passaram por Ilhabela, 2017

<b>Perfil Demográfico</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Dado</b>
Mulheres	54%
Homens	46%
Classe social	A/B (maioria)
Perfil Classe A	Família/Casais
Perfil Classe B	Solteiros
Empregados	73%
Ensino Superior Completo	68%
<b>Personalidade e Estilo de Vida</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Dado</b>
Curtem atividades ao ar livre	49%
Curtem ou fazem algo relativo à atividade física	38%
Viajam regularmente	69%
Estão em algum grupo de caronas para viagens	38%
São vegetarianos ou curtem algo relacionado	36%
Curtem temas relacionados a cuidados com a saúde	63%
Curtem algo relacionado a animais	67%
Frequentam bares	64%
Utilizam Uber	87%
Curtem o Projeto TAMAR	21%
Curtem algo relativo a atividades marinhas	31%
Seguem algo relacionado a surf	28%
Têm alguma aderência ao tema sustentabilidade	28%

Fonte: PMTEIb, 2017. Adaptada pela autora.

Através destes dados, observou-se que os turistas de interesse geral pelo destino Ilhabela, em sua maioria não estão de adeptos aos segmentos de Turismo de Natureza e Ecoturismo, os quais são potenciais à Ilhabela e focos do Plano Gestor de Turismo de Ilhabela, Plano Diretor e do Plano de Marketing Turístico Estratégico de Ilhabela. São turistas de classes sociais mais elevadas, perfis familiares e solteiros, com grau de escolaridade de ensino superior, em sua maioria. No entanto, não há interesse pelos atrativos naturais no geral, o que se pode concluir que tampouco haveria pelos atrativos naturais do arquipélago.

Além desta pesquisa de rastros digitais, foram realizadas entrevistas com turistas que estiveram no arquipélago (amostragem total, 1001), e uma das questões, que ocorreu de modo aberta, sendo 507 entrevistas aplicadas com o questionário sobre Imagem, para indicarem os pontos positivos de Ilhabela. Os resultados encontram-se nas Tabelas 5, 6, 7, 8 e 9:

**Tabela 5:** As cinco principais respostas dos pontos positivos

<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>Qtde.</b>
Beleza Natural	251
Belas Praias	113
Limpeza Urbana	44
Hospitalidade/Receptividade	37
Segurança Local	37

Fonte: PMTE-Ib, 2017, adaptado pela autora.

**Tabela 6:** Respostas relacionadas com o ambiente natural

<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>Qtde.</b>	<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>Qtde.</b>
Limpeza das praias	29	Vida marinha	1
Transparência da água do mar	25	Trilhas	1
Conservação/preservação ambiental	24	Turismo Cultural e Patrimonial	1
A magia de ser uma ilha/exclusividade	2	Pesca	1
Mergulho	2	Pôr do sol fantástico	1
Parque Estadual de Ilhabela-PEIB	2	Não tem prédios altos	1
Propício para esportes náuticos	2	Não ter poluição	1
Aventura	1	Naufrações	1
Qualidade das águas	9	História da ilha	1
Cachoeiras	6	Flora	1
Cultura Caiçara	6	Esportes de aventura	1
Ciclovias	3	Esportes Aquáticos - dá pra fazer muitos, esportes sem perigos por não ter onda	1
Praia da Armação	1	Consciência Ecológica	1
Praia de Castelhanos	1	Biodiversidade	1
Praias	1		

Fonte: PMTE-Ib, 2017, adaptado pela autora.



**Tabela 7:** As cinco principais respostas dos pontos negativos

<b>PONTOS NEGATIVOS</b>	<b>Qtde.</b>
Balsa-tempo de espera	115
Borrachudo	106
Altos Preços	83
Falta de estacionamento público	42
Muita gente na alta temporada	20

Fonte: PMTE-Ib, 2017, adaptado pela autora.

**Tabela 8:** Ranking das palavras que representam Ilhabela como destino turístico

<b>Classificação</b>	<b>Palavra</b>
1º lugar	Praia
2º lugar	Natureza
3º lugar	Paradisíaca
4º lugar	Tranquilidade
5º lugar	Ser uma ilha
6º lugar	Mar
7º lugar	Vela
8º lugar	Segurança
9º lugar	Ilha Bela
10º lugar	Sossego

Fonte: PMTE-Ib, 2017, adaptado pela autora.

**Tabela 9:** Ranking dos diferenciais de Ilhabela em relação a outros destinos litorâneos

<b>Classificação</b>	<b>Palavra</b>
1º lugar	Beleza Natural
2º lugar	Belas Praias
3º lugar	Ser uma Ilha
4º lugar	Transparência das águas do mar
5º lugar	Natureza
6º lugar	Segurança
7º lugar	Tranquilidade
8º lugar	Diversidade de atrativos turísticos
<b>Classificação</b>	<b>Palavra</b>
9º lugar	Conservação/Preservação Ambiental
10º lugar	Limpeza Urbana

Fonte: PMTE-Ib, 2017, adaptado pela autora.

Com estes resultados de pesquisa, observou-se que a quantidade de turistas que consideram como positivo, as potencialidades turísticas como principais e acima de um status social de um efeito imagético, ainda é muito baixa, comparando-se com as principais respostas que se somam a “Beleza Natural” e “Belas Praias”. Assim como também se apresenta no ranking das palavras que representam Ilhabela e nos diferenciais de Ilhabela em relação aos

outros destinos litorâneos. Ainda que ambos os adjetivos remetem à natureza, se observadas às outras respostas, a interpretação que se tem é mais a um efeito de estar em um local de Belas Praias, e não por consumir do local, aprender algo sobre ele, cuidar dele e exercer um contato maior com ele. Nota-se que estas respostas estão muito mais ligadas à estética do local ao que de fato ele representa com seus elementos preservados, nativos e de cunho para pesquisa, educação, conscientização e consumo do local de maneira ordenada.

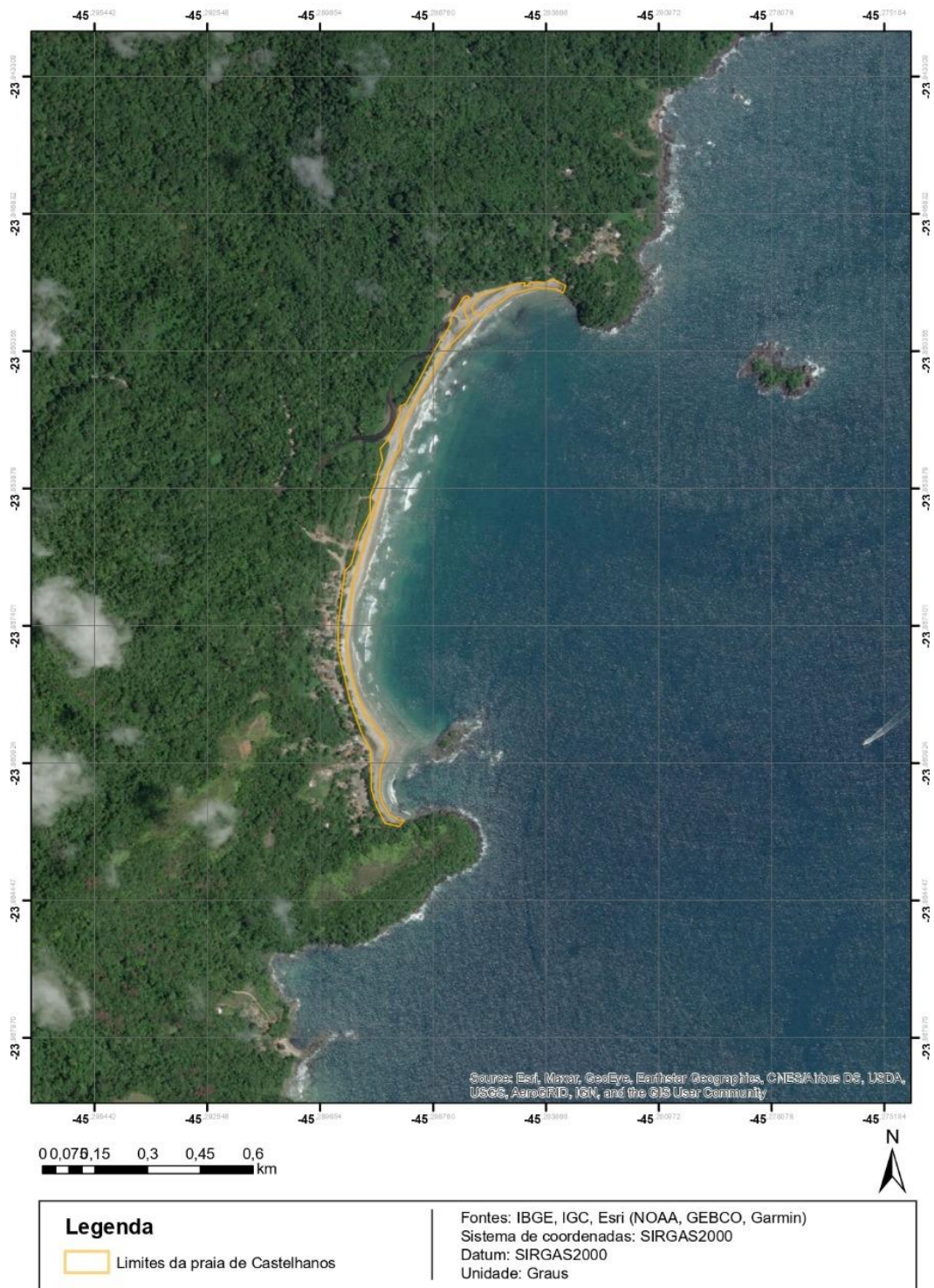
A partir disso serão aplicados os estudos nas praias de Castelhanos e Perequê, e a caracterização dessas áreas estão nas seções 3.2 e 3.3.

### **3.2 Caracterização Da Praia Dos Castelhanos**

A praia dos Castelhanos, Figura 3, é parte da Baía dos Castelhanos, cuja composição é da praia Mansa, praia Vermelha, Canto do Ribeirão, Canto da Lagoa, praia da Figueira e Saco do Sombrio. A Baía dos Castelhanos é resultado do processo de escavação das rochas granito-gnáissicas, que tende a removê-las do entorno das intrusões alcalinas, ocorrendo um trabalho conjunto das erosões marinhas e fluvial, o que permite que o mar se adentre à terra. Pois, promovem o recuo das vertentes das montanhas e a escavação da costa. Na praia dos Castelhanos, possui planície formada por depósitos recentes, da era quaternária, de origem fluvial e marinha. O mesmo ocorre com a praia do Perequê, voltada ao canal de São Sebastião, e ambas são as únicas com alguma expressão em Ilhabela (NOFFS, 2007).

A Baía de Castelhanos segue em direção ao mar aberto pela curva de nível de cota altimétrica de 100 metros até encontrar o ponto de intersecção entre esta linha e a linha divisória de água. Existe um único acesso terrestre, através da Estrada-Parque, a qual cruza o município no sentido leste-oeste, sendo o único acesso terrestre ao lado leste da ilha. Há regras de acesso terrestre e controle de capacidade de carga de veículos a partir da guarita do Parque Estadual, sendo possível transitar apenas por veículos tracionados, motocicletas e bicicletas, em horários específicos, de oeste a leste, no período das 08h às 14h e no sentido contrário no período das 15h às 18h. De acordo com as regras de visitação estabelecidas pelo PEIb em conjunto com as comunidades locais (Portaria Normativa FF/DE nº 199/13), totalizando 107 veículos podem trafegar pela estrada diariamente, sendo: 65 jipeiros cadastrados no PEIb, sendo que cada jipe pode levar no máximo 9 passageiros, 42 veículos particulares e 60 motocicletas (ILHABELA, 2015).

**Figura 3: Praia de Castelhanos**



Elaborado por Bruno Versolato (2020) para a pesquisa.

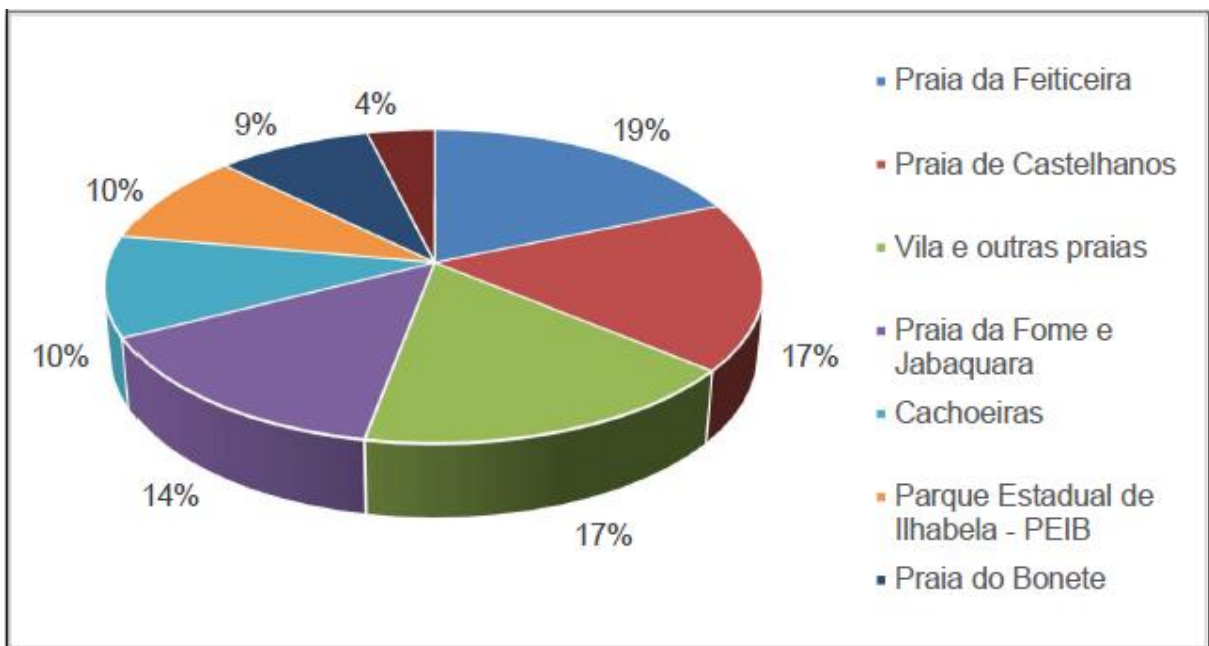
Castelhanos é o segundo local mais visitado de Ilhabela, estando entre os passeios mais comercializados pelas Operadoras de Turismo (ILHABELA, 2017). Até o mês de agosto de 2011, foram registradas 122 viagens e 951 pessoas na Estrada dos Castelhanos, fluxo de

aproximadamente 130 viagens e 980 pessoas por mês no ano de 2010 (SÃO PAULO, 2015). No entanto, até outubro de 2014, apenas até a guarita da Estrada de Castelhanos e na cachoeira da Água Branca (entrada do PEIb), foram registrados 74.252 visitantes (SÃO PAULO, 2015).

O segmento turístico mais atuante em Castelhanos é o Turismo de Sol e Praia, em contrapartida está entre os produtos de Ecoturismo mais bem estruturados, entrando como um segundo segmento do atrativo, sendo a Trilha de Castelhanos, não envolvendo o conjunto da praia, mas a tendo como objetivo fim. A Trilha de Castelhanos possui 34 km (ida e volta), podendo ser realizada via jipe, bicicleta, cavalo, a pé, motocicleta ou veículo particular tracionado. O terceiro produto turístico que vem sendo estruturado é o Turismo de Base Comunitária, que tem como objetivo promover a cultura local através de práticas da pesca artesanal, artesanatos, gastronomia e visitas às trilhas e cachoeiras com guias locais da comunidade tradicional (ILHABELA, 2017).

Na Figura 4, destaca-se a praia dos Castelhanos como segundo local mais visitados pelos turistas.

**Figura 4:** Local mais visitado pelo turista



Fonte: ILHABELA, 2017

É importante destacar que muitos dos turistas que responderam esta questão, não sabem que para chegar até a praia dos Castelhanos, cruza-se com a Estrada-Parque ou mesmo que a praia dos Castelhanos está na Zona de Amortecimento do Parque Estadual, e que mesmo dentro do Parque não possuem a informação de que estão dentro dele.

Castelhanos está incluída na Zona Primitiva (ZP) do PEIb, que são áreas que obtiveram poucas intervenções humanas, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico, cujo objetivo é a conservação do ambiente natural, que possibilite a conservação dessas espécies e que haja aspectos físicos, históricos e culturais relevantes e, além disso, colaborar com as atividades de pesquisa e de educação ambiental (SÃO PAULO, 2015).

Especificamente, os objetivos da Zona Primitiva, além de ser a conservação das espécies de fauna e flora, dos aspectos físicos, culturais e históricos, sítios arqueológicos, pesquisas científicas e educação ambiental, também é de assegurar a qualidade das águas e a produtividade hídrica nas sub-bacias e cursos d'água (SÃO PAULO, 2015). As justificativas da ZP é que

A ZP engloba áreas definidas como extrema ou alta prioridade para a conservação da biodiversidade e fragilidade potencial do meio físico alta e muito alta. Abrange Floresta Ombrófila Densa Submontana (primária) (56%) e Floresta Ombrófila Densa Montana (primária) (20%) e Vegetação secundária de Floresta Ombrófila Densa Submontana (capoeirão). 68% dessa zona apresenta declividades acima de 30% e, 85% desta zona encontra-se em terrenos impróprios e/ou muito susceptíveis a interferências, sendo importantes áreas para a conservação dos recursos naturais em ambientes insulares. É composta por um mosaico de ambientes, resultante da ocorrência de fragmentos de vegetação primária intercalados com grandes extensões de cobertura vegetal secundária e, em menor proporção, com áreas degradadas (SÃO PAULO, p. 99, 2015).

Com isso, apresenta um conjunto interdisciplinar de preservação, e por se tratar de um ambiente insular, torna-se ainda mais frágil. Na Tabela 10, apresenta-se as áreas delimitadas que Castelhanos se encontra na ZP.

Tabela 10: Descrição das áreas que compõe a ZP do PEIb

Zona	Limites	Justificativas
<p><b>ZP-1: Ihas da Serraria, do Ribeirão (Castelhanos), da Lagoa, das Galhetas e</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abrange as Ihas da Serraria, do Ribeirão (Castelhanos), da Lagoa,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Áreas com potencial para descanso e nidificação de aves marinhas na região</li> </ul>
<p><b>ZP-3: Pico Papagaio/ Pico São Sebastião</b></p> <p><b>Objetivo:</b> Conservar ambientes únicos do PEIb cujo gradiente altitudinal abarca espécies florísticas e faunísticas diferenciadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abrange o topo da Serra, com o Pico Papagaio/ Pico São Sebastião. Na parte do canal localiza-se entre as cotas 400 e 600m, desce por córrego sem nome até a cota 200m seguindo sul por esta cota até Rib. do Frade quando desce a cota 0m até a trilha Indaiauba- Vermelha, excetuando-se as Zonas de Recuperação e de Uso Extensivo. O limite norte é a Zona de Uso Intensivo (Castelhanos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fitofisionomia: Floresta Ombrófila Densa Montana e Submontana (primária); Floresta Ombrófila Densa Submontana (primária degradada); Vegetação secundária de Floresta Ombrófila Densa Submontana (capoeirão)</li> <li>▪ Declividades predominantemente acima de 30%</li> <li>▪ Terrenos impróprios e/ou muito suscetíveis à interferência, devido à inclinação acentuada de suas encostas, a elevada erodibilidade dos solos de alteração, e a intensidade dos processos erosivos</li> <li>▪ Fragilidade alta a muito alta</li> <li>▪ Potencial para a ocorrência de elevado número de espécies endêmicas</li> </ul>
<p><b>ZP-4: Morro da Serraria e Morro da Cabeçada</b></p> <p><b>Objetivo:</b> Conservar ambientes únicos do PEIb cujo gradiente altitudinal abarca espécies florísticas e faunísticas diferenciadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abrange o topo dos Morros da Serraria e da Cabeçada. Na parte do canal localiza-se entre as cotas 400 a 600m. Na parte do canal localiza-se entre as cotas 400 e 600m, desce por córrego sem nome próximo à Ponta das Canas até a cota 200m até a Zona de Uso Intensivo (Castelhanos), excetuando-se as Zonas de Recuperação e de Usos Intensivo e Extensivo. O limite sul é a Zona de Uso Intensivo (Castelhanos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fitofisionomia: Floresta Ombrófila Densa Montana e Submontana (primária); Floresta Ombrófila Densa Submontana (primária degradada); Vegetação secundária de Floresta Ombrófila Densa Submontana (capoeirão)</li> <li>▪ Declividades predominantemente acima de 30%</li> <li>▪ Terrenos impróprios e/ou muito suscetíveis à interferência, devido à inclinação acentuada de suas encostas, a elevada erodibilidade dos solos de alteração, e a intensidade dos processos erosivos</li> <li>▪ Fragilidade alta a muito alta</li> <li>▪ Potencial para a ocorrência de elevado número de espécies endêmicas</li> </ul>

Fonte: SÃO PAULO, 2015 - adaptado pela autora

Observou-se que Castelhanos somente não se encontra na ZP-2, nas demais se enquadra em todas as áreas destacadas nos objetivos gerais da ZP, com atenção principal à fauna e flora e à fragilidade que se encontra no ambiente.

Além da ZP, Castelhanos também se enquadra na Zona de Uso Intensivo (ZUI), ou seja, constituídas por áreas naturais ou modificadas pelo homem. Pode haver centro de visitantes, museus, dentre outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de haver a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio ambiente (SÃO PAULO, 2015).

Na Tabela 11, apresenta-se as especificações de descrição e justificativas da ZUI em Castelhanos.

**Tabela 11:** Descrição das áreas que compõe a ZUI do PEIb, com foco em Castelhanos

Zonas	Descrição	Justificativas
<b>ZUI 1: Estrada dos Castelhanos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abrange um <i>buffer</i> de 50m da Estrada de Castelhanos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Estrada de Castelhanos tem a visitação motorizada, sendo portanto definida como Zona de Uso Intensivo</li> </ul>

Fonte: SÃO PAULO, 2015 - adaptado pela autora

O objetivo da Zona de Amortecimento (ZA) é promover a integração com a UC, incluindo medidas que haja harmonia entre as áreas econômicas, sociais, culturais e ecológicas do ambiente em foco (SÃO PAULO, 2015).

**Tabela 12:** Áreas e porcentagens de cada setor da Zona de Amortecimento em Castelhanos

	Setor	Área (ha)	Porcentagem (%)
<b>Área marinha (100.875,75ha)</b>	Setor Baía de Castelhanos 1	1,259.08	1.18
	Setor Baía de Castelhanos 2	2,174.99	2.04

Fonte: SÃO PAULO, 2015 - adaptado pela autora

Ao que tange à inclusão do ambiente marinho em trechos que o PEIb atinge ao nível do mar (cota zero), do estuário da praia de Castelhanos e de trecho da restinga adjacente, constitui em uma importante ação para a conservação da biodiversidade local. E neste ambiente marinho encontram-se espécies de peixes para a reprodução e os costões constituem locais de forrageio da tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), que estão ameaçadas de extinção (SÃO PAULO, 2015).

Em relação às comunidades tradicionais caiçaras residentes, estão agrupadas da seguinte forma: Canto da Lagoa - Castelhanos (16 famílias, 67 pessoas), Canto do Ribeirão - Castelhanos (10 famílias, 40 pessoas), Vermelha (5 famílias, 27 pessoas), Mansa (7 famílias, 27 pessoas). Além disso, 5% da ocupação residente e comercial, são de origem a empreendimentos não pertencentes à comunidade tradicional caiçara (SÃO PAULO, 2015). A atividade econômica de maior importância, não se restringindo apenas a Castelhanos, mas todas as áreas que residem comunidades tradicionais, é a Pesca artesanal (SÃO PAULO, 2015). No entanto, o turismo vem se tornando uma atividade de destaque, além de roça de subsistência (ILHABELA, 2015). Os recursos hídricos, devido à vasta cobertura florestal do PEIb pode garantir a qualidade deles, no entanto, “o intenso turismo realizado de forma inadequada e a presença de comunidades tradicionais caiçaras em seu interior e entorno desprovidas de condições mínimas de saneamento básico, podem acarretar em um comprometimento da qualidade da água” (SÃO PAULO, p. 66, 2015).

Nas praias da Baía de Castelhanos, encontram-se os maiores remanescentes de Restinga, cuja a vegetação é rasteira, nas demais praias encontram-se restingas, porém descaracterizadas. Ou seja, a maior área de restinga preservada da Ilha de São Sebastião, está em Castelhanos (ILHABELA, 2015).



**Figura 5:** Áreas e porcentagens de cada setor da Zona de Amortecimento em Castelhanos



Fonte: Autora (2019).

**Figura 6:** Restinga, praia de Castelhanos, lado direito – 2 de novembro, 2019



Fonte: Autora (2019).

**Figura 7:** Restinga, praia de Castelhanos, lado direito – 2 de novembro, 2019



Fonte: Autora (2019).

Além da restinga, encontra-se também áreas de mangue, devido às características da fauna local, como a presença de Guaiamu (*Cardisoma guanhumi*), e das espécies *Laguncularia racemosa* e *Avicenia schaueriana*, e espécies de transição como o “hibisco” de praia (*Hibiscus pernambucences*). (ILHABELA, 2015 *apud* LIMA *et al*, 2009).

**Figura 8:** Manguezal, praia de Castelhanos, 2 de novembro, 2019



Fonte: Autora (2019).

**Figura 9:** Manguezal, Restinga, encontro água doce com o mar, praia de Castelhanos, 2 de novembro, 2019



Fonte: Autora (2019).

**Figura 10:** Manguezal, praia de Castelhanos, 2 de novembro, 2019



Fonte: Autora (2019).

Em decorrência da ocupação humana pretérita, surgem sobre os morros, as florestas secundárias e os campos de sapé, os quais sofreram sucessivas queimadas que impediram a regeneração florestal. No entanto, o que domina a Baía nos relevos mais escarpados e distantes do litoral, é a floresta primária com as formações de Floresta Ombrófila, Montanha Densa e Floresta Ombrófila Submontanha Densa. Há árvores frutíferas nos quintais da comunidade e pequenas roças de mandioca nos morros (NOFFS, 2007).

A praia dos Castelhanos é de aproximadamente 2 km de comprimento, suas características demonstram-se preservadas, mesmo com as alterações agrícolas do período colonial. Abriga uma população de 47 famílias, totalizando a 124 moradores, que se dividem nas duas vilas caiçaras, a Comunidade do Canto da Lagoa e Canto do Ribeirão, localizadas nos segmentos sul e norte da praia (MARCONDES, 2018).

Na Figura 12, consta-se uma imagem da praia de Castelhanos, a qual fora analisada como objeto de estudo.

**Figura 11:** Praia de Castelhanos



Fonte: Autora (2019).

### 3.3 Caracterização Praia Perequê

A praia do Perequê, Figura 12, possui acesso marítimo e terrestre, com estacionamento e pontos de ônibus com horários frequentes e regulares, em frente a faixa de areia. Detém de um dos 7 píeres públicos de Ilhabela. Localiza-se na área central de Ilhabela, no núcleo comercial e demográfico, e em Zona Urbana de baixa restrição (ZU2). Ocupa a maior planície do município, junto aos bairros Barra Velha e Itaquanduba (ILHABELA, 2015).

Os relevos com inclinação predominante são de 0 a 30% na região do Perequê, onde há também problemas de drenagem das águas em períodos de alta pluviosidade, marés e enchentes, ocorrem nos bairros do Perequê e Barra Velha, havendo transbordo e alagamentos (PGT, 2015). Possui áreas com diferentes formações, e possuem similaridades aos bairros Cocaia, Água Branca e Barra Velha, havendo Morros e Colinas, Corpos de Tálus e Cones de Dejeção, e, Montanhoso em Rochas Granito-Gnáissicas. Em relação às declividades, variam de 5 a 45% (as menores estão associadas aos morros e colinas), a qual é o caso do Perequê, e os solos apresentam variação de 0,5 a 3m de profundidade (Cambissolos, Neossolos Litólicos e Argissolo Vermelho-Amarelo). Há baixa fertilidade e excesso de alumínio, o que torna a área imprópria para agricultura, pastagens e silvicultura. Também é uma área suscetível à erosão laminar, risco de assoreamento, escorregamentos e quedas de blocos. Os terrenos são muito suscetíveis a interferência, exceção feita aos Morros e Colinas. A Vegetação é secundária de Floresta Ombrófila Densa Submontana e de Terras Baixas (capoeirão) (SÃO PAULO, 2015).

Figura 12: Praia do Perequê



Elaborado por Bruno Versolato (2020) para a pesquisa.

Em 2013, as praias de Ilhabela obtiveram por quase o ano todo, todas as praias com bandeira vermelha. No entanto, no ano seguinte, esse índice reduziu, mas um efeito contrário ocorreu na praia do Sino, Perequê, Barreiros e Praia Grande

**Tabela 13:** Evolução da Qualificação Anual da Praia do Perequê de 2008 a 2017

PRAIA	ANO									
Perequê	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17
Qualidade	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular

Legenda:

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

Fonte: RELATÓRIO DA QUALIDADE DAS PRAIAS LITORÂNEAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB, 2018 - adaptado pela autora

Em relação à vegetação da praia do Perequê, encontra-se manguezal e uma restinga totalmente descaracterizada. Em toda a ilha, as áreas de manguezal estão localizadas na Barra Velha-Perequê, Vila e na Baía dos Castelhanos, sendo que no Perequê estão presentes 3 fragmentos/bosques, com espécies típicas de mangues. No Bosque do Perequê 2, o qual localiza-se na “Foz do Rio Perequê”, é o maior fragmento face ao canal de São Sebastião. Contrário à isto, destaca-se que há pressões socioeconômicas nessas áreas, onde estão sendo construídos imóveis para marinas e outras construções, afetando diretamente a fauna e flora local, como tem sido os casos de aparecimento de mamonas, espécie exótica invasora (ILHABELA, 2015).

No Bosque do Perequê 3, encontram-se árvores vivíparas, típicas do mangue, que quando suas sementes caem, vão se formando ali novas plantas, e com isso, se alastrando no local. Esta constatação conclui-se que se houver novas plantas nascendo desta forma natural, significa que há vitalidade. No entanto, há duas problemáticas destacadas no local, uma sendo a construção de um campo de bocha, que se localiza encostado ao mangue, que necessita de uma avaliação sobre seu impacto ambiental; e outra a plantação de gramíneas, que é uma ameaça, pois compete com a flora nativa (ILHABELA, 2015).

Nas imagens 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 nota-se a fragilidade do manguezal em área urbanizada, na manhã do dia 1 de janeiro de 2019, amanhecer da noite de Réveillon.

**Figura 14:** Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê 3



Fonte: Autora (2019).

**Figura 15:** Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê 3



Fonte: Autora (2019).



**Figura 16:** Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê 3



Fonte: Autora (2019).

**Figura 17:** Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê 3



Fonte: Autora (2019).

**Figura 18:** Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê



Fonte: Autora (2019).

**Figura 19:** Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê 3 3



Fonte: Autora (2019).

**Figura 20:** Praia do Perequê – 01 de janeiro de 2019. Divisória com área de manguezal, Bosque Perequê 3




Fonte: Autora (2019).

Durante os registros destas imagens, observou-se que a equipe de limpeza contratada pela prefeitura iniciou a varredura dos resíduos sólidos por volta das 7 horas da manhã, ainda haviam pessoas na praia que estiveram na festa de Réveillon e haviam também pessoas iniciando suas atividades de exercícios físicos nesta manhã. Além disso, presenciou veículos conduzidos de maneira descontroladas na avenida principal de frente à praia, e na avenida em frente ao manguezal também foram constatados odor de urina e resíduos sólidos nas calçadas e em toda a via de pedestres, ciclistas e veículos. Observou-se também, que a equipe de limpeza fez a varredura dos resíduos maiores, bitucas de cigarro, por exemplo, e pequenos cacos de vidros, tampas, lacres e rótulos de garrafas, que facilmente eram vistos pela areia por toda a praia, e principalmente na região do manguezal, onde seus arredores foram danificadas por pisoteio e, por ser uma área encoberta fora utilizada para urinar, devido ao forte odor identificado. Não foi possível mensurar e registrar os resíduos sólidos encontrados dentro do manguezal, porém em casos de ventos e chuvas, seria possível mensurar que os resíduos externos, tornariam-se internos. Nesta data não houve tais alterações climáticas.

Em relação aos banheiros químicos e ao palco dos shows, estiveram localizados atrás do manguezal, cerca de 5 a 10 metros de distância, ocasionando a um fluxo elevado de pessoas ao local, e mais um motivo do forte odor de urina encontrado, pois a quantidade de banheiro químico disponível foram de 5 unidades, gerando uma barreira para pessoas utilizarem do próprio manguezal como ponto de urinar. Tal fluxo que também ocasionou na maior concentração de resíduos sólidos no local. Também não foram identificados lavatórios para as mãos.

No relatório da CETESB (2018) apresenta-se a relação dos corpos de água afluentes (Tabela 14), exatamente da área descrita do manguezal, o qual consta uma amostragem elevada nesta região, 39 mil na amostragem 1 e 3 mil na amostragem 2.

**Tabela 14:** Relação dos corpos de água afluentes à praia do Perequê, município de Ilhabela

Valores de E. coli (UFC/100mL) obtidos nas duas amostragens efetuadas em 2017			
PRAIA	LOCAL	AMOST. 1	AMOST.2
PEREQUÊ	CANALETA - AV. PRINCESA ISABEL N.207	41.000	SECO
	 Ponto de Balneabilidade - Perequê		
	CANALETA - AO LADO DA R. FRANCISCO DE PAULA JESUS	SECO	SECO
	RIO QUILOMBO - NA PONTE	39.000	3.000



Fonte: RELATÓRIO DA QUALIDADE DAS PRAIAS LITORÂNEAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB, 2018 - adaptado pela autora

Na Tabela 12 demonstra a ocorrência da praia do Perequê de excelente para imprópria, gerando a qualificação anual, como regular. E na Tabela 14, se apresenta a classificação semanal durante o ano de 2017, constando como “imprópria”, apenas uma semana do mês de novembro.

**Tabela 15:** Porcentagem de ocorrência em cada categoria e qualificação anual

PRAIA - LOCAL DE AMOSTRAGEM	EXCELENTE (%)	MUITO BOA (%)	SATISFATÓRIA (%)	IMPRÓPRIA (%)	QUALIFICAÇÃO ANUAL
PEREQUÊ	43	15	40	2	REGULAR

Fonte: RELATÓRIO DA QUALIDADE DAS PRAIAS LITORÂNEAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB, 2018 - adaptado pela autora

**Tabela 2:** Classificação semanal – Praia Perequê - 2017  Própria  Imprópria

Praia - Local de Amostragem	Janeiro					Fevereiro					Março					Abril					Maio					Junho						
	1	8	15	22	29	5	12	19	26	5	12	19	26	2	9	16	23	30	7	14	21	28	4	11	18	25						
PEREQUÊ	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Praia - Local de amostragem	Julho					Agosto					Setembro					Outubro					Novembro					Dezembro						
	2	9	16	23	30	6	13	20	27	3	10	17	24	1	8	15	22	29	5	12	19	26	3	10	17	24	31					
PEREQUÊ	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

Fonte: RELATÓRIO DA QUALIDADE DAS PRAIAS LITORÂNEAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB, 2018 - adaptado pela autora

Então, em relação à balneabilidade gerada pelos empreendimentos regionais à área e ao elevado fluxo de pessoas em determinados períodos, causa um conflito de impacto ambiental, social e econômico.

Em novembro de 2019, foram realizados registros fotográficos e visita a campo na praia do Perequê, em data a qual não obtivesse recebido em dias anteriores, pequenos, médios e grandes eventos. Nas Figuras 21, 22, 23, 24 e 25 constam esses registros do manguezal do Perequê.

**Figura 21:** Manguezal - em cima da ponte lado direito à praia – 13 de novembro, 2019



Fonte: Autora (2019).

**Figura 1:** Manguezal - visto de cima – 13 de novembro, 2019



Fonte: Autora (2019).

**Figura 23:** Manguezal - em cima da ponte – ao lado do campo de Bocha – 13 de novembro, 2019



Fonte: Autora (2019).

**Figura 24:** Manguezal - visto de frente ao mar, ao lado do campo de bocha – 13 de novembro, 2019



Fonte: Autora (2019).

**Figura 25:** Manguezal - visto de frente ao mar, ao lado do campo de bocha – 13 de novembro, 2019



Fonte: Autora (2019).

Nesta visita à praia do Perequê, a qual ocorreu em períodos de sazonalidade baixa do turismo em Ilhabela, não haviam turistas na praia. No entanto foram encontrados alguns resíduos sólidos nas áreas do mangue, como garrafas pet, tampa de garrafa e sacolas plásticas, em média, foram avistados num total de 6 resíduos, apenas nas áreas do manguezal.



## CAPITULO 4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados aqui analisados buscam a priori compreender as dinâmicas locais que recebem cada um dos objetos de estudos, pois apesar de suas características da vegetação serem semelhantes em relação às outras praias de Ilhabela, como a presença do manguezal, as questões culturais, econômicas e sociais dialogam de maneira bem diferentes. Por isto, cada um dos objetos de estudos vai ser tratado em singularidade.

### 4.1 Praia de Castelhanos

Com base na Tabela 1, foram entrevistados lideranças e moradores da praia de Castelhanos, com o objetivo de compreender os impactos dos turistas nos períodos de alta temporada, considerando os fatores econômicos, culturais e ambientais como foco das entrevistas.

O entrevistado A, que segue a categoria de *trade* turístico externo, porém morador, afirma haver problemas de resíduos sólidos encontrados nas praias na saída dos turistas, principalmente em épocas de eventos, como a festa junina de Castelhanos e a festa de Réveillon, em suas palavras, “é de chorar a situação que fica a praia”. O entrevistado também mencionou o dia em que abriu a estrada e antes de ter a CCT de veículos no Parque Estadual, a quantidade de carros entrando, disse nunca ter sido visto antes, e quando os turistas foram embora, os moradores todos não acreditavam no que estavam vendo, mas juntos se reuniram e recolheram os lixos deixados pelos turistas. Ele lembrou também da comida e bebida ter acabado em todos os restaurantes e bares da praia. A partir de então, se uniram e pressionaram o Parque para que medidas fossem tomadas e então, o Plano de Manejo do Parque foi elaborado e colocado a CCT de veículos. Afirma que ainda assim lota de turistas, mas da maneira que está, diz que até sente pena de alguns turistas que chegam tarde e tem que ir embora cedo, pois os jipeiros chegam em torno das 12 horas/manhã e vão embora às 16h.

Considerou que o período de permanência de turistas no local é muito curto, e citou até mesmo que o valor cobrado é alto pelo tempo do passeio, e que da forma que está, para eles é ótimo, pois os garçons dão conta, mesmo que os turistas costumem chegar quase juntos, devido aos horários das agências e jeepeiros, os restaurantes já fazem uma organização de deixar os pratos já semi prontos. O entrevistado A, também mencionou que a entrada de turistas via mar tem ocorrido, porém não chega a atrapalhar a dinâmica do trade local, pois também fazem o mesmo horário dos jipeiros, e eles não têm medo desse mercado crescer assim como

ocorreu com os jipeiros, o qual chega até mesmo “a dar briga entre eles”. Explicou que o custo de investimento e tempo de retorno é muito grande, além dos fatores de risco que impedem a realização do passeio, por isso apenas duas agências tem um barco cada para fazer esse tipo de operação. Os riscos são do mar estar mexido, o dia estar chuvoso, visto a média que consta ser alta nos índices de pluviosidade de Ilhabela ao longo do ano, e quando chove, os turistas preferem seguir via Jipe. Contudo, explicou também que o passeio via mar chega a custar o dobro do passeio de Jipe, então concluiu que não é uma área que tende a crescer por alta demanda, é um investimento alto, para muitos riscos e retorno a longo prazo. Por fim, afirmou que a quantidade de turistas que entram em Castelhanos tanto na baixa quanto na alta temporada, está perfeita, não é bom que reduza e nem mesmo que aumente, mas que o único e grande problema encontrado na comunidade seja por pouco ou muitos turistas, é a falta de saneamento básico, que tem impedido o Ecoturismo no local, pois moradores barraram a entrada na cachoeira do gato para turistas, como meio de protesto pela falta de saneamento básico, e os mesmos tomarem água de banho de turistas. Lembrou que o atrativo “cachoeira do gato” é vendido como parte do passeio à Castelhanos por muitas agências e operadoras.

O entrevistado B, que pertence ao trade turístico na categoria de jipeiro, também afirmou que o passeio de Jipe para Castelhanos não tem por onde mais crescer, e que se reduzir muitos jipeiros ficarão sem trabalho, pois dependem da alta temporada para se manterem e manterem seus veículos ao longo do ano. Afirmou também não ver crescimento em relação às entradas a Castelhanos via mar, e que não há uma concorrência direta, principalmente devido ao valor, e mencionou que muitos turistas preferem terra do que o mar.

O entrevistado C, o qual pertence a comunidade tradicional e empreende no *trade* em Castelhanos, afirmou que a quantidade de turistas entrando de jipe não incomoda a comunidade, pois todos chegam juntos e vão embora juntos, ficando não mais de 5 horas na praia. Deixam sujeira, mas afirmou que tanto os responsáveis dos bares quanto a comunidade contratada pela prefeitura são suficientes para a limpeza da praia, mas que os turistas sujaram bastante o pouco tempo que ficam. Em relação aos turistas que entram via mar, são muito poucos e quase não fazem diferença em termos de quantidade, e também porque não é todos os dias que o barco navega com turistas para Castelhanos, tanto por questões tempestivas, quanto por questões de haver um número mínimo de turistas para a saída do barco. O entrevistado C, comentou sobre a falta de saneamento básico que tem preocupado muito a comunidade, e isto é o mais importante para eles nesse momento. Comentou sobre a iniciativa do Turismo de Base

Comunitária e também da necessidade de turistas desse perfil para consumir da cultura da comunidade, como experiências na pesca, gastronomia e artesanato.

O entrevistado D, pertence à comunidade tradicional e é uma liderança respeitada não só em Castelhanos, mas nas outras comunidades tradicionais do arquipélago também, e afirmou que a entrada de turistas via terra está muito boa, principalmente depois que fizeram o estacionamento e construíram a casa de artesanatos, a qual recebe artesanatos de quase todas as comunidades tradicionais para ser comercializada na entrada de Castelhanos, e este ocorrido faz menos de dois anos e está sendo muito positivo às comunidades, pois está sendo como uma fonte de renda. Além disso, crianças estão aprendendo a produzir artesanatos com resíduos sólidos dos que se encontram nas praias, como redes de pescas que se tornam bolsas e buchas de lavar louças, e também se encontram materiais que se encontram na própria natureza, como galhos, bambus etc. Afirmou que muitos turistas param na casinha para ver os artesanatos e compram bastante as lembranças de lá, porém nem todos os jipeiros param para que eles desçam, e isto torna-se ruim pois poderiam vender mais e mostrar mais o artesanato deles. Em relação aos passeios via mar, também afirmou não ser muitos turistas, mas acabam também não conhecendo os artesanatos, pois a casa de artesanatos fora construída para turistas que chegam via terra, na entrada do estacionamento.

Em relação às impressões observadas nas visitas à praia de Castelhanos, notou-se mau odor no rio que atravessa para o Mirante do Coração<sup>9</sup>, e os moradores não recomendam banhar-se neste rio, o qual desagua no mar. Durante o dia até 11h-12h quase não se vê turistas, a menos os que se hospedaram no local, o mesmo ocorre após às 17h, quando se fecham os restaurantes e apenas os restaurantes do lado direito, próximo do mirante do coração ficam abertos e são mais frequentados por moradores de Castelhanos e os poucos turistas que pernoitam.

Os meios de hospedagens não são muitos, mas variam entre chalés em acomodações nas das comunidades tradicionais, construídas para turistas, campings e pousada. Na Tabela 17, se encontra o detalhamento dos meios de hospedagens disponíveis na praia de Castelhanos, e na Tabela 18, o detalhamento dos serviços de A&B.

---

<sup>9</sup> Atrativo construído para observação e fotografias da praia toda de Castelhanos, que ilustra uma imagem de coração do contorno da água do mar na areia.

**Tabela 37:** Meios de hospedagens praia de Castelhanos

<b>Meios de hospedagens</b>	<b>Quantidade</b>
Camping	3
Chalés	1
Pousada	1
Casas de Veranistas (Airbnb)	2
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>

Fonte: Autora (2019).

**Tabela 48:** Serviços e Empreendimentos de A&B praia de Castelhanos

<b>Categorias de empreendimentos A&amp;B</b>	<b>Quantidade</b>
Bar e Restaurante	3
Bar e lanchonete	5
Mercearia	3
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>

Fonte: Elaborado pela autora

De todos esses empreendimentos, as acomodações são simples de acordo com o estilo de vida local, apenas a uma pousada, conhecida como Suítes do Canto do Gato, Figura 26, seguem uma arquitetura a um estilo rústico natural, não tão luxuosa e não tão simples, porém confortável e pé na areia.

**Figura 26:** Suítes Canto do Gato



Fonte: Autora (2019).

Os empreendimentos de A&B começam as atividades a partir das 10 horas, os de Categorias de Bar e Restaurante, figuras 27 e 28, e encerram às 16 horas, enquanto garçons e outros funcionários iniciam as limpezas, fecham contas dos clientes/turistas, fecham os guarda sois; e até às 17 horas já não tem mais nenhum turista na praia, exceto os que pernoitam. Os bares e lanchonetes costumam ficar abertos até 22 horas, e mercearias até às 20h-21h.

**Figura 27:** Bares da praia de Castelhanos após saída dos jipes (16h-17h) – novembro, 2019



Fonte: Autora (2019).

**Figura 28:** Bares da praia de Castelhanos entre 15h-16h, novembro, 2019.



Fonte: Autora (2019).

## 4.2 Praia Perequê

A praia Perequê, requer uma análise diferenciada da praia de Castelhanos, pois encontra-se em uma dinâmica urbana e objetivos de uso bem amplas, comparando-se com Castelhanos. A praia do Perequê é palco da maior parte dos eventos musicais e artísticos de Ilhabela, recebendo dos maiores aos menores eventos, como Réveillon e noites de pequenos luaus no verão.

A localização acessível e próxima da travessia de *ferry boat*, próxima aos centros comerciais, pontos de ônibus e, durante todo o seu trajeto é exposta à avenida principal do município, com estrutura de serviços A&B, mercados e postos de gasolina no seu entorno. Isto a faz ter um uso bastante frequente por públicos distintos, ou seja, aqueles que querem um local com estrutura para beber e se alimentar; ou um local para se exercitar dentro ou fora do mar; e um local para ir a uma festa noturna ou mesmo diurna, que também ocorre.

A praia Perequê é palco de eventos temáticos que ocorrem até mais de uma vez ao ano, como eventos esportivos, “X-Terra”, e eventos celebrativos, como “Dia internacional da Mulher”. Normalmente, os eventos esportivos não recebem músicos, mas ocupam uma grande estrutura de uso, tanto para receber atletas, quanto para receber empresas do ramo esportivo e o público expectador. Os eventos que têm um viés de apresentação, como shows de músicas e artes, sua estrutura localiza-se bem próxima ao manguezal, como se mostra na figura 28.

**Figura 29:** Manguezal – a direita estrutura geralmente quando se monta para eventos – 13 de novembro, 2019



Fonte: Autora (2019).

Assim como estrutura de palco para shows e banheiros químicos, como se apresenta na Figura 30.

**Figura 30:** Estrutura para a festa de Réveillon, manguezal, praia do Perequê, 1 de janeiro de 2019.



Fonte: Autora (2019).

Foram registrados os primeiros momentos a luz do dia após a festa de Réveillon, no dia 1 de janeiro de 2019, na praia do Perequê, faixa de areia entre 5h30 e 7h, e no ambiente marinho da Praia Grande, onde também ocorreu estrutura de evento para show, entre 7h30 e 9h30. No dia 2, também realizou-se registros fotográficos do ambiente marinho, mas na Praia do Portinho. No Perequê, houve tentativas, no entanto a visibilidade não é o suficiente para uma qualidade mínima de imagem para se observar o conteúdo da imagem, por esse motivo, foram realizados registros em praias com maiores visibilidades, e a Praia Grande foi escolhida para que fosse nas primeiras horas pós evento, devido às semelhanças dos atrativos, tanto devido à acessibilidade, quanto por ser palco de eventos, não mais que a praia do Perequê, mas a praia do sul da ilha com mais visibilidade da avenida ao mar.

Nas imagens 31 a 44 encontram-se os registros da praia do Perequê, que são observados os resultados encontrados de resíduos sólidos. Nas imagens 44 a 49, encontram-se



os registros do ambiente marinho da Praia Grande, as quais são observados os resultados encontrados dos resíduos sólidos.

**Figura 31:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h30-7h



Fonte: Autora (2019).

Ainda haviam pessoas na praia, os comércios estavam fechados, mas foram encontradas garrafas plásticas e de vidro, algumas quebradas, bitucas de cigarros, copos descartáveis, a maior parte das garrafas eram de bebidas alcoólicas. Foi possível observar que haviam amontoados de garrafas, que fizessem pensar que ficaria mais fácil para o varredor jogar na lixeira, o que se pode demonstrar que existe uma consciência ambiental de alguma forma. No entanto, a quantidade de resíduos encontrados é de extrema preocupação em vários sentidos.

**Figura 32:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).

**Figura 33:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).

**Figura 34:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).

O primeiro ponto a ser discutido é relacionado ao perfil do turista, que ao se deparar com uma praia em ambiente insular dessa forma, independentemente de haver onde jogar esse resíduo ou não, adota um comportamento que não condiz com os segmentos potenciais e os segmentos reais dos atrativos naturais e culturais presentes em Ilhabela. Ainda que estes sejam contemplativos de uma imagem paradisíaca, o qual se relaciona bastante com o perfil do segmento de sol e praia.

Um segundo ponto, reflete nas políticas públicas implantadas no local, as quais envolvem medidas punitivas e educativas, a depender da metodologia utilizada pelo gestor. A preocupação com o lixo, é mundial e ela não seria mundial se os indivíduos não precisassem ser encaminhados a como lidar com o resíduo que carrega e que produz.

Um terceiro ponto, que poderia ser muito relevante, no caso de haver uma tempestividade na noite de Réveillon, assim como de outros eventos sediados na mesma praia, se ocorre vento e/ou chuvas fortes, e/ou mar de ressaca, todos esses resíduos encontrados na faixa de areia, estaria no ambiente marinho, circulando seguindo a corrente marítima às praias.

**Figura 35:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).

Um quarto ponto, se relaciona à quantidade de lixeiras encontradas, e pôde-se observar que em toda a praia foi possível avistar lixeiras e, em todas elas encontravam-se até a superfície de resíduos sólidos e em seu entorno. Com isso, entende-se que houve um público que buscou uma saída ética para o resíduo que carregava, visto-a lotada, descartaram-se ao seu redor. No entanto, todo o resíduo encontrado em toda a faixa de areia da praia, ainda que houvessem lixeiras bem próximas das pessoas, não seria evitado a quantidade de resíduos deixados nos locais onde permaneceram grupos de pessoas na noite de festa. Uma possibilidade a ser colocada, era que para um evento desse porte, sabendo do perfil recebido, lixeiras maiores e mais largas e profundas deveriam ser instaladas devido ao resguardo das possibilidades tempestivas, primeiramente. Ou seja, esta, seria uma medida provisória e de curto prazo, quando não se tem uma política pública que previna esse acontecimento.

**Figura 36:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).

**Figura 37:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).

**Figura 38:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).

**Figura 39:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).

**Figura 40:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).

**Figura 41:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).

**Figura 42:** Avenida Princesa Isabel, Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).

Na Figura 42, foram registrados resíduos sólidos encontrados do outro lado da avenida e um forte odor de urina nos muros de residências privadas e meios de hospedagens. Essa região é área de passagem da fauna do manguezal.

**Figura 43:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).



**Figura 44:** Praia Perequê, 1 de janeiro, 2019 - 5h-7h



Fonte: Autora (2019).

Nas imagens 45 a 50, foram registrados os ambientes marinhos da Praia Grande, e os resíduos encontrados em sua maior parte, foram de plásticos laminados em formatos de estrelas, os quais são arremessados através de um escudo que se assemelha aos fogos de artifício, mas ao invés de pólvora e fogo, tais estrelas coloridas são projetadas do escudo.

Estas estrelas brilham no fundo do mar e ainda mais com o reflexo dos raios solares, atraindo os animais marinhos devido à luminosidade que os atraiem para comer “objetos” brilhantes.

**Figura 45:** Ambiente Marinho, Praia Grande-Ilhabela, 1 de janeiro, 2019 - 8h-9h



Fonte: Autora (2019).

**Figura 46:** Ambiente Marinho, Praia Grande-Ilhabela, 1 de janeiro, 2019 - 8h-9h



Fonte: Autora (2019).

**Figura 47:** Ambiente Marinho, Praia Grande-Ilhabela, 1 de janeiro, 2019 - 8h-9h



Fonte: Autora (2019).

Na Figura 49, encontrou-se um canudo comercializado nos bares das praias, que é considerado biodegradável em até 3 meses. No entanto, ele está executando sua decomposição em ambiente marinho, de aparição de muitas tartarugas verdes neste período e peixes ornamentais e de consumo dos caiçaras, moradores e turistas.

**Figura 48:** Ambiente Marinho – Praia Grande



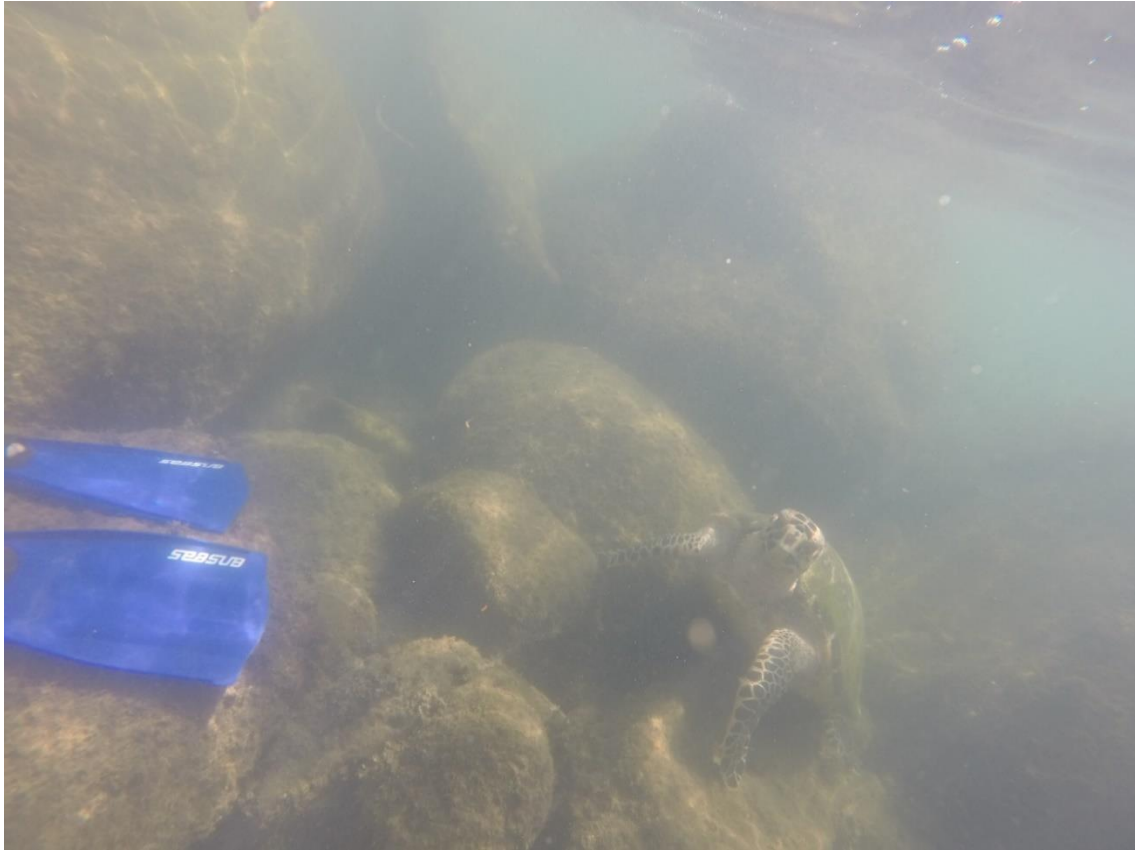
Fonte: Autora (2019).

**Figura 49:** Ambiente Marinho, Praia Grande-Ilhabela, 1 de janeiro, 2019 - 8h-9h



Na Figura 50, registrou-se a tartaruga de Pente, nome popular, conhecida cientificamente por *Eretmochelys imbricata*. Normalmente a espécie de tartaruga que mais se avista no ambiente marinho de Ilhabela, é a tartaruga verde, muito comum de se avistar mesmo fora da água, da areia ou em píeres. Mas o destaque à tartaruga de Pente é que é uma espécie muito dócil, nadou por bastante tempo próxima à pesquisadora e está bastante ameaçada de extinção, e além disso, não é tão comum de se ver em Ilhabela. Também vale ressaltar, que na praia do Portinho, no dia 2 de janeiro no período das 8h às 10h, no ambiente marinho, não foram avistados resíduos sólidos consideráveis que tenham sido do evento de Réveillon.

**Figura 50:** Ambiente Marinho, Praia Portinho-Ilhabela, 2 de janeiro, 2019 - 9h-11h



Fonte: Autora (2019).

## **CAPITULO 5- DIRETRIZES PARA A GESTÃO RESPONSÁVEL DAS PRAIAS PEREQUÊ E CASTELHANOS**

Neste capítulo serão apresentadas diretrizes a partir de mapeamentos de identificações das fragilidades, a fim de iniciar o planejamento da gestão responsável das praias Perequê e Castelhanos, com procedimentos que podem ser aplicados nas demais praias do arquipélago, de acordo com as realidades de cada.

Considera-se que para a eficiência da utilidade das diretrizes e a aplicabilidade de uma proposta como esta para um Turismo Responsável nas praias e até mesmo em outros atrativos naturais do arquipélago, há de se constituir um conselho consultivo/educativo do Turismo Responsável, que possa reger em determinadas áreas, através de representantes relacionados com o local.

Em uma gestão de Turismo Responsável, ainda que haja no mercado fortes fluxos do turismo tradicional, possa ser interessante e necessária, pelos motivos tanto de haver uma tendência por buscas de um turismo alternativo pensado dos impactos causados, mas também para ser apresentado ao público tradicional uma forma de consumir dos espaços, de maneira colaborativa e não impositiva.

Então, no caso do Perequê, sugere-se que o conselho seja composto por representantes dos empreendimentos de Alimentos e Bebidas, representantes dos empreendimentos desportivos, representantes do poder público (Secretaria do Turismo e Secretaria de Meio Ambiente), representantes profissionais autônomos de turismo, representantes da Associação de Guias e Monitores e população civil, caiçara e no geral que se sinta parte para contribuir com o processo de gestão coletiva da praia. Desde que decidido em grupo, pelos atores, governança e empreendimentos que estejam relacionados com o local.

No caso de Castelhanos, as mesmas representações seguem sugeridas, com acréscimo às associações da comunidade tradicional caiçara de Castelhanos, representantes do Parque Estadual de Castelhanos; portanto, havendo maior peso de representação da comunidade local. No Quadro 4 constam pontos de fragilidades, identificação da problemática e sugestão de solução/melhoria.

**Quadro 4:** Mapeamento de diretrizes para a Gestão Responsável da Praia do Perequê

Ponto de Fragilidade	Proposta de Solução	Como Solucionar
Eventos	Alvará para eventos apenas de caráter ambiental, ecológico, consciência coletiva, esportivo.	Políticas Públicas: - Plano Gestor de Turismo, Plano Diretor Municipal, PMMA (solicitando inclusão disto na atualização dos Planos); - Projeto de Lei.
Empreendimentos turísticos na praia e proximidades (Alimentos e Bebidas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limitar o crescimento dos atuais e a abertura de novos empreendimentos;</li> <li>- Proibição de produtos descartáveis plásticos e plásticos biodegradáveis em períodos superiores à 24 horas;</li> <li>- Incentivos fiscais aos empreendimentos que cumprirem com as diretrizes de Turismo Responsável;</li> <li>- Proibição prevista em lei de produtos descartáveis plásticos e plásticos biodegradáveis com mais de 24<sup>10</sup> horas;</li> <li>- Ações do conselho consultivo/educativo.</li> </ul>	Políticas Públicas: Revisão do Plano Gestor de Turismo e Plano Diretor Municipal; - Solicitar revisão da Lei nº 1316/2018 à câmara dos vereadores; - Projeto de lei.
Empreendimentos turísticos de esportes náuticos e passeios náuticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Controle de Uso do Espaço através de gestão coletiva;</li> <li>- Controle de crescimento das marinas;</li> <li>- Controle de resíduos sólidos;</li> <li>- Políticas de incentivos fiscais.</li> </ul>	Políticas Públicas: - Revisão dos Planos Municipais (PGT, PMMA, Diretor); - Solicitar revisão da Lei nº 1316/2018 à câmara dos vereadores;

<sup>10</sup> Foram identificados canudos biodegradáveis, porém com no mínimo 3 meses de início de decomposição.

		Criação de uma Câmara Técnica de Esportes e Passeios Náuticos <sup>11</sup> , como parte do Conselho de Turismo, com voto e cadeira representativa.
Banheiro Público	- Construção de banheiros ecológicos com lavabos aos empreendimentos de Alimentos e Bebidas, com livre acesso ao público consumidor e ao não consumidor, como medida de proteção do espaço e compensação ambiental em favorecimento público.	Políticas Públicas: - Revisão PGT, PMMA e Plano Diretor Municipal; - Projeto de Lei.
Espaço de uso coletivo (toda a área da praia)	- Proibição do consumo de cigarros em toda a área costeira.	Políticas Públicas: - Projeto de lei.

<sup>11</sup> Entende-se que o Turismo Náutico e Esportes Náuticos são uma tendência de crescimento e investimentos por parte do poder público, como constam nos resultados do PMTEIb, 2017. Por esse motivo, é importante uma atenção crítica e técnica desse segmento dentro das interfaces do Turismo Responsável.



**Quadro 5:** Mapeamento de diretrizes para a Gestão Responsável da Praia do Perequê e Castelhanos – Público de usuários (turistas e moradores)

<b>Pontos de Fragilidade</b>	<b>Proposta de Solução</b>	<b>Como Solucionar</b>
Consumo de bebidas alcoólicas;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informativos na praia dos perigos representados;</li> <li>- Informativos na praia de responsabilização por acidentes ocasionados pelo consumo em local inapropriado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lixeiras com sinalização e específicas de garrafas, metais, orgânicos, secos;</li> <li>- Instalação de placas informativas e com as responsabilidades assumidas;</li> <li>- Ações do conselho consultivo de educação ambiental através de Educação Ambiental.</li> </ul>
Resíduos sólidos no local;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Placas informativas e educativas de aspectos naturais e ambientais da vegetação, mangue e ambiente marinho;</li> <li>- Disposição de lixeiras fechadas (a prova de ventos e chuvas);</li> <li>- Placas educativas responsabilizando consumidores por transportarem seus resíduos sólidos levados ao local;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicação de multas;</li> <li>- Ocorrência sujeita à pena civil;</li> </ul>

**Quadro 6:** Mapeamento de diretrizes para a Gestão Responsável da Praia de Castelhanos

<b>Ponto de Fragilidade</b>	<b>Proposta de Solução</b>	<b>Como Solucionar</b>
Evento nas praias Empreendimentos turísticos na praia e proximidades (Alimentos e Bebidas, Meios de Hospedagens, Casas de Veraneio) Empreendimentos turísticos de esportes náuticos Empreendimentos turísticos de passeios	Sob consulta das comunidades locais, antecedendo quaisquer interferências, podendo utilizar como pontos de modelos as propostas de diretrizes da praia do Perequê.  Quaisquer propostas devem ser passadas pelas comunidades e construídas coletivamente para que haja engajamento, pertencimento, aprovação e funcionalidade.	- Conselho Deliberativo/Consultivo – Comunidades Tradicionais. Revisão Plano de Manejo Parque Estadual de Ilhabela.  - Conselho deliberativo/Consultivo – Comunidades Tradicionais. - Solicitar possibilidades de verbas do FUMGETUR para construção de banheiros ecológicos, através de chamamento público ou abertura de processo licitatório para um projeto a ser desenvolvido com a comunidade, se esta autorizar.
Banheiro Público		
Entrada de turistas via entrada marinha	Sob autorização e controle da comunidade local, via conselho consultivo/educativo.	Políticas Públicas: - Permitindo o Conselho das Comunidades Tradicionais

## **CAPITULO 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As soluções apresentadas nos quadros das diretrizes, são propostas norteadoras para um processo de gestão que foram estabelecidas de acordo com as bibliografias apresentadas e estudos dos locais em pesquisa de campo, partindo de um pressuposto que as indicações referidas seguem a um processo de curto, médio e longo prazo. Entende-se que há a necessidade das propostas de gestão, que sejam compartilhadas pelos pares de interferências nos locais, de modo que façam parte do processo de gestão, se responsabilizem, cuidem e compartilhem as políticas de responsabilidades sociais, ambientais, culturais e econômicas que os espaços proporcionam. Desse modo, participativo e colaborativo, constrói-se uma gestão mais possível de ser executada, em um processo que foge à lógica do sistema tradicional de gestão, nas linhas de medidas punitivas, fiscais, isentando seus usuários das responsabilidades pelo local, sendo estes, empresários, ambulantes, moradores, turistas.

Assim, todas as diretrizes propostas, das duas praias, poderão sempre que houver necessidade, demandas e as discussões forem amadurecidas, haver melhorias e alterações, de modo que sejam sempre atualizadas, e que o conselho consultivo/educativo, sejam propositivos e executores, tendo o poder público como apoiador e colaborador das decisões e ações decididas coletivamente, através dos conselhos consultivos e educativos, os quais devem amparar métodos de educação ambiental aos usuários.

Entende-se que o Turismo Responsável é uma forma de planejamento sustentável, de modo que as desigualdades sociais e explorações culturais, ambientais e econômicas possam ser repensadas em uma dinâmica que fortaleça os arranjos produtivos locais, beneficiando a cadeia e a rede do turismo de maneira associativista, comunitária e responsiva. No sentido de inserir na atividade turística, a participação e engajamento de todos os seus atores e beneficiados economicamente.

Com isso, foram analisados o uso das praias em períodos de menores fluxos turísticos e no período de maio fluxo, que foi o Réveillon, podendo ter evidências claras para as estratégias de planejamento responsável da atividade turística das praias. E assim, estabelecer diretrizes de políticas públicas e comportamentais dos usuários das praias estudadas. Paralelo a isso, estudos de dados e dos referenciais teóricos puderam apresentar mais evidências, tendências e discussões técnicas da atividade turística na linha do desenvolvimento sustentável, a partir do turismo alternativo, responsável e comunitário.

O turismo é uma atividade econômica e, assim como as demais, é preciso que haja um plano estratégico de gestão que envolva os setores da cadeia turística, de modo a envolver o

arranjo produtivo local, as pequenas economias locais, que tenham a atividade turística como parte da economia municipal, e não como centro da economia. Assim, tal arranjo que possa abastecer a sociedade local, abrangendo o equilíbrio ambiental, o respeito às culturas, justiça social e que economicamente haja fluxo monetário local e regional.

Haja visto que com a própria crise econômica gerada por consequência da Covid-19 pôde comprovar com os empreendimentos turísticos sendo afetados e desempregos em ascensão. Com isso, através de uma gestão responsável do turismo, a cadeia nele envolvida deve beneficiar produções locais e comércio local de produtos, alimentos e serviços.

Assim, os impactos negativos econômicos reduzem na medida que o município torna-se “sustentável” em cadeia; por exemplo, empreendimentos de alimentos e bebidas devem consumir de produções locais e regionais, também prestadores de serviços precisam ser locais e/ou regionais, e se não há qualificação, é preciso que os empreendimentos possam levantar as demandas e assim, apresentá-las ao poder público municipal, pois quando há uma crise de qualquer tamanho, o impacto é ampliado localmente, e muitas vezes o processo de recuperação é lento e/ou irreversível.

Os planos que dirigem a cidade, como o Plano Diretor e o Plano Gestor de Turismo, precisam ser integralizados, junto também ao Plano de Marketing Turístico Estratégico, que por haver um posicionamento do potencial do arquipélago (Turismo de Natureza), estudado e validado, precisaria estar como anexo ao outro, e estar sempre em diálogo e alinhado, assim como, ao Plano de Manejo do Parque Estadual. De modo que a participação se aplica a uma maior integração e pertencimento do grupo no local, além disso, é o que regerá à fiscalização das execuções e das próprias execuções dos processos, ainda que custeados para isto. O Turismo é multidisciplinar e interdisciplinar, assim como a política de desenvolvimento de um município, e não pode de modo algum, estar desassociada, desintegrada de outros planos, e/ou como um plano centralizador do desenvolvimento local do território.

Contudo, ao se falar de Planejamento Turístico Responsável de uma ilha, as pressões para que isso tudo ocorra de maneira harmônica e em consonância, é uma tarefa trabalhosa, que depende de vontade política, participação e engajamento da comunidade, incentivos públicos aos meios privados, e envolve educação ambiental e patrimonial. Além de políticas públicas favoráveis de competências não apenas municipal, mas estaduais e federais; mas junto a isso, é preciso que seja um processo participativo, integrativo, responsabilizando os atores e os envolvendo nos processos de execuções, planejamento e decisões, para que haja entendimento

e pertencimento. É um processo de articulação política entre a população, lideranças de grupos de interesse, empresários e os poderes públicos, para a execução do planejamento sustentável.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Mariana Barreto. **Desenvolvimento sustentável em cidades de pequeno porte: Ilhabela, um estudo de caso.** Dissertação de Mestrado - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2011.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12461-cresce-a-participa%C3%A7%C3%A3o-do-turismo-no-pib-nacional.html>> Acesso em 10 de julho de 2020.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/seloresponsavel/>> Acesso em 13 de julho de 2020.

CALVENTE, Maria del Carmen M. H. **Ilhabela – Turismo e Território.** Seminário: "As Sociedades Insulares", NUPAUB, USP, 1996.

COSTA, Everaldo Batista. **A Concretude do Fenômeno Turismo e as Cidades-Patrimônio-Mercadoria – Uma Abordagem Geográfica.** Ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada.** 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sociedades Insulares e Biodiversidade.** NUPAUB-USP, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Larissa Regis. **A Capacidade de Carga como Instrumento do Planejamento Turístico Sustentável em Áreas Litorâneas.** III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - Universidade de Caxias do Sul: Caxias do Sul, 2005.

FONTELES, José Osmar. *Turismo Globalizado.* Revista da Casa da Geografia de Sobral, ano 1, nº1, 1999.

GABRIELLI, Cassiana Panissa. **Turismo Responsável: caminhos possíveis?** Revista de Turismo Contemporâneo. Natal, v. 5, nº 1, p. 81-97, 2017

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em 20 de agosto de 2019.

ILHABELA. Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Turismo. **Plano de Marketing Turístico Estratégico de Ilhabela,** 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Turismo. **Plano Gestor de Turismo Estância Balneária de Ilhabela,** 2005

\_\_\_\_\_. Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Turismo. **Plano Gestor de Turismo**, 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Conselho Municipal de Meio Ambiente. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica**, 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 421 de 2006**. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Ilhabela. Disponível em: <  
<https://www.ilhabela.sp.gov.br/blog/ilhabela-e-selecionada-por-organizacao-internacional-para-desenvolver-projeto-de-turismo-sustentavel/>> Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

LOBO, Heros Augusto dos Santos. **Princípios de incerteza, estado estacionário e evolução espaço-temporal na análise sistêmica das relações socioambientais no turismo**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, 6 (1), 96-108, jan./abr. 2012.

MARCONDES, Daniella de Souza. **Os conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caçara na Praia de Castelhanos a partir da década de 1950**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento do Turismo) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NOFFS, PAULO DA SILVA. **A Disputa pela hegemonia do Espaço na Baía dos Castelhanos**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PADILHA, Valquíria. (Org.). **Dialética do Lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília. (Org.). **Turismo de Experiência**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, Cultura e Turismo** (2ª Edição). Campinas-SP: Papirus, 1997 (Coleção Turismo).

PORTUGAL. TURISMO DE PORTUGAL BUSINESS. Disponível em: <  
<http://business.turismodeportugal.pt/pt/Gerir/selo-clean-safe/Paginas/default.aspx>> Acesso em 13 de julho de 2020.

RADAR LITORAL. 2017. Disponível em: <  
<http://www.radarlitoral.com.br/noticias/5303/ilhabela-e-selecionada-por-organizacao-internacional-para-desenvolver-projeto-de-turismo-sustentavel>> Acessado em janeiro de 2019>.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas: SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo)

SALVATI, Sergio Salazar (ORG). **Turismo Responsável - Manual para Políticas Públicas**. Brasília, DF, WWF Brasil, 2004. 220p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. **Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela**, 2015.

\_\_\_\_\_. CETESB. Relatório de qualidade das águas costeiras no estado de São Paulo 2017 [recurso eletrônico] / CETESB ; Coordenação geral Maria Helena R.B. Martins ; Coordenação técnica Nelson Menegon Jr., Cláudia Condé Lamparelli ; Equipe técnica Cláudia Condé Lamparelli ... [et al.]. - São Paulo: CETESB, 2018.

\_\_\_\_\_. EVOLUÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ANUAL DAS PRAIAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS (2009-2018)

\_\_\_\_\_. PRAIAS. EVOLUÇÃO SEMANAL DOS MUNICÍPIOS, 2018.

SILVA, Carlos Henrique C. *O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial*. Geografia, Ensino e Pesquisa, v. 16, n. 2, maio/agosto, 2012.

SILVA, Francisco António do Santos da. **Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores**. Tese de doutorado em Geografia, programa Planeamento Regional e Urbano. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território: Universidade de Lisboa, 2013.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

YACHT CLUB ILHABELA. Disponível em: <<https://www.yci.com.br/o-clube/apresentacao/>> Acessado em 3 de julho de 2020.



## APÊNDICE A

### **Resumo do Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela, com foco para as diretrizes públicas ao planejamento turístico sustentável**

Todo município que possui mais de vinte mil habitantes ou que seja um município turístico, é obrigado através do Estatuto das Cidades, a elaborar um documento que oriente o planejamento do município, o então, Plano Diretor.

O Plano Diretor de Ilhabela, entrou em vigor na Lei Nº 421 do ano de 2006, e foi com base nas diretrizes da Sustentabilidade. Este documento é o instrumento que orienta e é o instrumento normativo enfocando ao desenvolvimento socioambiental para o planejamento do município.

Este documento é gerido pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Socioambiental, sendo composto por representantes de nível federal, estadual, municipal (secretarias direcionadas ao plano, como turismo, meio ambiente e obras e planejamento), representantes de entidades representativas da população, ONG's e instituições científicas. A cada nova gestão municipal, é realizada através deste Conselho, uma conferência de avaliação do Plano.

No Artigo 1º, o documento define as diretrizes enfatizando a participação pública da sociedade, a sustentabilidade econômica, ambiental e social do arquipélago de Ilhabela. No entanto, não define a “cultura” como parte das diretrizes, a qual é parte fundamental nas bases da sustentabilidade.

Como a economia local do município é focada, em sua maioria, pela atividade turística, o documento enfatiza suas diretrizes a esta atividade e é nela que iremos focar na discussão, pois é a parte principal da pesquisa.

Então, no Artigo 4º:

“A promoção do desenvolvimento sustentável no município de Ilhabela tem como princípio o cumprimento das funções socioculturais da cidade buscando garantir:

IV) a valorização cultural do município pela diversificação, atratividade e competitividade de suas funções;

XI) a prioridade da atividade Turística em seus diversos segmentos, como possibilidade de desenvolvimento sustentável;”

Em resumo, os demais tópicos, abordam uma gestão democrática, integrações públicas privadas, controle da expansão, preservação, proteção e recuperação ambiental, diálogo com os

municípios regionais, regulamentação pública do uso da terra, integração de projetos, programas, conselhos, trabalhando a horizontalidade, valorizando as relações socioculturais.

As questões tratadas em resumo e superficialmente, seguem a uma “promoção” do desenvolvimento sustentável, ou seja, o que segue a orientação é que, de acordo com os tópicos tratados, o documento orienta que estas sejam as promoções do que deverá ser realizado pelos demais gestores na divisão de secretarias dentro do poder público municipal. No tópico XI, prioriza a atividade turística como possibilidade de desenvolvimento sustentável, mas não a palavra “possibilidade”, não dita como uma realidade, mas sim uma sugestão. Pois, a atividade turística no arquipélago de Ilhabela, não é uma possibilidade de desenvolvimento sustentável, mas sim, uma realidade única, objetiva e que já se tornou concreta no setor econômico. E essa realidade influencia as demais áreas de gestão do município como parte do desenvolvimento sustentável, ou seja, a sociedade que faz parte integrada do turismo como mão de obra e parte receptora do fluxo turístico; a cultura, que se influencia diretamente na chegada de populações externas, e que estes, também chegam com as percepções do “novo”; o meio ambiente natural, que precisa ser de fato preservado e cuidado para não entrar em desnível com as demais áreas; e a economia, que se não direcionada, estruturada e apoiada para a atividade turística, não se sustenta e não se harmoniza com as bases estruturais da sustentabilidade.

Além disso, neste artigo, entende-se a amplitude no termo “atividade turística” em prioridade, generalizando os segmentos e o conectando às possibilidades de desenvolvimento sustentável, no entanto, questiona-se se é possível aplicar a sustentabilidade no segmento de turismo de sol e praia, quando se entende que o perfil deste segmento, não é um perfil que busca um contato direto com a natureza, tampouco preocupa-se com a promoção da economia local.

Porém, ainda que não tecnicamente discriminado, consta a atividade turística como prioridade no artigo da promoção do desenvolvimento sustentável, ou seja, para o planejamento de tal prioridade, deve-se considerar detalhadamente os segmentos atuantes, e regras para os tais, já que está como prioridade. No artigo 103 do documento, cita-se uma lista dos segmentos existentes em Ilhabela, no entanto, não segue na realidade dos que já existem por fenômeno e os que existem por incentivo, como Turismo de Base Comunitária e Turismo de Natureza, cujo os dois também ocorrem por fenômeno, porém, como por muitos anos Ilhabela foi vista como Turismo de Sol e Praia, como todos os municípios da costa do litoral norte de São Paulo é visto, para os demais públicos que não conhecem as potencialidades culturais, tradicionais e naturais

de Ilhabela, foi preciso e ainda é, que isto se coloque em evidência nos planos de marketing e promoção do arquipélago.

No artigo 103, inciso VI, que diz:

**Art. 103** - Serão estimuladas como atividades econômicas de especial interesse, por seu potencial de desenvolvimento e grau de intervenção no ambiente ilhéu:

VI) o turismo em todos os diferentes segmentos: turismo de negócios, náutico, rural, cultural, científico, de aventura, de eventos, ecoturismo e o turismo convencional que pressupõe atividades contemplativas, de consumo e lazer (ILHABELA, p. 33, 2006).

No entanto, através desta indicação no Plano, confere-se a superficialidade que o Turismo é tratado, considerando que o turismo rural é inexistente no município, e há falta de segmentos atuantes já há um tempo e que há potencialidade de expansão, como o Turismo de Base Comunitária; e o Turismo de Natureza que engloba o turismo de aventura, o ecoturismo e atividades contemplativas. Portanto, há uma falha técnica de compreensão de potencialidades turísticas, de terminologias, conceitualização da área.

No Artigo 5º foram criadas oito estratégias com o objetivo de garantir e promover o equilíbrio entre recursos naturais e necessidades humanas. Então, as oito estratégias seguem:

- Estruturação Urbana; Ordenamento Territorial e Modelo de Cidade; Proteção e Qualificação Ambiental; Mobilidade Urbana; Educação e Cultura; Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Promoção Econômica; Qualidade de Vida e Saúde; Terra Pública e Privada.

Este artigo parece abranger com maior completude as bases da sustentabilidade, dialogando com as esferas reais do arquipélago.

No Capítulo 1, Art. 6º, seguindo a estratégia de estruturação urbana, destaca-se os tópicos:

V) garantir o acesso aos serviços de educação, saúde, saneamento básico nas áreas ocupadas por comunidades tradicionais;<sup>12</sup>

VIII) recuperar as Áreas de Preservação Permanente (APP), com ocupação humana, através de programas habitacionais específicos e programas de recuperação e restauração ambiental;

Na atual gestão há programas habitacionais sendo inseridos, com o objetivo de deslocar a ocupação humana das áreas de APP, no entanto, não houve indícios de programas de

---

<sup>12</sup> Este ponto será discutido em caracterização da área, como exemplo do que acontece na praia de Castelhanos, área habitada por parte das comunidades tradicionais do arquipélago de Ilhabela.

recuperação e restauração ambiental. Destacando-se que muitas dessas áreas, também estão localizadas em áreas de fluxo turístico.

X) garantir a visibilidade cênica pública e a ambiência da paisagem ao longo da rodovia SP-131;

No Capítulo 2, estabeleceu-se o ordenamento territorial e modelo de cidade.

Na seção I, descreveu-se as Zonas Ecológicas e Econômicas (ZEE's), no art. 10º, apresentou-se a Zona de Alta Restrição 1 (ZR1), e mais à frente do capítulo de discussão da pesquisa serão abordadas as incoerências da realidade e as reais aplicabilidades da lei e os males que isto ocorre nos ambientes naturais.

No artigo 13º, apresenta a Zona Urbana de Baixa Restrição (ZU2), compreendendo os bairros do Perequê, Vila, Itaquanduba e Barra Velha.

No artigo 14º, apresenta-se a Zona de Interesse Específico (ZIE), a qual compreende as áreas ocupadas por comunidades tradicionais, áreas de patrimônio Histórico e Cultural e Sítios Arqueológicos.

§ 1º - São Zonas de Interesse Específico as áreas com a seguinte delimitação na Ilha de São Sebastião: limites laterais pelo divisor de águas de cada sub-bacia hidrográfica contígua à praia ou costeira onde se encontram as moradias de cada uma das comunidades até atingir a cota que define o limite do Parque Estadual de Ilhabela segue pela quota 100m até encontrar outro divisor de águas que se estende até o mar.

§ 2º - As diretrizes de uso e ocupação desta zona seguem as diretrizes da legislação estadual e federal por tratar-se de área de entorno de Unidade de Conservação.

§ 3º - São atividades permitidas na Zona de Interesse Específico das comunidades tradicionais:

a) Atividades representativas das práticas culturais caiçaras como pesca artesanal, agricultura de roça, artesanato, festas entre outras e acesso aos recursos ambientais;

b) Atividade de promoção ambiental com restauração e conservação das Áreas de Preservação Permanente, de modo a garantir qualidade de vida ao ambiente e às futuras gerações;

c) Atividades de promoção socioeconômica de baixo efeito impactante.

§ 4º - São Zonas de Interesse específico as áreas dos Sítios Arqueológicos ou pré-históricos de quaisquer natureza existentes no território municipal e todos os elementos que nele se encontrem que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios como sambaquis, montes artificiais, jazigos, grutas, abrigos sob rocha, cemitério, aldeamentos, inscrições rupestres, locais de polimentos de utensílios e quaisquer outros vestígios de atividade de interesse arqueológico bem como ruínas de construções e ou vestígios de atividades de valor histórico e cultural, definidas em lei federal e estadual.

§ 5º - Deverão ser adotadas as seguintes diretrizes para as ZIE dos sítios arqueológicos, pré-históricos ou de valor histórico e cultural:

a) promover a identificação e mapeamento no território municipal;

b) promover a informação, divulgação e educação para a valorização do patrimônio cultural;

c) incentivar a preservação do patrimônio histórico cultural através de programas de incentivo fiscal para propriedades que abriguem o patrimônio a que se refere o parágrafo quarto do artigo 14;

d) incentivar o uso do patrimônio histórico e arqueológico como modalidade de turismo sustentável.

O § 5º d-) incentivar o uso do patrimônio histórico e arqueológico como modalidade de turismo sustentável.

Este artigo é muito importante para a abrangência do que se entende tanto por sustentabilidade, quanto por turismo sustentável. O patrimônio histórico e arqueológico, é um segmento dentro do turismo, independente se este for com enfoque sustentável ou não. Tal segmento é chamado de “Turismo Histórico Cultural” e “Turismo Arqueológico”, podendo-se unir à “Turismo Histórico e Arqueológico”. O que não pode haver é o entendimento de que sustentabilidade é sinônimo de natureza, meio ambiente, ecologia.

Em Ilhabela, há diversos registros arqueológicos em trânsito de trilhas, e devem ser compreendidos como Patrimônio Histórico Cultural, assim como é em outros documentos que analisados neste trabalho, como Plano de Marketing Turístico, Plano Gestor de Turismo e Plano Municipal de Cultura, mas devem estar dentro do Planejamento Turístico Sustentável também.

## Na seção II – do Zoneamento Marinho

**Art. 17** - A zona marinha abrangida por esta lei é aquela definida como Orla Marítima no Decreto Federal nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004 que se estende do limite superior da preamar de sizígia até a isóbata de dez metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da topográfica do fundo marinho e na área terrestre até cem metros, englobando todos os ecossistemas e recursos naturais existentes.

§ 1º - São zonas definidas territorialmente com a finalidade de auxiliar o ordenamento do uso da orla garantindo o desenvolvimento social e econômico, considerando a dimensão ambiental.

§ 2º - Para definição das zonas serão considerados: as características de sua estrutura abiótica; comunidade biológica existente e grau de preservação e atividades e usos antrópicos.

**Art. 18** - O Plano Diretor tem por objetivo:

I) garantir o uso público do espaço público na zona marinha, eliminando, através do ordenamento, os conflitos de uso do espelho d'água;

II) garantir a balneabilidade da zona marinha aqui definida;

III) promover o desenvolvimento de atividades náuticas de lazer, esportes e turismo, valorizando o potencial ilhéu;

IV) regulamentar o uso da orla e do espelho d'água promovendo o ordenamento territorial na zona marinha;

V) regulamentar a colocação de poitas, a localização de garagens náuticas, atracadouros e bóias;

VI) promover a fiscalização e o controle da poluição na zona marinha definida por este Plano.

Nestes dois artigos, se argumenta tanto para as características do ambiente marinho para uso turístico, quanto direcionando o objetivo deste documento enquanto desenvolvimento turístico sustentável como um todo, pois é essencial que as águas sejam preservadas, por uma clara questão econômica, em principal.

Nos artigos 21º, 22º e 23º, define as áreas de ocupação adensada (AOA), rarefeira (AOR).

AOA: Vila, Engenho D'Água, Itaquanduba, Perequê, Cocaia, Reino, Água Branca, Barra Velha – Glebas I e II, e Bexiga.

AOR: “são áreas com características de baixa densificação, onde será dada predominância à proteção ambiental admitindo-se, para a sua perpetuação e sustentabilidade, usos científicos, habitacionais, turísticos, de lazer e atividades compatíveis com o manejo sustentável”. (art. 23º, p. 10)

Na AOR, estão todos os bairros da ilha, incluindo as áreas das comunidades tradicionais, exceto os presentes nas AOA.

É importante considerar estes termos para que haja um acompanhamento se em algum momento algum bairro das AOR, passarão às AOA. Isso caracterizaria um crescimento desordenado e se encaixaria contra o inciso VI do artigo 18.

Abaixo, o artigo 27 especificará o Corredor de Desenvolvimento Turístico:

**Art. 27** - O Corredor de Desenvolvimento Turístico compreende todas as áreas da Orla Marítima ao longo da rodovia SP-131 de todas as ZEE's com malha viária estruturada, onde serão observadas as seguintes diretrizes:

I) preservar a paisagem e sua ambiência permitindo a observação pública ao longo da rodovia;

II) promover a eficiência do sistema de transporte coletivo urbano reclassificando as vias existentes, sem abertura de novas ruas;

III) valorizar a área de chegada da balsa e trecho viário que liga ao centro histórico por meio de intervenções que valorizem e restaurem a paisagem, tais como corredores arborizados recuos das calçadas e regulamentação dos anúncios e sinalizações;

IV) investir na circulação de baixo impacto criando gabarito para recuos que valorizem as calçadas para pedestres e ciclovias.

V) criar postos de informações turísticas ao longo do Corredor de Desenvolvimento Turístico;

VI) promover a navegação como alternativa de mobilidade urbana e estimular a implementação da Hidrovia como alternativa de transporte municipal e intermunicipal.

§ 1º - No bairro do Perequê devem ser revitalizados os espaços institucionais do poder público municipal, como uma paisagem atraente ao turismo.

§ 2º Na Vila e Centro Histórico criar um sistema de mobilidade urbana que permita controlar a

entrada de automóveis com bolsões de estacionamento e ruas-calçadas somente para pedestres.

§ 3º - Na Orla Marítima deverá ser promovida a preservação e recuperação da vegetação remanescente de porte arbóreo, jundu, mangues.

§ 4º - Garantir, com base na legislação federal, acesso a praia para pedestres com largura mínima de 4 metros e distância máxima de 200 metros entre os acessos.

§ 5º - Na Orla Marítima fica restrita a apropriação do espaço público que será regulamentada pelo Código Municipal de Posturas.

No inciso 2º deste artigo, orienta-se a um sistema de mobilidade urbana, que funciona em diversos municípios históricos, onde parte dele é tombado, como é o exemplo de Paraty-RJ, o qual boa parte de seu centro histórico é impedida a circulação de veículos, por motivos de preservação do calçamento e sua estrutura física, mas por haver maior mobilidade urbana, proporcionando maior espaço ao fluxo turístico.

O centro histórico de Ilhabela é incomparavelmente menor que o de Paraty, no entanto encontra-se grandes dificuldades em aplicar a prática deste plano. Obviamente que o centro histórico de Ilhabela não é tombado e, atualmente, não haveriam argumentos necessários para tombá-lo devido às modificações estruturais e paisagísticas que o local já se descaracterizou. No entanto, a aplicabilidade de um sistema parcial de mobilidade urbana em uma ilha deveria ser tratada como princípio básico de sustentabilidade, no quesito de mobilidade urbana e deslocamento.

Destaca-se o Artigo 37 para,

**Art. 37** - Áreas de interesse da municipalidade são áreas públicas ou privadas, destinadas a fins comunitários e administrativos, definidas neste plano como:

IV) áreas para criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes - áreas em que se pretendem resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, de lazer e recreação: área denominada Cuiabá, área entre a faixa de marinha e a SP-131 no Morro dos Barreiros; Estrada de Castelhanos;

V) criação de Unidades de Conservação ou proteção ambiental - previstas para atividades que, conciliando a proteção e recuperação da flora, da fauna e dos demais elementos naturais, objetivem a perpetuação e a sustentabilidade do patrimônio natural: áreas de remanescente de mangue na Bacia Hidrográfica do Perequê; Morro do Cantagalo e sua vertente oeste sustentada pelo bloco rochoso da pedra do Itapema no Saco da Capela; área localizada na planície de Castelhanos;

VI) Áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico:

a) áreas dos ranchos e portos de canoa ao longo da costa e servidões de passagem para costeira ao longo da costa da Ilha [...]

b) trilhas e caminhos tradicionais caiçaras de utilização entre as comunidades tradicionais.

Estes três últimos incisos, especificamente, estão diretamente relacionados aos interesses turísticos em foco ao planejamento sustentável.

No inciso IV, ao que se refere às questões educacionais envolvidas atrela-se a um interesse educacional, e está de acordo com a sustentabilidade no sentido de instruir para que seja preservado através de ações e monitoramento/fiscalização da própria sociedade como um todo, ou seja, moradores e turistas.

No inciso V, demonstra que a criação dessas unidades de conservação ou proteção ambiental, devem ser realizadas, pois já se encontram em destaque não no sentido de serem potenciais Unidades de Conservação (UC's), mas sim, por serem reais necessidades de preservação. Visto que este documento fora aprovado em 2006, e desde então, todo início de gestão deve, ou seja, a cada quatro anos, deve haver uma assembleia e nova eleição do conselho que irá gerir o Plano, modifica-lo quando necessário e acompanha-lo, no entanto, nenhuma dessas áreas foram concluídos tais processos de proteção e a cada vez estão mais se deteriorando, principalmente o mangue da Bacia Hidrográfica do Perequê. Tal bairro localiza-se na cota XXX, de praia urbanizada, mais próxima dos centros públicos e privados de lazer, muito frequentada por moradores e turistas, principalmente quando não se tem muito tempo para desfrutar da área de lazer, como também quando há muito trânsito na alta temporada e para que não se perca tempo em filas para se chegar em praias mais afastadas, superlota as praias mais próximas dos centros, e o Perequê, é que mais acontece, devido a quantidade de infraestrutura na faixa de areia, como quiosques, restaurantes, operadoras de passeios, aluguel de equipamentos para esportes náuticos. Além de postos de combustível, supermercado, meios de hospedagens nas proximidades, e uma ciclovia bastante favorável à mobilidade para quem chega à praia. Então, por esses motivos, de fato é bastante complexo a criação de uma UC, principalmente por especulações imobiliárias e pressões do setor comercial.

No inciso VI, as áreas em destaque, ao planejamento turístico sustentável, estão completamente envolvidas à interdisciplinaridade do turismo e contempla todos os aspectos do segmento de turismo de natureza que Ilhabela pode apresentar aos turistas, sendo, cultura, tradição, beleza natural, ecologia, história e ecoturismo.

Também em destaque, os artigos 38 e 39, orientam a constituição de programas para a estratégia de estruturação urbana e, ordenamento territorial e modelo de cidade, através de programas de valorização das áreas livres de construção e espaços públicos, este programa, compreende revitalizações de praças, orla, entre outros espaços públicos, além de implantações de parques municipais.

Além disso, programas de ações que compreendem as zonas de interesse específico, fomentando o ecoturismo e a promoção socioambiental para as comunidades tradicionais. Em



nenhum momento fala-se do segmento de turismo de base comunitária, o que demonstra falta de conhecimento técnico mais especializado para tratar assuntos de áreas específicas e/ou falta de conhecimento da realidade do que está sendo realizados nestas áreas e até conhecimento do que ocorre em outros lugares que também têm comunidades tradicionais, por exemplo. O documento sugere a implantação de “edificações rústicas de infraestrutura para atendimento aos turistas, utilizando madeira industrial (de reflorestamento), barro e cobertura de palha e/ou telha de barro capa e canal.

No artigo 39, que trata das ZIE’s, os bairros citados das áreas protegidas pelo Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) são Bonete e Castelhanos, onde a atividade turística como realidade econômica local, segue ativa, no entanto, o único segmento abordado é o ecoturismo. Também se fala de incentivar atividades de baixo impacto, sendo bares, restaurantes de meios de hospedagens em casas caiçaras, mas em nenhum momento determina-se alguma restrição à entrada e/ou permanência de empreendimentos de moradores externos a estas áreas. Fato que, por ora, é um problema ao desenvolvimento, visto que a comunidade local, depende muito do fluxo turístico da alta temporada e, cada vez mais, tem que dividir os lucros com empresários que não dependem diretamente da renda de tais estabelecimentos para garantir sua sobrevivência mínima. Considera-se também o fato de que até mesmo funcionários destes estabelecimentos são contratados externamente, isto faz com que o dinheiro não gire no local, tampouco empregos.

No Plano, orienta-se a criação de outros Parques no arquipélago, para unidades de conservação de caráter municipal, com os objetivos de preservação, recuperação de áreas degradadas, educação ambiental, estudos da fauna e flora em ambiente insular.

Os lugares citados para os potenciais parques, são a Estrada Parque que dirige-se à Castelhanos, uma Unidade de Estudo e Pesquisa em Castelhanos; e Parque do Mangue, que compreende a área remanescente de mangue, linderas do córrego e Água Branca.

Os demais artigos, até o 99, segue abordando os temas de saúde, educação, cultura, esporte e lazer, dentro da interdisciplinaridade da sustentabilidade, abordagens de resíduos sólidos, saneamento básico etc, todos em prol da qualidade de vida dos munícipes.

No Capítulo VII aborda-se a Sustentabilidade do Desenvolvimento, apresentando como estratégia e promoção de desenvolvimento e economia, respectivamente. E, o foco central para se atingir o desenvolvimento e crescimento, é a atividade turística. Onde o primeiro se coloca como desenvolvimento socioambiental, o qual envolve as demandas básicas da população com

os recursos naturais existentes no ambiente insular, fazendo-os dialogarem de forma preservacionista e desenvolvimentista.

Nessa lógica, o artigo 101 se apresenta com “especial atenção ao turismo e à preservação ambiental, através do estímulo a atividades geradoras de emprego e renda, da instituição de mecanismos que resultem numa distribuição socialmente justa da renda”.

Com efeito, o turismo dialoga com o desenvolvimento social, econômico, cultural, ambiental, envolvendo setores públicos das três esferas do país e os setores privados, nível nacional e internacional, configurando-se desenvolvimento sustentável através da ferramenta de desenvolvimento socioeconômico e socioambiental.

Para traduzir este último parágrafo da discussão, elaborou-se um diagrama que representa a atividade turística como esta ferramenta.

No Capítulo III, “Dos Equipamentos Urbanos e das Áreas Especiais”, orienta as áreas de equipamentos urbanos, as áreas que seguirão a um processo de revitalização, seguindo os sentidos de lazer e potencialização do turismo, com os objetivos de tornar espaços públicos frequentáveis de maneira coletiva e livre.

Apresenta-se as Áreas Especiais de interesses específicos, como, Institucional, Urbanístico, Ambiental e Cultural, Turístico, Social. E, cada uma dessas áreas são destinadas aos seus interesses específicos de acordo com a sustentabilidade dessa área, então foram elaboradas as diretrizes de uso e ocupação destas áreas.

#### Na Subseção I - Das Áreas de Proteção do Ambiente Natural

§ 2º - A conservação aplicar-se-á às áreas naturais que se encontrem parcialmente descaracterizadas em suas condições naturais originais e apresentem maior compatibilidade com as transformações urbanas.

§ 4º - As áreas de conservação poderão receber atividades destinadas à educação ambiental, ao lazer, à recreação, à habitação e à produção primária, desde que tais atividades não impliquem comprometimento significativo dos elementos naturais e da paisagem, favorecendo sua recuperação.

**Art. 157** - O Município estabelecerá restrições ou limitações administrativas, assim como criará parceria com o Instituto Florestal para articular-se na conservação do Parque Estadual de Ilhabela e sua zona de amortecimento.

**Art. 158** - A Zona de Amortecimento do Parque Estadual de Ilhabela tem regulamentação de uso e ocupação definidos no plano de manejo do parque e coincide com as zonas de alta restrição 1 e 2 do Zoneamento Ecológico Econômico do Município de Ilhabela definidas neste plano (ILHABELA, 2006, p. 47-48).

Estes pontos serão discutidos mais a fundo na análise do Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela, no entanto, fica em registro as questões dos usos das áreas naturais para fins de lazer, recreativos e educação ambiental, que pouco se destina estas áreas para fins recreativos e educativos com a presença de um agente interlocutor, como guias e monitores ambientais, isto ocorre devido ao pouco uso do segmento de Turismo de Natureza e Ecoturismo,

as atividades existem, porém pouco se quantifica, no entanto, nota-se que está em desenvolvimento, cuja discussão está na análise do Plano de Marketing Turístico de Ilhabela, e também na constatação da abertura do primeiro curso técnico de Guia de Turismo, este ano, 2019, em parceria com o município e governo do Estado de São Paulo. Além disso, no ano de 2018 também houve a promoção de um curso de monitor ambiental ofertado pela prefeitura municipal de Ilhabela, com isso, nota-se a presença inicial desses incentivos e o início da valorização deste potencial turístico e o preparo ao desenvolvimento sustentável do município e a responsabilidade com o planejamento turístico sustentável, com profissionais técnicos habilitados para a área.

Conclui-se que o Plano Diretor de Ilhabela, se configura em sua maior parte, na elaboração, ainda que em vários aspectos com pouco domínio e técnica dos conceitos e termos das áreas do Turismo no campo científico, ele compreende uma dinâmica ampla e resumida de tudo o que deve ser realizado pelos gestores. No entanto, o funcionalismo público tende a realizar tarefas, ações, práticas, além de promocionais para o plano de governo, como a curto prazo. Com isso, as realizações das demandas orientadas no Plano, segue em parcelas curtas e quase incompletas. Por focar o desenvolvimento do município no âmbito socioambiental, e tendo como estratégia de desenvolvimento e promoção a atividade turística, precisa-se que minimamente, um estudo maior aprofundado, não apenas no documento, mas nas técnicas aplicadas no funcionalismo público, e no próprio documento em questão, prevê contratação de equipes técnicas especializadas nas áreas atuantes do turismo e ambientais e, inclusive. Notou-se também, que neste mesmo sentido, terminologias e conceitos de Sustentabilidade, estão incompletos e generalizados em alguns pontos, com isso, sugere-se um estudo mais aprofundado de turismo e sustentabilidade e a junção dos dois termos, para que se haja mais detalhamento técnico e, na execução. Pois se este é o foco do Plano, o primeiro passo deveria ser um aglomerado de conhecimento técnico científico das áreas.

Além disso, um dos segmentos turísticos mais atuantes e influentes na economia na alta temporada, é o de Cruzeiros Marítimos, e o documento, não menciona orientações a este segmento turístico, o qual a secretaria de turismo, prepara todo um cenário com o trade turístico de operadoras, principalmente, para a recepção dos cruzeiristas.

No geral, o documento desde 2006, ou seja, há mais de 10 anos, vem apresentando aproveitamento e alguns pontos sendo aplicados da forma como se orienta, mas ainda está distante da realidade de desenvolvimento sustentável, tampouco de um turismo sustentável.

Ainda que o planejamento seja fundamental a qualquer ação, ele deve ser aplicado, no entanto, coeso entre todas os planos que se constroem e toda a interdisciplinaridade que se está presente.

## APÊNDICE B

### **Turismo em meio à Covid-19: o pré, o durante e o início da abertura: o turista da pandemia**

Esta pesquisa foi finalizada em meio ao início da etapa de abertura do comércio e empreendimentos em Ilhabela e demais municípios do estado de São Paulo e da capital, no mês de julho de 2020. Os hotéis foram abertos permitindo a comercialização de até 30% de sua taxa de capacidade de ocupação; abertura interna dos bares e restaurantes também com a mesma taxa permitida, todos no dia 16 de julho de 2020. As praias foram reabertas para permanência máxima de uma hora, para atividades individuais ou em duplas.

Contudo, é importante destacar, que durante esse período, entre qualificação e defesa, houve pausas, reflexões e pesquisas de que norte se daria à pesquisa, qual caminho, quais abordagens deveriam ser contextualizadas para que seja o mais atual, útil aos gestores e agentes do desenvolvimento local e gestão do turismo. Por conta disso, foram realizadas algumas pontuações referentes à Covid-19 e o Turismo, e principalmente, de acordo com o tema da pesquisa, de Turismo Responsável nas praias de Ilhabela, de acordo com as realidades locais.

O primeiro ponto a ser discutido em meio a esse processo, é o lançamento pelo Ministério do Turismo do Selo de “Turismo Responsável: Limpo e Seguro<sup>13</sup>”, com o *slogan* “Faça sua parte”, o qual sugere aos empreendimentos e atrativos turísticos que utilizem o selo como forma de garantir aos usuários/turistas que o local está protegido dos riscos de transmissão do vírus, através de um programa de boas práticas no turismo. O selo trata de um incentivo ao turista para que se sinta protegido e uma forma do Brasil se posicionar (no marketing internacional), como um destino protegido e responsável. A iniciativa do selo de Turismo Responsável é parte do Plano de Retomada do Turismo, coordenado pelo Ministério do Turismo. O objetivo do plano, ao que segue as informações é de preparar o setor para a retomada gradual e diminuir os impactos da Covid-19 (BRASIL, 2020). Em relação ao nome escolhido pelo Ministério, de fato é um pouco complexo, pois coincide com o “Turismo Responsável” o qual preconiza um significado oposto ao Turismo de Massa, que é exatamente o fluxo elevado de pessoas em um mesmo local/atrativo. Na realidade o tal selo sugere instruções e equipamentos de biossegurança estabelecidos pelos protocolos de cada estado, município e/ou segmento, não remetendo à discussão de um modo diferente de turismo nos seus diversos

---

<sup>13</sup> Figura 1

desdobramentos sociais e ambientais, com uma proposta mais responsável que a do turismo convencional.

O objetivo desta reflexão não é avaliar, analisar ou discutir sobre o selo, mas sim, a respeito da terminologia e levantar aspectos relevantes ao tema central da pesquisa que é o Turismo Responsável.

Foram disponibilizados protocolos para cada categoria de empresas do CADASTUR, seguindo: Meios de Hospedagem; Agência de Turismo; Transportadoras Turísticas; Organizadoras de Eventos; Parques Temáticos; Acampamentos Turísticos; Restaurantes, Cafeterias, Bares e similares; Centros ou locais de Convenções, feiras, exposições e similares; Empreendimentos de Entretenimento e Lazer e Parques Aquáticos; Empreendimentos de Apoio ao Turismo Náutico ou à Pesca Desportiva; Casa de Espetáculos; Prestadoras de Serviços de Infraestrutura para Eventos; Locadoras de veículos para turistas; Prestadoras Especializadas em Segmentos Turísticos; Guias de Turismo. Além de um protocolo direcionado aos Turistas.

Segundo dados no *site* oficial do Ministério do Turismo, a empresa que desejar adquirir o selo, deve preencher um formulário seguido de um termo de compromisso assegurando seguir aos protocolos de biossegurança pré-estabelecidos, e o selo deverá ficar visível aos turistas que desejarem abri-lo através de um sistema de QR-Code, para verificar as informações do estabelecimento. Porém, não há uma obrigatoriedade de os estabelecimentos utilizarem este selo, tampouco prevê uma fiscalização direta, mas cada município além de disponibilizar de protocolos próprios (alguns) e/ou utilizar os do Ministério do Turismo, também executam suas fiscalizações, porém não tem a ver com o selo. Ele pode ser auditado, denunciado e apurado, mas ele apenas serve para que o turista se sinta protegido e possa priorizar estabelecimentos que tenham o selo, pois podem ainda que minimamente, garantir que estão compromissados a garantir a segurança, e caso contrário, sofrerão suas devidas punições.

O mesmo selo, foi lançado pioneiramente por Portugal, chamado de “Clean & Safe<sup>14</sup>” (Limp e Seguro), o qual pretende preparar as empresas para a retomada das atividades devido à situação de pandemia causada pela Covid-19. Para adquirir o selo, cada empresa precisa possuir e dispor de um protocolo interno e disponibilizado aos colaboradores no âmbito de formação e estar disponível aos turistas e em caso de solicitado via auditoria, segundo dados que constam no *site* oficial Turismo de Portugal Business. (TURISMO DE PORTUGAL, FAQs, 2020)

---

<sup>14</sup> Figura 2

Então, existem outros países também que propuseram um selo de segurança e limpeza, com os mesmos objetivos de “garantir” aos turistas maiores seguranças, para que não haja maiores prejuízos ao setor, ou seja, para que a atividade turística não pare e interrompa o seu ciclo e na cadeia produtiva que ele ocasiona e/ou se insere.

A real utilização e sentido que o selo poderá trazer caberá ao marketing e promoção dele perante aos usuários, ou seja, aos turistas que farão seu uso. Se os turistas não conhecerem a real intenção proposta do selo, no sentido da segurança, sendo um modo de incentivar maior solidez em seguir os protocolos por parte de empresários e colaboradores, podendo sofrer as devidas penalidades e até mesmo de perder públicos por não haver o selo. Então, desse modo, seria eficaz ao que tange a responsabilidade do próprio termo em questão do selo brasileiro.

Em um primeiro momento de análise do nome dado ao selo de Turismo Responsável, questionou-se em ser confundido pelo próprio *trade* turístico e aos turistas o ponto de vista do conceito de Turismo Responsável. No entanto, após analisar os protocolos oferecidos pelo próprio Ministério do Turismo, entende-se que o uso do termo “responsável”, obviamente trata de uma relação de segurança à saúde dos turistas, colaboradores e, conseqüentemente, população local. Para tanto, as questões de distanciamento social, como no caso de restaurantes, hotéis, trilhas, passeios e as próprias viagens a partir do uso de meios de transportes turísticos, entende-se que ele prevê, de certa forma, o grande objetivo do Turismo Responsável, que é de reduzir as aglomerações, a grande quantidade de pessoas em um mesmo espaço, principalmente a um espaço de meio ambiente, de cultura tradicional, patrimônios históricos que também sofrem por grandes aglomerações e fluxo constante de pessoas.

Obviamente, que esse caminho do pretendido Turismo Responsável que segue a lógica inversa do Turismo de Massa, não traçava essa estratégia para atingir o estado ideal, porém pode-se considerar que será um caminho mais curto para que esse processo possa acontecer. Pois, um passo grande que pouco se enxergava antes da Pandemia, era a inversão de públicos em um curto período de tempo, em Ilhabela. Ainda que haja um Plano de Marketing Turístico, com um posicionamento de Turismo de Natureza, em que é preciso atrair o público certo, que irá usufruir das potencialidades naturais do arquipélago durante o ano todo de modo “regular” e não sazonal, como vem acontecendo e ocasionando grandes impactos negativos e, muitas vezes irreversíveis à natureza, cultura e sociedade

Porém, algo a se discutir no selo brasileiro e que traz uma reflexão de responsabilidade e educação, também ao usuário/turista é o *slogan*: “Faça sua parte”. O que faz pensar é que compete a uma abordagem pouco instrutiva e não educativa. Responsabiliza o indivíduo,

trazendo o entendimento de que o combate à pandemia para a realização da atividade turística é coletiva, por isso deve ser Turismo Responsável, porém trabalha apenas na comunicação do indivíduo. Pelo fato de trabalhar o indivíduo como ser que interage e integrante de um coletivo é o que aborda a questão da responsabilidade da escolha de uma ação, que é: viajar. Ou seja, usufruir de um espaço privado que irá ocasionar em impactos negativos ou positivos se houver uma responsabilidade em partes do turista (Faça sua parte) e em partes do empreendimento (Adotamos os protocolos oficiais para sua saúde e segurança), de modo que juntos possa garantir o Turismo Responsável, limpo e seguro.

E sobre esse dado, entra em diálogo com o autor que foi discutido no tópico 1, sobre a mercantilização da cultura, afirmando que

O planeta torna-se uma aldeia e o menor distrito deve ser pensado num planejamento funcional que atenda ao mundo global virtual, à cidade-mercadoria-dinheiro espetacularizada. Contudo, é na cidade que ainda temos o vívido teatro para encontros espontâneos, desafios e contatos particulares da vida cotidiana e corriqueira; isso se perde, gradativamente, pelo império do dinheiro, do empreendedorismo e do economicismo urbano (COSTA, Everaldo Batista. p. 94, 2010).

Além disso, em observar o comportamento dos “turistas da pandemia” relacionados com o conceito abordado por URRY (2001), onde diz que

Isolado de um ambiente acolhedor e das pessoas locais, o turismo de massa promove viagens em grupos guiados e seus participantes encontram prazer em atrações inventadas com pouca autenticidade, gozam com credulidade de pseudo-acontecimentos e não levam em consideração o mundo real em torno deles (URRY, 2001, p. 23).

Obviamente que esse perfil de turistas que estavam livremente, ora interagindo de máscaras ora sem máscaras, em restaurantes, quiosques, avenidas e espaços de circulações, não estavam sendo guiados, mas também não levavam em consideração o mundo real em torno deles, é como se o destino turístico fosse um cenário criado e montado exclusivamente para ele.

Ao que cabe a relação do Turismo Responsável como proposta de uma atividade que contemple os parâmetros de um desenvolvimento sustentável, visando o equilíbrio com o meio ambiente, sociedade, economia e cultura, certamente não é a mesma proposta do que compete ao selo, que está diretamente relacionado com a COVID-19, ou seja, garantir e/ou “promover ao turista que o empreendimento segue e preocupa-se com a segurança sanitária e, por tanto, usa o selo, como forma de assumir os riscos. Mas não garante fiscalização não por parte de órgãos competentes municipais, tampouco, uma fiscalização coletiva por parte dos próprios usuários, através do próprio QR-Code instalado e disponibilizado.

A proposta do selo é uma ferramenta de comunicação que sendo utilizada de forma adequada pensando no planejamento e desenvolvimento do turismo, ainda que seja durante a



situação de pandemia, pode garantir que a partir do seu uso devido, os empreendimentos sintam esse perfil de visitantes, o tempo de estadia e o comportamento dos usuários, para que se estabeleça aos destinos o tipo de turismo que lhe é vocacionado, pretendido, potencializado e discutido. Como é o caso de Ilhabela, que já em tempos se discute a mudança do perfil do turista, como segue os resultados de pesquisas no Plano de Marketing Turístico de Ilhabela, 2017, e apresentado ao longo desta pesquisa de dissertação.

Segundo o Manual de Políticas Públicas para o Turismo Responsável (2004), explica que para o desenvolvimento do Turismo Responsável, há um consenso entre especialistas de que para que a atividade seja sustentável em nível local, é preciso que os órgãos vinculados ou seja, grupos, associações, organizações compostas por atores do turismo, sejam fortalecidos e que é necessário criar instrumentos públicos representativos dos interesses desses atores sociais.

Não há dúvidas de que este seja um momento de explorar o que se vem discutindo há bastante tempo e que existe uma relutância por parte não apenas de gestores, em mudar o que está caminhando, ainda que não de modo ideal, porém a sugestão do novo e de mudanças é considerada perigosa no sentido de riscos econômicos e sociais que esses fortalecimentos e mudanças propostas possam não ser aceitas ou simplesmente não funcionar como o esperado. Com isso, este momento em que as mudanças não tem sido novidades e sim processos de adaptações, é que as ações propostas, diretrizes de gestão e planos de ações que sempre estiveram claros nos papéis, nas pesquisas, nas discussões, porém nunca ou pouco colocado em práticas, tanto por parte de gestão pública quanto por parte de gestão dos empreendimentos privados.

O Turismo vem se tornando cada vez mais uma atividade econômica expressiva, a nível mundial, antes da Segunda Guerra Mundial, quando houve um êxodo rural em diversos lugares do mundo, com a chegada das indústrias, máquinas, e iniciou-se um processo de aglomeração urbana, que obviamente, não houve um planejamento que para que isso ocorresse, tornando-se então, de modo desordenada, havendo um aumento de poluição do ar, lixos, construções, tráfego. Com isso, houve a necessidade maior em viajar, sair do ambiente de rotina, que foram assim marcadas por viagens em locais de encontro com a natureza e diferente de seus locais de cotidiano padronizado. Nesse tempo, as necessidades foram sendo criadas pelo próprio sistema e assim, melhorados os sistemas de transportes (GABRIELLI, 2017). E então, isto tudo, é o que estamos neste período de pandemia, vendo essas ocorrências com maior clareza, vendo resultados de aglomerações mal planejadas trazerem riscos graves à existência e saúde humana.

Então, todo esse processo, marcado na história da humanidade, apresenta uma necessidade nunca vista de planejamento, segurança e responsabilidade, podendo ser fator determinante à escolha de destinos seguros e em ambientes naturais, “saudáveis” e que fujam de aglomerações de quaisquer espécie, ainda que sejam aglomerados de turistas, também já não aparentam ser bem vistos.

Há uma tendência já notada por pesquisadores, sobre formas de organização econômica, através do Cooperativismo, Associativismo, Economia Solidária, Criativa, e formas de organização de modos compartilhados (GABRIELLI, 2017). É possível que após todo esse processo de mudanças, rupturas e perdas econômicas, vistos na pandemia, a sociedade caminhe de maneira mais acelerada para essas novas formas de organização

O Turismo Responsável precisa ser e estar apropriado pelos órgãos de fortalecimento do destino, como instrumento e ferramenta de controle social para o desenvolvimento sustentável do território e que envolva para além dos atores sociais do turismo, e sim, a cadeia do turismo no território.